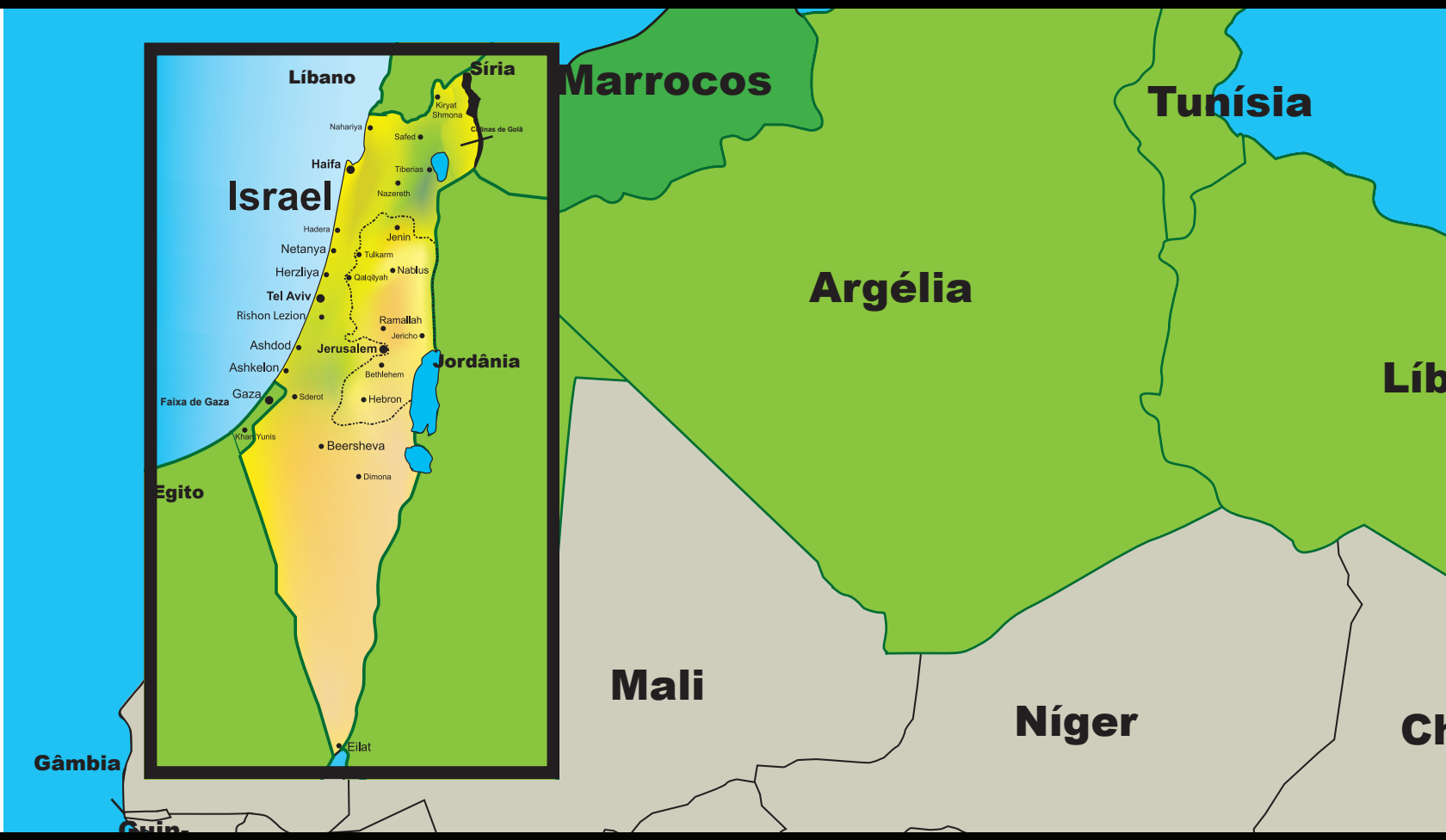
Introdução à História de Israel

Geografia – Política – Sionismo – História – Povo – Cultura

Guarde e compartilhe este material como uma referência importante.

Produzido por **Stand**With**Us** Brasil

Mapa



O território de Israel possui 12.905 km2. O que o faz menor do que...

Território de Israel em comparação com o mundo árabe

- A extensão de Israel representa cerca de 1/625 (1/6 de 1%) da extensão dos países árabes.
- 6,5 milhões de judeus israelenses; 370 milhões de árabes e mulçumanos no Oriente Médio.

População Cristã no Oriente Médio

Israel é o único país do Oriente Médio onde a população cristã cresce, em vez de estar desaparecendo. Entre 1948 e 2011, a população cristã de Israel quadriplicou, de 34.000 para 160.000.

Religiões do Mundo

Cristianismo:	**2,2 bilhões de pessoas**
Islamismo:	**1,6 bilhão de pessoas**
Hinduísmo:	**1 bilhão de pessoas**
Budismo:	**470 milhões de pessoas**
Judaísmo:	**14 milhões de pessoas**

Todos os links das fontes citadas neste material (em inglês) podem ser acessadas em www.standwithus.com/footnotes.asp
Para mais informações acesse www.standwithus.com/factsheets

Regional

Nas próximas páginas, você aprenderá como o povo judeu recuperou sua independência nacional e sua pátria ancestral depois de dois mil anos sob o domínio de outros povos. Verá como o jovem Estado construiu uma sociedade vibrante e como vive de acordo com a ética e os ideais humanitários, tanto aqueles de sua herança milenar quanto os dos tempos modernos, apesar dos desafios que enfrenta.

Aprenderá também sobre o terrorismo global. Algumas organizações terroristas descritas nesse material possuem núcleos ao redor do mundo e têm atacado diversos países, dos EUA à Índia. Em função de sua localização e de sua história, Israel tem sido forçado a se posicionar na linha de frente da guerra global contra o terrorismo organizado.

Presença contínua de judeus em Israel por mais de três mil anos

O movimento sionista "deveria parar" porque pode levar à guerra, mas "quem pode contestar os direitos dos judeus na Palestina? Senhor, historicamente este é mesmo seu país."

Yusuf Diya al-Khalidi, Prefeito de Jerusalém,1899

"Isto não é, de fato, o nascimento de uma nação, já que a nação judaica, por séculos de opressão e cativeiro, conseguiu preservar seu sentimento de nacionalidade como poucos povos seriam capazes (...) este é o renascimento de uma nação."

Lord Robert Cecil, advogado, parlamentar e diplomata britânico, 1918

"Nós, árabes, especialmente os instruídos entre nós, enxergamos o movimento sionista com profunda simpatia (...) Daremos aos judeus calorosas boas vindas em seu retorno para casa (...) nossos movimentos se complementam."

Emir Faisal, líder árabe, 1919

"É evidentemente correto que os judeus dispersos deveriam ter um centro nacional e um lar para se reunir e onde mais senão na Palestina, com a qual tiveram uma íntima e profunda conexão ao longo de três mil anos"

Winston Churchill, 1921

Os judeus são originários de Israel, berço de sua identidade, língua, religião e cultura. Sião é o antigo nome de Jerusalém e da terra de Israel. Por isso, o movimento de libertação nacional do povo judeu, que buscou restabelecer a independência e a liberdade em sua pátria ancestral, é chamado de sionismo.

Theodore Herzl fundou o movimento sionista moderno em 1897, mas os sonhos de restauração e de retorno sempre estiveram no cerne do judaísmo e da identidade judaica. Roma tentou aniquilar o milenar estado judeu no primeiro século, mas diferente de outras nações conquistadas na antiguidade, os judeus sobreviveram e nunca perderam sua profunda conexão com sua terra de origem. Viveram continuadamente na terra de Israel por três mil anos. Aqueles que foram forçados ao exílio expressavam seus anseios de retorno em suas preces e liturgias diárias. Ao longo de dois mil anos, muitos voltaram em ondas periódicas de imigração. No final da década de 1860, os judeus formavam, mais uma vez, a maioria em Jerusalém .

Os sionistas adaptaram esse sonho histórico às circunstâncias e aos ideais políticos modernos. Eles se inspiraram em outros movimentos de libertação nacional, na esperança de superar os 1.900 anos de opressão e injustiça que tiveram que suportar na Europa e no Oriente Médio. Acreditavam que, se os judeus que estavam dispersos pelo mundo voltassem a se reunir em sua terra histórica, juntando-se àqueles que já estavam lá, poderiam recuperar sua liberdade, viver livres de preconceitos e desenvolver sua cultura única.

Desentendimentos começaram a surgir entre os sionistas, quando judeus de diferentes países e ideologias – religiosa e secular, socialista e conservadora – se juntaram. Mas todos se uniram em torno de princípios fundamentais que combinavam idealismo e pragmatismo. O plano era buscar o apoio oficial de outros governos. Eles retornariam de forma legal, comprariam a terra e a reconstruiriam com seu próprio trabalho. Idealizavam conviver em harmonia com habitantes não judeus e acreditavam que toda a região seria beneficiada pela reconstrução.

Em 50 anos, o sonho sionista se tornou realidade. A Grã-Bretanha reconheceu as prósperas comunidades construídas pelos judeus e, com a Declaração Balfour de 1917, endossaram as "aspirações sionistas". A comunidade internacional transformou a política britânica em lei internacional na Conferência de San Remo, em 1920, e a Liga das Nações depois instituiu o Mandato da Palestina, que estabelecia um lar para o povo judeu na Palestina.

Em 14 de maio de 1948, Israel foi restabelecido como um estado moderno reconhecido pela comunidade das nações. Fez jus ao sonho sionista. Constituiu-se com uma maioria judaica, que havia comprado e desenvolvido terras, e concedeu plenos direitos civis, políticos e culturais a todas as minorias que lá viviam, incluindo árabes, mulçumanos e cristãos.

Hoje, sionistas judeus e não judeus em todo o mundo apoiam o estado de Israel e esperam ver o ideal sionista plenamente realizado: Israel próspero e seguro, convivendo em paz com seus vizinhos.

As ruínas de Gamla, vestígios de uma antiga cidade judaica nas Colinas de Golã, onde, em 67 D.C., judeus lutaram até a última pessoa contra o exército romano. Milhares de habitantes foram mortos. Outros saltaram para a morte certa dos penhascos de Gamla para evitar sua captura e a certeza da escravidão. A cidade foi destruída e nunca mais reconstruída.

Kotel ha-Ma'aravi – O Muro das Lamentações.

Este muro de contenção externo, no lado ocidental do Monte do Templo, é tudo que restou após a destruição do Segundo Templo pelos romanos, em 70 D.C.. Tornou-se o local mais sagrado para os judeus, onde, por séculos, rezavam e colocavam preces escritas em pedaços de papel nas fissuras do muro.

Quando derrotaram os judeus em 70 D.C., os romanos construíram o Arco de Tito em Roma para comemorar a vitória. A escultura retrata a pilhagem do Segundo Templo em Jerusalém, que foi destruído. Os vitoriosos renomearam a região judaica conquistada como "Palestina" .

Os judeus representam um dos poucos povos antigos que sobreviveram até a era moderna. O judaísmo está entre as mais antigas religiões vivas do mundo.

A civilização judaica já tinha mais de mil anos quando os romanos conquistaram a Judeia, mas os judeus salvaguardaram sua herança única pelos dois milênios seguintes. Não importa quão longe vagaram, nem o quanto se adaptaram às sociedades que os receberam, ou o quanto foram perseguidos, mantiveram sua identidade.

Os judeus, que surgiram como povo há mais de 3.500 anos, criaram a religião do judaísmo e seus livros sagrados, que os mantiveram unidos por milênios. Sejam eles religiosos ou seculares, estão unidos pela ética e pelos valores ensinados pelo judaísmo. Os pais passaram a tradição para os filhos, que a repassaram para seus próprios filhos, e assim ela se perpetuou por milhares de anos.

Em qualquer parte do mundo, respeitam os dias sagrados de forma quase idêntica e repetem as mesmas preces e rituais que as famílias judias têm repetido desde o tempo da antiga terra de Israel.

Os judeus compartilham os mesmos ritos de passagem. Quando um bebê de oito dias é circuncisado, ou quando adolescentes celebram seus Bar e Bat Mitzvás e toda comunidade celebra junto, tradições antigas estão sendo reencenadas. Quando um ente querido morre, os costumes e preces judaicas consolam e orientam como a comunidade deve apoiar aqueles que estão de luto.

Fragmento de mosaico do século 6 (período Bizantino), que representa o Rei David tocando uma lira, encontrado na Antiga Sinagoga de Gaza. – Museu de Israel.

Um menino carrega o Rolo da Torá em seu Bar Mitzvá no Muro das Lamentações.

> ***"Os judeus preferem ser prisioneiros em Jerusalém a desfrutar da liberdade que poderiam adquirir em outro lugar... O amor dos judeus pela Terra Santa que perderam (...) é inacreditável."***
>
> — Michael Naud, padre jesuíta, em peregrinação à Terra Santa, 1674.

A vida judaica está centrada no lar e na família. A tradição santifica as relações familiares. A devoção dos pais e o senso de responsabilidade por passar adiante a identidade judaica têm unido gerações ao passado ao mesmo tempo em que as conecta com o futuro.

Os judeus sempre se identificaram com Sião, a pátria judaica. Isso está no cerne da história, da religião, das escrituras e da identidade judaicas. Muitos consideram que o direito à terra esteja no coração da promessa de Deus ao povo judeu, apresentada na Torá, escrita milhares de anos atrás. A língua hebraica, a Torá, as leis do Talmude, o calendário, as festas e os feriados judaicos, todos são originários da antiga terra de Israel e giram em torno de suas estações, seu modo de vida e sua história. Sião e Jerusalém são mencionados 809 vezes na Bíblia Hebraica. Quando Israel foi restabelecido em 1948, judeus de todo mundo vieram festejar e uma vez mais reconhecer o novo estado como o centro da vida e da continuidade judaica.

"Os gregos e os romanos (...) se foram; outros povos surgiram e levantaram suas tochas por algum tempo, mas elas se apagaram (...) os judeus viram todos eles, sobreviveram a todos eles (...) todas as coisas são mortais, menos o judeu; todas as outras forças passaram, mas ele permanece. Qual é o segredo de sua imortalidade?" " —Mark Twain, 1898[4]

Dore Gold, "Jerusalem in International Diplomacy: Demography", Centro de Relações Públicas de Jerusalém, 27 de outubro de 2006. Michael Grant, The Jews in the Roman World, 1973, p. 255; Elliot A Green, "What did Rome call the land of Israel...", Midstream, outubro de 1995. R.P. Michael Naud. Voyage Nouveau de la Terre-Sainte, Paris, 1702, pp.58, 563. Mark Twain, "Concerning the Jews", Harper's Magazine, março de 1898.

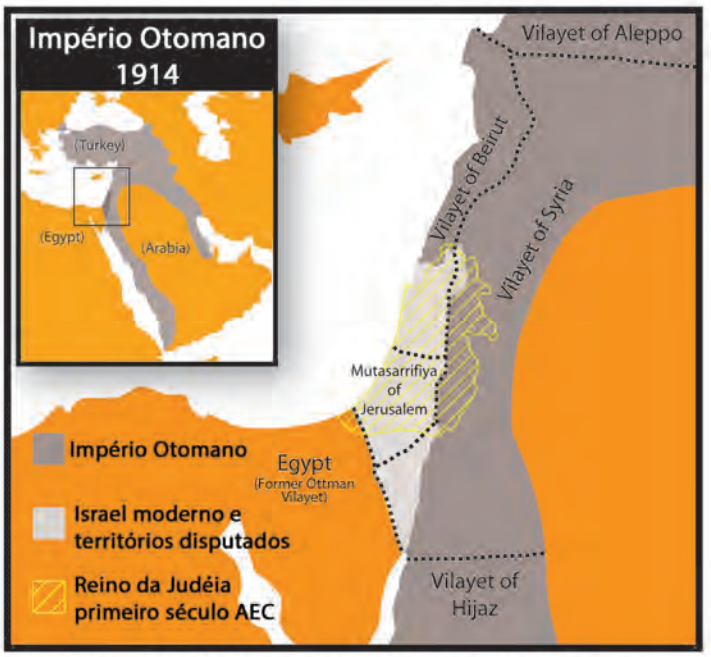
Evolução da Região

Ascensão e queda de impérios

No primeiro século, o Império Romano derrotou a nação da Judeia, que existia há mais de mil anos. O templo sagrado em Jerusalém foi destruído e centenas de milhares de judeus foram exilados. Para apagar toda a sua memória, os romanos renomearam a Judeia como "Palestina", inspirados pelos inimigos bíblicos dos judeus, os filisteus, um povo egeu que um dia ocupou a região costeira[1]. Mais tarde, os ocidentais passaram a se referir à Terra Santa judaico-cristã como Palestina. Povos árabes não adotaram amplamente o nome "palestino" até o século 20. Embora tenha sido sempre associado aos judeus, na década de 1960, o nome passou a ser associado ao movimento nacionalista palestino.

Nos dois milênios que se seguiram à conquista pelo Império Romano, nenhum outro estado ou grupo nacional se desenvolveu na Palestina e nenhum governante escolheu Jerusalém como capital. Diferentes impérios e povos vieram, colonizaram, governaram e desapareceram. Os judeus permaneceram ao longo de todas as mudanças. Seu número crescia com a chegada de exilados em ondas de imigração e diminuía com a perseguição de governantes da região.

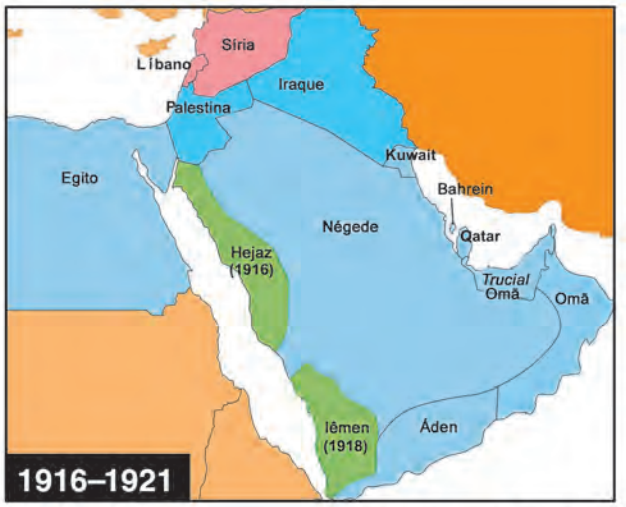
Entre 1517 e 1917, a Palestina era uma região esquecida do vasto Império Otomano, que em seu auge, em 1683, cobria grande parte do Oriente Médio, do Norte da África e da Europa Oriental. Foi dividida em pequenos subdistritos dentro da grande província da Síria (e, mais tarde, Beirute). A região prosperou inicialmente sob o governo Otomano, mas, durante o declínio do Império, foi reduzida a uma área estéril, esparsamente povoada e empobrecida.[2]



As antigas terras do reino da Judeia não constituíram uma "Palestina" unificada ao longo dos 400 anos de domínio Otomano. Ao contrário, foram divididas e designadas a diferentes administradores pelo Império Otomano.

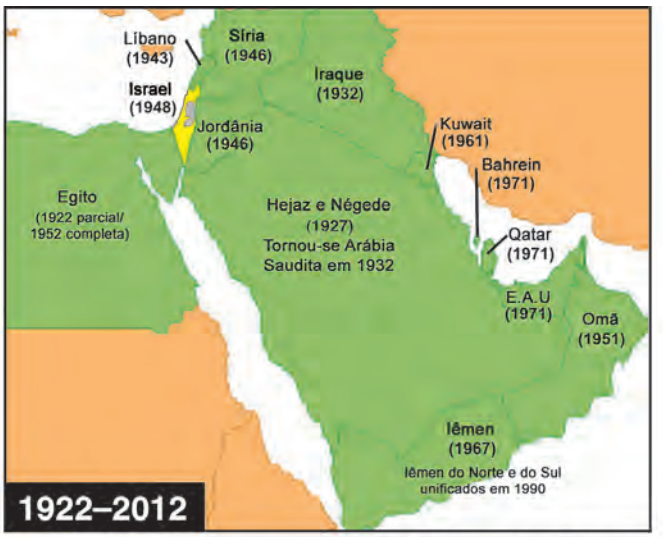
Quando o Império Otomano foi derrotado na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), suas terras foram cedidas aos Aliados vitoriosos. Assim como criaram novas nações a partir dos impérios derrotados da Europa, os Aliados também criaram nações a partir do antigo Império Otomano, criando a maioria dos estados do Oriente Médio que conhecemos hoje, incluindo Iraque, Líbano e Síria. Também desenharam as fronteiras da Palestina e oficialmente a reconheceram como a pátria judaica.

Oriente Médio: uma vizinhança de jovens países



Mandato britânico
Protetorado Britânico
Mandato Francês
Independente de poder estrangeiro (data da independência)

A recém-criada Liga das Nações estabeleceu "mandatos" a serem administrados pela França e pela Inglaterra, até que os novos estados estivessem prontos para se autogovernar. As fronteiras demarcadas no final da Primeira Guerra Mundial seriam modificadas muitas vezes antes de assumirem a forma atual.



Israel (independência em 1948)
Terras disputadas com árabes palestinos*
Descolonização de estados árabes (data de independência)

A independência da maioria dos atuais estados-nações do Oriente Médio é relativamente recente, embora a região seja o berço de muitas culturas antigas. Vários desses estados, como Bahrein e Kuwait, são mais recentes do que Israel

*Israel se retirou da Faixa de Gaza em 2005.

1 Michael Grant, The Jews in the Roman World, 1973, p. 255; Elliot A Green, "What did Rome call the land of Israel...", Midstream, outubro de 1995.

Relatório interino sobre a Administração Civil da Palestina para a Liga das Nações, Julho de 1921

Israel Renascido

A Liga das Nações reconheceu os profundos laços dos judeus com sua terra de origem, admirou-se com a próspera comunidade que estava sendo revitalizada desde os anos 1880 e estabeleceu o Mandato da Palestina como pátria judaica. **Esta é a história do atual Estado de Israel em mapas.**

1917–1922

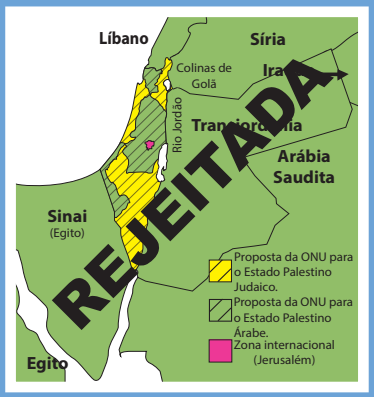
Na Declaração Balfour, de 1917, a Grã-Bretanha endossou as "aspirações sionistas" de reestabelecer a pátria na Palestina e prometeu "facilitar" os esforços . Em 1920, o Pacto da Liga das Nações incorporou a Declaração Balfour no Artigo 22, dando a ela força de lei internacional . Em 1922, a Liga das Nações instruiu as autoridades do Mandato Britânico a "facilitar" a imigração judaica e o povoamento da Palestina . Muitos líderes europeus e árabes esperavam que os judeus pudessem reavivar esta pequena região empobrecida e pouco povoada.

1922–1947

Em 1922, em resposta à pressão árabe, a Grã-Bretanha violou o Mandato e removeu 77% da Palestina, concedendo a área exclusivamente aos haxemitas (tribo árabe local), e proibindo os judeus de se estabelecerem no que depois se tornou a Jordânia. Hoje, 70% dos jordanianos são árabes palestinos. Em 1923, a Grã-Bretanha violou novamente o Mandato e entregou as Colinas de Golã ao Mandato Francês, que veio a se tornar a Síria. Durante o Mandato, o termo "palestino" passou a designar os residentes da Palestina, tanto judeus quanto árabes.

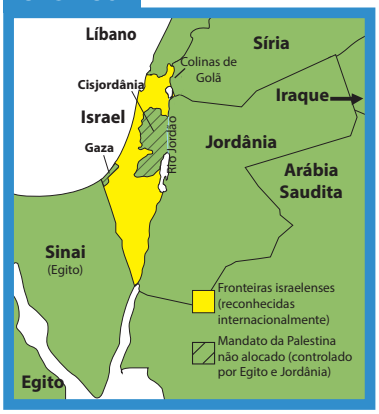
1947: Proposta de partilha da ONU

A Resolução 181 da ONU recomendou a partilha do que restava do Mandato entre árabes e judeus. A porção judaica possuía uma maioria de judeus. Os líderes judeus aceitaram a resolução, embora seu território abrangesse apenas 13% do Mandato original e 60% dele estivesse localizado no árido deserto de Negueve. Líderes árabes rejeitaram a proposta de criação de um estado árabe no Mandato e, em vez disso, deram início à Guerra de 1948.



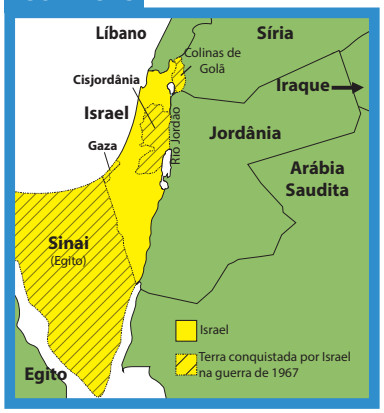
Proposta recusada por líderes árabes

1948–1967



Quando a Guerra de 1948 chegou ao fim, a Jordânia anexou a área que renomeou como "Cisjordânia", enquanto o Egito ocupou a Faixa de Gaza. Ambas as áreas permaneceram como terras não alocadas do antigo Mandato Britânico. Com estas linhas de cessar-fogo, Israel se manteve apenas com quinze quilômetros de largura em seu centro, deixando seus centros populacionais vulneráveis a ataques militares e terroristas. Nas décadas de 1950 e 1960, os árabes contrários à existência de Israel orquestraram diversos ataques da Síria, da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

1967–1979

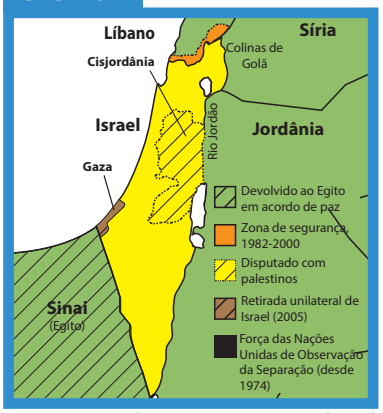


Em 1967, quando vizinhos se mobilizaram para uma nova invasão de larga escala e bloquearam suas vias aquáticas, Israel se antecipou com uma guerra defensiva. Em seis dias de confronto, ocupou estrategicamente zonas tampão vitais: as Colinas de Golã, a Península do Sinai, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia.

Israel imediatamente tentou negociar com a Jordânia, a Síria e o Egito, oferecendo terras em troca de paz. Governos árabes se recusaram a dialogar ou reconhecer Israel.

Em 1973, a Síria e o Egito lançaram um ataque surpresa para destruir o país durante o Yom Kippur, o dia mais sagrado para os judeus, mas foram novamente derrotados.

1979–2014



Com esperança de promover a paz, Israel entregou a área total da Península do Sinai, que havia ocupado em 1967, ao Egito, durante o Acordo de Paz de Camp David, de 1979. Em 1994, Israel e Jordânia assinaram um tratado de paz.

Por meio de um modelo "terra por paz", Israel e os palestinos tentaram negociar um possível estado palestino na área da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Quando Arafat começou a violenta Segunda Intifada, nos anos 2000, 98% dos palestinos viviam sob um governo autônomo.

Ao perceber que não contava com um parceiro para a paz e na expectativa de avançar, Israel se retirou de forma unilateral do Líbano, em 2000, e da Faixa de Gaza e de partes da Cisjordânia, em 2005. Ainda assim, após a retirada, o país continuou a ser atacado por palestinos, da Faixa de Gaza, e pelo Hezbollah, do Líbano.

1. Declaração Balfour, 17 de novembro de 1917.2. Tratado de Sèvres, Seção VII, Artigo 94, 10 de agosto de 1920. 3. Conselho da Liga das Nações, O Mandato da Palestina, Artigo 6, 24 de julho de 1922.

4. Governo de Israel, Princípio de Terra por Paz, 19 de Junho de 1967. (Documento reproduzido em: Itamar Rabinovich e Jehuda Reinharz. Israel in the Middle East: documents and Readings, 2008, p. 238- 9).

RECUPERANDO

Os judeus são nativos da região da Palestina e viveram lá continuadamente por mais de três mil anos. Mesmo depois da conquista romana no primeiro século, em alguns períodos, comunidades judaicas permaneceram e prosperaram e judeus exilados retornaram em ondas de imigração.

O renascimento moderno começa antes da Primeira Guerra Mundial

Em meados do século 19, uma nova energia tomou conta da comunidade judaica na Palestina. Com a ajuda de filantropos como o Sir Moses Montefiore e doações de judeus comuns ao redor do mundo, os judeus da Palestina se expandiram para além das cidades e começaram a comprar terras e a construir fazendas, vilarejos e escolas. Mais exilados retornaram. Em 1854, os judeus eram o maior grupo religioso em Jerusalém; em 1870, já haviam alcançado novamente a maioria na população da cidade[1].

Eram jovens idealistas e ativos imbuídos dos princípios políticos do Ocidente e dos sonhos de libertação nacional que varriam a Europa.
Muitos eram socialistas. Acreditavam que seu país podia ser reconstruído através de trabalho duro e muita dedicação. Esperavam dar início ao renascimento da cultura judaica e restabelecer a dignidade, a autoconfiança e a independência de seu povo.

Fsmília judia em Tiberíades, 1893

Desembarque de imigrantes judeus

Criança pioneira judia

Pioneiros judeus na Palestina

Entre 1882 e 1914, novos tipos de imigrantes judeus chegaram – os "Amantes de Sião" e outros grupos de sionistas precursores – e prepararam o terreno para o estado judaico moderno.

Os imigrantes buscavam a liberdade da opressão e da perseguição que atormentavam os judeus na Europa e no Oriente Médio.

Entre 1881 e 1906, os judeus foram massacrados na Rússia, suas casas e cidades, destruídas, e suas mulheres, estupradas. Em Kishinev, *"a massa era liderada por padres e os gritos de 'Morte aos judeus' haviam tomado conta da cidade. Os judeus (...) foram abatidos como ovelhas (...) Bebês foram literalmente reduzidos a pedaços pela massa ensandecida e sanguinária."* – New York Times, 28 de abril de 1903, p.6

"Como um miserável cão sem dono, ele [o judeu] leva um pontapé de um por cruzar o caminho [de um mulçumano] e um murro de outro por gritar – ele tem medo de buscar reparação, para não piorar sua situação; acha que é melhor suportar do que viver na expectativa de que sua queixa se vire contra ele." – William T. Young, cônsul britânico em Jerusalém, para Patrick Campbell, 25 de maio de 1839[2].

Os judeus que retornavam não contavam com o apoio de nenhuma nação poderosa. Não possuíam armas. Muitos eram miseráveis.

A terra era esparsamente povoada e boa parte dela havia se tornado estéril. Os judeus queriam recuperar o solo que um dia foi famoso por sua fertilidade e construir cidades e comunidades onde não havia nenhuma. A região era uma parte esquecida e empobrecida do Império Otomano.

"O país era (...) e é hoje, subdesenvolvido e subpovoado (...) Há (...) grandes áreas cultiváveis sem uso. Os cumes e encostas dos morros são admiravelmente adequados para o crescimento de árvores, mas não há florestas. Quilômetros de dunas de areia que poderiam ser recuperadas estão intocadas." – Relatório interino sobre a Administração Civil da Palestina para a Liga das Nações, junho de 1921[3]

Em 1880, havia apenas uma população estimada entre 250 mil e 400 mil pessoas, muitas das quais eram também recém-chegadas e não possuíam nenhum senso de unidade, ética ou identidade nacional[4]. Eram subordinados e fiéis ao Império Otomano, a seu grupo religioso, seu clã e sua comunidade local.

A PÁTRIA JUDAICA

Porém, os judeus se tornaram uma minoria oprimida em sua terra natal e sua população cresceu ou declinou ao sabor da gentileza ou crueldade dos diferentes governantes da região. No século 18 e no começo do século 19, impostos incapacitantes, discriminação, perseguição e desastres naturais levaram a comunidade judaica a um declínio sem precedentes.

Fundação de Tel Aviv, 1909.

Com o dinheiro doado por comunidades judaicas de todo o mundo, judeus adquiriram legalmente as terras que antes cultivavam principalmente para proprietários ausentes. A maior parte era formada por solo pantanoso ou dunas de areia.

"Eles [os judeus] pagaram preços altos pela terra, e além disso, pagaram a certos ocupantes uma quantia considerável de dinheiro que não tinham obrigação legal de pagar." – relatório de Hope Simpson, 1930[5]

"Do total de 418 mil dunams (um quarto de um acre) adquiridos pelos judeus na Palestina [entre 1878 e 1914], 58% foi vendido por senhores de terra ausentes [árabes] não palestinos e 36% por senhores de terras ausentes palestinos, num total de 94%." – Rashid Khalidi, historiador americano de origem palestina.[6]

"As alegações, por parte dos árabes, de que os judeus obtiveram uma proporção muito grande de terra boa não pode ser sustentada. A maior parte das terras que hoje abrigam plantações de laranja eram dunas de areia, pântanos ou terras sem cultivo quando foram compradas." – Relatório da Comissão Peel, 1937[7]

Por meio de trabalho exaustivo, judeus pioneiros limparam terras não cultivadas e pântanos infestados pela malária, reflorestaram as encostas e construíram cidades e vilarejos.

"Ninguém sabe de todas as dificuldades, doenças e desgraças que [os primeiros sionistas] sofreram. Nenhum observador distante pode sentir como é passar dias sem uma gota de água, dormir por meses em barracas apertadas visitadas por todo tipo de réptil, ou entender pelo que nossas esposas, crianças ou mães tiveram que passar... Nenhuma pessoa que olha para uma construção já acabada consegue imaginar o sacrifício implicado." – Memórias de um sionista precursor[8], 1885

"Colônias agrícolas judaicas (...) desenvolveram o cultivo de laranjas (...). Drenaram pântanos. Plantaram árvores de eucalipto. Experimentaram, com métodos modernos, todos os processos da agricultura (...). Todo viajante na Palestina (...) fica impressionado (...) com belos trechos das prósperas plantações ao redor." - Relatório interino sobre a Administração Civil da Palestina para a Liga das Nações, junho de 1921[9]

Evolução do termo "Palestina"

Desde o século 2, quando os romanos renomearam o estado judaico como "Palestina", até meados do século 20, a palavra era associada aos judeus e à pátria judaica.

Os judeus da região usavam o nome para suas orquestras, jornais e outros empreendimentos. Havia o "Palestine Post" (depois "Jerusalem Post"), a Orquestra Sinfônica Palestina, a Companhia Elétrica Palestina, Companhia Palestina de Potassa, entre outros.

Todos os árabes e judeus que viviam no Mandato Britânico tinham passaportes, eram chamados de "árabe palestinos" e "judeus palestinos".

> "Palestina é um termo inventado pelos sionistas! (...) Nosso país foi parte da Síria por séculos." – Auni Bey Abdul-Hadi, líder árabe, para a Comissão Peel, 1937

Antes e depois da Segunda Guerra Mundial, antissemitas na Europa e nos EUA diziam que os judeus deveriam ir embora e "voltar para a Palestina".

Depois de 1948, quando o renascido estado judaico adotou seu nome, o termo "Palestina" caiu em desuso para se referir a Israel.

Em 1964, o termo foi reavivado quando o Egito ajudou a organizar o OLP, Organização para Libertação da Palestina. Em 1970, o termo passou a ser associado aos árabes e não mais aos judeus.

No alto: mapa produzido em 1759 por um cartógrafo alemão mostra as fronteiras geográficas das 12 tribos de Israel, na região que passou a ser conhecida como Palestina depois de 135 D.C.
No meio: a primeira moeda da Palestina (1927) possuía inscrições em hebraico e em árabe, as línguas dos judeus e dos árabes.
Embaixo: um selo palestino da era do Mandato. Note as palavras em hebraico e em árabe.

Após a Primeira Guerra Mundial

A Grã-Bretanha e a Liga das Nações criaram o Mandato da Palestina como lar nacional do povo judeu, em parte, por causa do número crescente de judeus e suas conquistas no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Entre 1890 e 1915, a população judaica cresceu de 42.900 para 83.000. Construíram fazendas prósperas; criaram vilas, cidades e instituições sociais; introduziram inovações como comunas socialistas; reviveram o hebraico; e criaram uma rica cultura.

"Durante as últimas duas ou três gerações, os judeus criaram uma comunidade na Palestina (...) Esta comunidade possui população na cidade e no campo, organizações políticas, religiosas e sociais, língua e costumes próprios, uma vida própria." – Livro Branco de Churchill, junho de 1922[11]

"O governo britânico ficou impressionado com a realidade, a força e o idealismo do movimento [sionista]. Reconhece seu valor ao assegurar o futuro desenvolvimento da Palestina." – Relatório interino sobre a Administração Civil da Palestina para a Liga das Nações, junho de 1921[12]

Tel Aviv, cerca de 1930.

Durante o Mandato (1920-1948), os sionistas mantiveram a política, anterior à guerra, de comprar e revitalizar terras, muitas vezes usando técnicas inovadoras de agricultura. Até o ano de 1935 o Fundo Nacional Judaico havia plantado mais de 1,7 milhão de árvores.[13]

Os sionistas também desenvolveram indústrias, usinas elétricas, vida urbana e instituições sociais, como sindicatos, partidos políticos, hospitais, universidades e uma orquestra nacional. Três universidades foram fundadas antes de 1948. A Ópera Hebraica se apresentou pela primeira vez em 1922. A Orquestra Palestina, depois renomeada de Orquestra Filarmônica de Israel, foi fundada em 1936.

Os sionistas esperavam viver em amizade e cooperação com a população árabe e acreditavam que a revitalização da terra traria benefício para todos. Muitos árabes acolheram esta iniciativa, que também atraiu imigrantes árabes de países vizinhos. Um número estimado entre 25% e 37% dos imigrantes para a região, antes da criação do Estado de Israel, eram árabes, não judeus. Apenas entre 1922 e 1946, aproximadamente cem mil árabes oriundos de regiões vizinhas entraram no país. Aproximadamente 363 mil judeus imigraram no mesmo período.[14]

"Esses bons judeus trouxeram (...) prosperidade para a Palestina, sem prejudicar ninguém, nem tirar nada à força." – Carta de um notável alauita sírio para o primeiro-ministro francês, junho de 1936[15]

"Ninguém duvidou que os árabes haviam sido beneficiados pela imigração judaica. Seus números praticamente dobraram entre 1917 e 1940, os salários aumentaram, o padrão de vida melhorou mais do que em qualquer outro lugar do Oriente Médio." – Walter Laqueur, historiador [16]

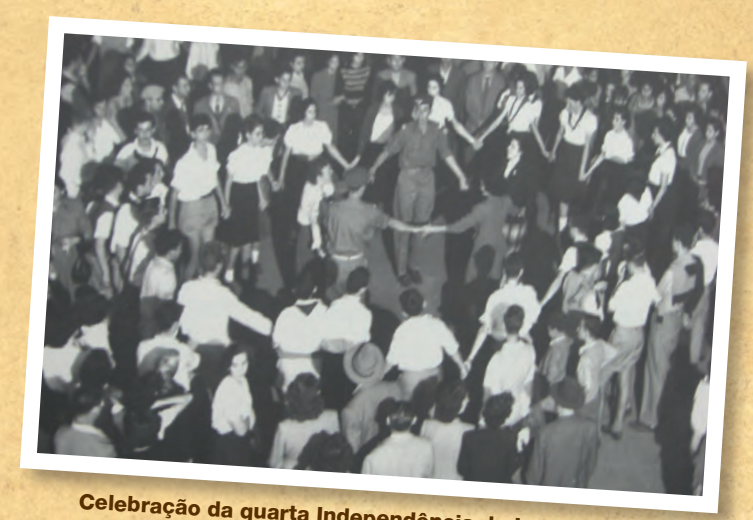
Mufti Haj Amin al-Husseini, líder árabe palestino, se encontra com Adolf Hitler na Alemanha, em 1941. Al-Husseini recrutou bósnios mulçumanos para uma divisão da SS.

Alguns líderes árabes na Palestina se tornaram cada vez mais hostis à comunidade judaica. Muitos eram afiliados ao movimento Nazista que estava surgindo, incitavam a violência e instigaram ataques em massa a judeus em 1920, 1921, 1929 e de 1936 a 1939.

Os britânicos violaram as determinações do Mandato em resposta aos protestos árabes. Restringiram repetidamente a imigração judaica e a compra de terras pelos judeus. Na medida em que o antissemitismo ganhava força na Europa, essas políticas acabaram por condenar centenas de milhares de judeus, que poderiam ter alcançado a segurança na Palestina, estabelecida, em parte, como um refúgio para judeus perseguidos.

Em 1947, o conflito entre os dois movimentos nacionais havia se intensificado, o que levou a ONU a recomendar a partilha do Mandato entre um estado judaico e um estado árabe. A área alocada pela ONU para os judeus era majoritariamente povoada por judeus. Somavam, então, 650 mil, um terço da população total do Mandato. Mais de 70% da terra proposta como a parte judaica não eram propriedades privadas, eram terras estatais provenientes do Mandato Britânico da Palestina [17]. As 277 comunidades judaicas rurais se estendiam pelo interior do país[18]. Tel Aviv cresceu de 550 pessoas em 1911 para 230 mil em 1948.[19]

Biluim da Primeira Aliá, 1882



Celebração da quarta Independência de Israel, 1952

Kibutz – comunidade socialista utópica

Inspirados pelo socialismo, pelo sionismo, pelos ideais agrários e pela necessidade, jovens sionistas criaram comunidades coletivas ímpares, dedicadas à igualdade e à propriedade comum de todos os recursos. Trabalhavam em cooperação nas tomadas de decisão, na produção, no consumo, no bem-estar e na educação.

O primeiro kibutz, Degania, foi criado por 12 jovens pioneiros em 1909. O movimento kibutz se tornou um dos maiores movimentos comunitários da história.

Hoje, Israel possui 270 kibutzim com 130 mil pessoas. Ainda que sejam menos utópicos e agrícolas do que eram originalmente, ainda tentam manter o idealismo de seus fundadores.

O termo em hebraico para a imigração a Israel é "aliá" ou "ascensão". Houve cinco ondas de aliá antes da Segunda Guerra Mundial, quando judeus de todo o mundo se juntaram àqueles que viviam lá.

Data	Números / Motivo	Origem da maioria
1ª Aliá 1882–1903	**25,000** Socialistas e judeus religiosos pré-sionistas buscavam escapar da perseguição e/ou reconstruir sua terra natal.	Rússia, Romênia, Curdistão e Iêmen
2ª Aliá 1904–1914	**40,000** Escapar dos progroms e da perseguição, restaurar a nacionalidade e a dignidade, realizar ideais socialistas	Rússia e Polônia
3ª Aliá 1919–1923	**35,000** Fugir da perseguição e da pobreza, restaurar a nacionalidade e a dignidade, realizar ideais socialistas.	53% da Rússia, 36% da Polônia, 11% da Lituânia, da Romênia, da Europa central e Europa ocidental
4ª Aliá 1924–1928	**67,000** Fugir da perseguição e da pobreza	Polônia
5ª Aliá 1929–1939	**250,000** Fugir da perseguição e do antissemitismo	Alemanha, Áustria e outros países

Em maio de 1948, depois de mais de dois mil anos, o Estado de Israel renasceu e o desejo de restabelecer a independência nacional e resgatar os exilados se tornou realidade.

Porém, difíceis batalhas ainda estavam por vir: desenvolver um estado, absorver sucessivas ondas de imigrantes e refugiados (a maioria oriundos de países árabes), defender o novo estado das guerras e do terrorismo, encontrar caminhos para paz e manter vibrante a tradição ética ancestral do judaísmo, mesmo diante da dura realidade, em um mundo quase sempre hostil.

O jovem estado de Israel se empenhou muito para enfrentar esses desafios.

---

[1]Dore Gold, "Jerusalem in International Diplomacy: Demography", Centro de Relações Públicas de Jerusalém, 27 de outubro de 2006. . [2]Citado em David Landes, "Palestine before de Zionists", Commentary, maio de 1976, p.22. [3]Arieh L.Avneri, The Claim of Dispossession, 4 ed., 2005, p.12; Benny Morris, The Birth of the Palestinian Refugee Problem, 1947-1949, 1989, p.17-18; "Demography of Palestine & Israel, the West Bank and Gaza", Jewish Virtual Library. [4]Liga das Nações, Relatório interino sobre a Administração Civil da Palestina, Julho de 1921. [5]Sir John Hope Simpson, "Palestine: Report on Immigration, Land Settlement and Development," 1930, p. 5. [6]Rashid Khalidi, *Palestinian Identity*, 1998, pp. 112–113. [7]Relatório da Comissão Peel, Capítulo IX, junho de 1937. [8]Benny Morris, *Righteous Victims*, 2001, p. 133. [9]Liga das Nações, "Interim Report on Civil Administration…," op. cit. [10]"Demography of Palestine & Israel, the West Bank and Gaza," Jewish Virtual Library. [11]O livro branco de Churchill", em Walter Laqueur & Barry Rubin (eds.), *The Israel-Arab Reader: A Documentary History of the Middle East Conflict*, 4th ed., 1987, p. 45. [12]Liga das Nações, "Interim Report on Civil Administration…," op. cit. [13]Jewish National Fund, "JNF Centennial Celebration," Site oficial Fundo Nacional Judaico. [14]Howard Sachar, *A History of Israel*, 2000, pp. 156, 167; Yehoshua Porath, *Palestinian Arab National Movement*, Vol. 2, 1977, pp. 17–18, 39. [15]Citado em Daniel Pipes, *Greater Syria*, 1990, p. 179. [16]Walter Laqueur, *A History of Zionism*, 1989, p. 510. [17]Moshe Aumann, "Land Ownership in Palestine, 1880–1948," em Michael Curtis et al, *The Palestinians*, 1975, p. 29. [18]Naftali Greenwood, "Redeemers of the Land," October 18, 1999. [19]The Economist, "Tel Aviv," *The Economist: Cities Guide*.

CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE & GUERRA AO TERRORISMO
1920–ATUALIDADE

"Esta será uma guerra de extermínio e um massacre inesquecível, que será lembrado como os massacres mongóis ou as Cruzadas." – Azzam Pasha, Secretário geral da Liga Árabe – BBC, 15 de maio de 1948

"Viemos de uma terra sofrida (...) de um povo (...) que não conheceu um único ano – um único mês – no qual mães não chorassem por seus filhos." – Yitzhak Rabin, 1993

Guerras **Grande incidente terrorista**

1920–1921 Revoltas e terrorismo árabes no período inicial do Mandato

O líder palestino Haj Amin al-Husseini incitou repetidamente revoltas violentas contra os judeus. Nos incidentes de 1920, seis judeus foram mortos e 200 ficaram feridos; em 1921, 43 judeus foram mortos e 147 ficaram feridos. Em resposta, os judeus organizaram forças defensivas, que depois se tornariam o Haganá, o precursor das Forças de Defesa de Israel (FDI).

1929 Massacres instigados por Haj Amin al-Husseini

Massacre de Hebron

Multidões atacaram judeus em Jerusalém, Safed, Jafa e Kfar Darom, um kibutz localizado na Faixa de Gaza. A comunidade judaica centenária de Hebron foi destruída e 67 judeus foram massacrados. Autoridades britânicas reportaram incidentes de estupro, tortura, decapitação de bebês e mutilação. John Chancellor, alto comissário britânico escreveu: "Não creio que a história tenha registrado muito horrores piores do que este nos últimos séculos.[1]" No total, 135 judeus foram mortos e 350 alejados ou feridos.

1936–1939 Grande Revolta Árabe

Com o apoio da Alemanha nazista, Haj Amin al-Husseini liderou uma rebelião de três anos contra seus adversários políticos, os britânicos e os judeus, para lutar pelo fim da imigração judaica e da compra de terras por judeus. A estimativa é que 415 judeus, 200 britânicos e cinco mil árabes tenham sido mortos.[2]

1947–1949 Guerra da Independência de Israel

Quando a ONU votou pela partilha do Mandato, em 29 de novembro de 1947, árabes palestinos, com ajuda de estados árabes, lançaram ataques contra judeus para tomar todo o Mandato. Em 14 de maio de 1948, Israel declarou a independência e foi imediatamente invadido pelos exércitos de cinco países árabes: Egito, Síria, Transjordânia, Líbano e Iraque. As recém-formadas FDI conseguiram prevalecer por 15 meses a uma guerra que tirou a vida de mais de seis mil judeus, aproximadamente 1% da população total.

1949–1956 Ataques dos Fedayin

Fedayin emboscaram este ônibus e massacraram seus passageiros.

Terroristas árabes (Fedayin), treinados e equipados pelo Egito, atacaram repetidamente civis israelenses a partir de bases no Líbano, na Faixa de Gaza e na Jordânia. Mil e trezentos israelenses foram mortos ou feridos em ataques terroristas.

1956 Guerra de Suez ou Guerra do Sinai

O Egito intensificou os ataques de fedayin, impediu a navegação de embarcações israelenses pelo Canal de Suez e bloqueou o porto de Eilat, violando leis internacionais e ameaçando a sobrevivência econômica de Israel. Com o apoio da França e da Grã-Bretanha, Israel ocupou a Península do Sinai e a Faixa de Gaza. O país se retirou completamente seis meses depois, quando o Egito assegurou sua livre navegação e forças de paz da ONU se instalaram no Sinai.

1959 Ataques do Fatah

Casa parcialmente destruída por constantes bombardeios sírios na Galileia, antes de 1967.

Yasser Arafat formou o Fatah em 1959 para conduzir operações de guerrilha contra Israel. Em 1965, o Fatah adotou a tática de fazer repetidos ataques para forçar Israel a reagir com agressividade contra os estados árabes que abrigavam guerrilheiros de Arafat, aumentando, assim, a animosidade entre Israel e os vizinhos árabes

1964 Formação da Organização para a Libertação Palestina (OLP)

A OLP foi formada no Egito, com o apoio da Liga Árabe, como uma organização guarda-chuva para grupos militantes anti-Israel. Em 1968, o Fatah de Arafat se juntou à OLP e, mais tarde, veio a dominá-la. Ao longo de décadas, a OLP realizou milhares de ataques contra israelenses e pessoas de outras nacionalidades ao redor do mundo, incluindo o primeiro sequestro de avião da história da aviação mundial.

1967 — Guerra dos Seis Dias

FDI liberta a Cidade Antiga de Jerusalém, 1967.

Israel foi forçado a se defender quando Síria, Egito, Jordânia e Iraque intensificaram os ataques terroristas. O Egito bloqueou ilegalmente o acesso de Israel a águas internacionais e expulsou as forças de paz da ONU. Os quatro países árabes colocaram mais de 240 mil tropas, armadas com tanques e aeronaves fornecidos pelos soviéticos, nas fronteiras de Israel, em preparação para uma invasão em grande escala. O ministro da defesa iraquiano ordenou às tropas: "ataquem os assentamentos civis do inimigo, transformem-nos em poeira e pavimentem as estradas árabes com crânios de judeus.[3]" Em uma medida sancionada por Lei internacional, Israel tomou a frente numa guerra defensiva e conseguiu capturar a Cisjordânia da Jordânia, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai, do Egito e as Colinas de Golã da Síria.

1967–1970 — Guerra de Desgaste

Logo após o cessar-fogo da Guerra dos Seis Dias, o presidente egípcio Gamal Nasser ordenou ataques a israelenses no Sinai. Durante o conflito, que durou três anos, 1.424 soldados israelenses e mais de cem civis israelenses foram mortos.

1972 — Massacre de Munique

Massacre de Munique, 1972.

Após 1967, terroristas palestinos atacaram israelenses por todo mundo. Em sua ação mais pública, o grupo Setembro Negro tomou como reféns e assassinou 11 integrantes da equipe olímpica israelense, durante os Jogos Olímpicos de Munique, em 1972. É amplamente aceito que os terroristas foram controlados pelo Fatah de Yasser Arafat, facção da OLP.

1973 — Guerra de Yom Kippur

Egito e Síria lançaram um ataque surpresa contra Israel no dia mais sagrado do calendário judaico. Mesmo pego de surpresa, o FDI conseguiu rechaçar a investida, bloqueando a passagem das forças egípcias pelo Canal de Suez e empurrando tropas sírias de volta para as Colinas de Golã. Embora vitorioso em sua estratégia militar, Israel pagou um preço devastador em termos de vidas humanas – 2.688 soldados israelenses foram mortos nas quase três semanas de confronto. O Egito alegou ter recuperado sua própria honra, por seu sucesso nas primeiras 48 horas da guerra.

1982–1985 — Guerra do Líbano

Depois que Jordânia expulsou a OLP em 1970, a organização se entrincheirou no sul do Líbano. Durante a subsequente guerra civil do Líbano (1975-1990), os ataques da OLP ao norte de Israel se intensificaram. Israel invadiu o Líbano em 1982 para erradicar a organização. A OLP se viu forçada a se realocar em Tunes. Em 1985, as forças israelenses se retiraram para uma zona de segurança, com cerca de seis quilômetros de comprimento, ao longo da fronteira, e permaneceu lá até sua retirada unilateral em 2000. Até 1982, 95 mil pessoas haviam morrido na sangrenta guerra civil libanesa. Falangistas libaneses cristãos entraram nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila e massacraram um número estimado entre 460 e 700 pessoas, incluindo 200 guerrilheiros da OLP. Ainda que nenhum israelense estivesse envolvido no massacre, uma corte israelense determinou que Israel e o general Ariel Sharon eram indiretamente responsáveis, porque as FDI não impediram a entrada dos falangistas nos campos.

1987–1991 — Primeira Intifada

A OLP começou a Intifada (termo árabe que significa revolta, agitação, levante) após circularem pelo território palestino falsos rumores de atrocidades cometidas por israelenses. Os palestinos alegavam que se tratava de um levante pacífico, mas logo tornou-se violento, com 27 israelenses mortos e mais de 1.400 civis israelenses e 1.700 soldados israelenses feridos. Quase metade das mil mortes palestinas foram causadas por outros palestinos na chamada "intrafada", brigas internas entre facções palestinas.[4]

1991 — Guerra do Golfo

Quando as forças de coalizão lideradas pelos EUA tentaram tirar o ditador iraquiano Saddam Hussein do Kuwait, ele tentou incluir Israel no conflito, lançando 39 mísseis Scud sobre país. Para não afetar a ação das forças de coalizão, Israel não retaliou.

1993 — Primeiro atentado suicida em Israel

Oito civis foram mortos num atentado suicida na região central de Israel, uma tática que seria cada vez mais usada por facções terroristas islâmicas no mundo inteiro.

2000–2005 — Segunda Intifada ou Intifada Al-Aqsa

Resultado de um atentado suicida, Segunda Intifada.

Uma campanha de atentados suicidas e ataques terroristas começou em 29 de setembro de 2000 e, no período de cin anos, deixou mais de 1.084 israelenses mortos e mais de 7 mil feridos – 71% eram civis. Aproximadamente 3 mil palestinos também foram mortos neste conflito, a maior parte deles eram combatentes.

2006 — Segunda Guerra do Líbano

O Hezbollah, grupo terrorista baseado no Líbano e apoiado pelo Irã, fez ataques através da fronteira entre Israel e o Líbano em 12 de julho, matando oito soldados e sequestrando dois. O grupo lançou simultaneamente uma enxurrada de foguetes contra civis no norte de Israel. Israel reagiu com uma operação militar que durou 34 dias.

2005–2014 — Ataques de foguetes do Hamas

Desde que Israel se retirou completamente da Faixa de Gaza, em 2005, o Hamas e outros grupos terroristas lançaram mais de 15 mil foguetes e morteiros em civis no sul de país. Israel lançou três operações militares para interromper o lançamento de foguetes e proteger homens, mulheres e crianças israelenses inocentes: a Operação Chumbo Fundido, em 2009, a Operação Pilar Defensivo, em 2012, e a Operação Margem Protetora, em 2014.

[1]Tom Segev, *One Palestine Complete*, 2000, p. 327. [2]Benny Morris, *Righteous Victims*, 2001 p. 133; "The 1936 Riots," The Jewish Virtual Library. [3]Michael Oren, *Six Days of War*, 2002, p. 293. [4]Grupo Palestino de Monitoramento dos Direitos Humanos (PHRMG, na sigla em inglês), "'Collaborators:' New Impetus for an Old Witch Hunt," *PHRMG Monitor*, Fevereiro de 2002.

Consequências das guerras:

Refugiados árabes e judeus

Guerras criam refugiados. Se os árabes tivessem aceitado o plano de partilha da ONU, em vez de começar uma guerra para tomar todo o Mandato Britânico da Palestina, existiria hoje um estado árabe palestino ao lado de Israel. Não haveria palestinos refugiados e nenhuma "Nakba" (catástrofe), o termo árabe da derrota de 1948. Se os países árabes não tivessem expulsado seus cidadãos judeus, também não haveria judeus refugiados.

"O problema dos refugiados palestinos nasceu na guerra, não foi planejado." **— Benny Morris, historiador[1]**

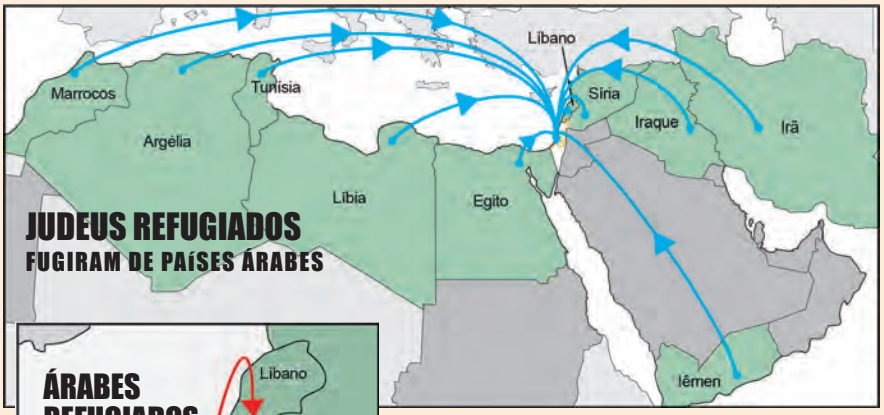
JUDEUS REFUGIADOS DE PAÍSES ÁRABES E MULÇUMANOS

Mais de 10 mil judeus se tornaram refugiados de áreas do Mandato onde os exércitos árabes prevaleceram.[2] Na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, exércitos árabes dizimaram comunidades judaicas e mataram ou expulsaram todos os judeus. Após a Guerra de 1948, nenhum judeu tinha permissão para viver em zonas ocupadas por árabes. A Jordânia assumiu o controle da Cisjordânia e se recusou a proteger os locais sagrados judaicos. Só no leste de Jerusalém 57 sinagogas, bibliotecas e casas de aprendizado, muitas delas centenárias, foram profanadas ou destruídas e suas pedras, usadas para construir mictórios, calçadas e rodovias.[3]

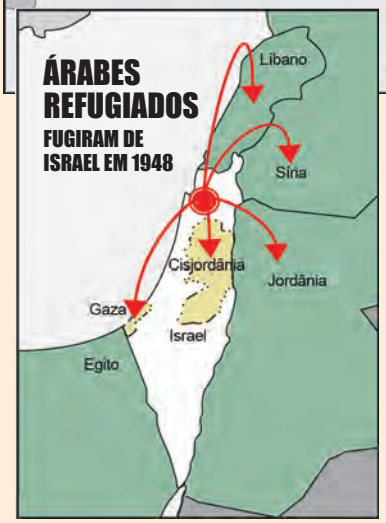
Mais de 850 mil judeus fugiram da crescente perseguição ou foram expulsos de regiões árabes e mulçumanas depois da Guerra da Independência. Entre 1949 e 1954, foram expatriados, apesar de algumas de suas comunidades terem mais de dois mil anos. Entre 1948 e 2000, a população judaica nos países do Oriente Médio e do Norte da África caiu de cerca de 900 mil para menos de 50 mil.[4]

Israel reassentou cerca de 600 mil judeus provenientes de regiões árabes. O novo estado, que mal havia se recuperado da devastação sofrida na guerra de 1948, esforçou-se para absorver tanto os desabrigados que vieram de regiões árabes quanto os 300 mil refugiados europeus da Segunda Guerra Mundial. A população israelense, que era de 650 mil pessoas em 1948 aumentou mais que o dobro em três anos, enquanto cumpria sua missão de ser um refúgio para judeus perseguidos. "Nenhum fluxo como esse havia sido testemunhado em tempos modernos. Era uma 'porta aberta' da qual nações mais antigas e muito mais ricas recuariam espantadas", disse o historiador Howard Sachar . Porém, embora a comunidade internacional tenha apoiado o renascimento do estado judaico, nenhuma agência internacional prestou assistência no reassentamento de judeus desalojados.

Refugiados judeus hoje: os primeiros refugiados não são mais considerados refugiados. Assim como as dezenas de milhões de refugiados do século passado, os judeus reconstituíram suas vidas em outras nações. Dois terços deles escolheram viver em Israel. Os refugiados do Oriente Médio e seus descendentes representavam mais da metade da população judaica de Israel até o final de 1990.



Mais de 850 mil judeus fugiram ou foram expulsos de regiões árabes e mulçumanas depois de 1948.



Entre 472 mil e 750 mil árabes palestinos foram desalojados pela Guerra árabe-israelense. A maioria fugiu para os territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia e para países árabes vizinhos.

JEWS IN GRAVE DANGER IN ALL MOSLEM LANDS

Nine Hundred Thousand in Africa and Asia Face Wrath of Their Foes

New York Times, 16 de maio de 1948: "Novecentos mil [judeus] na África e na Ásia enfrentam a ira de seus inimigos."

Campos temporários para refugiados, chamados de "ma'abarot", foram montados em Israel durante os primeiros anos do estado, para absorver refugiados judeus.

Declínio da população judaica em países do Oriente Médio[6]

	1948	2016		1948	2016
Argélia	140,000	50	**Líbia**	38,000	0
Egito	75,000	40	**Marrocos**	265,000	2.500
Irã	100,000	10.400	**Síria**	30,000	20
Iraque	150,000	7	**Tunísia**	105,000	1.000
Líbano	20,000	0	**Iêmen**	55,000	50

Em 1948, 160 mil árabes que viviam dentro das fronteiras israelenses aceitaram o convite para escolher a paz e viver como cidadãos israelenses. Elegeram, então, três representantes para o primeiro Knesset (Parlamento) . Depois que impasses com o governo no período pós-guerra foram resolvidos, eles se tornaram mais livres, mais instruídos e mais prósperos do que cidadãos comuns de outros países árabes. Embora alguns árabes israelenses se identifiquem com o nacionalismo palestino, uma enquete de 2013 revelou que mais da metade aceitava o direito de Israel de ser um estado de maioria judaica e mais de 63% consideravam o país um bom lugar para se viver.[8]

Entre 472 mil e 750 mil árabes palestinos (acadêmicos contestam esse número) deixaram a região que veio a ser Israel, por diferentes motivos: :[9]

- A maioria fugiu para não entrar no confronto, que Israel não começou, nem desejou.
- Pessoas de classes mais altas escaparam para evitar a guerra iminente. Sem sua liderança, a sociedade civil palestina se desmantelou, o que provocou ainda mais fugas.
- Muitos foram incentivados por líderes árabes a deixar o caminho livre para os exércitos árabes que avançavam, com promessas de que a vitória seria rápida e logo poderiam retornar.
- Muitos partiram quando a propaganda árabe se virou contra si mesma, gerando pânico ao espalhar boatos de atrocidades israelenses[10]
- Em alguns casos, tropas israelenses forçaram a saída de moradores árabes de suas casas em zonas estratégicas vitais para a sobrevivência do jovem estado, como Ramla e Lod e a região ao longo da fronteira ao norte.

Por anos, árabes palestinos acusaram os estados árabes de estimular a fuga:

"Os exércitos árabes entraram na Palestina para proteger os palestinos (...) mas, ao invés disso, eles os abandonaram, os forçaram a emigrar e partir." — Mahmoud Abbas, Presidente da Autoridade Palestiniana, 1976[11]

"Vamos esmagar o país. Os árabes devem conduzir suas esposas e filhos para áreas seguras até que luta chegue ao fim" — Nuri Said, primeiro-ministro do Iraque, 1948[12]

"Desde 1948, temos exigido o retorno dos refugiados. Mas fomos nós mesmos que os incentivamos a partir. Apenas alguns meses se passaram entre nosso apelo para que partissem e nosso apelo às Nações Unidas para que os ajudassem a voltar." —Haled al Azm, primeiro-minstro da Síria, 1948–1949[13]

As histórias inventadas sobre atrocidades em Deir Yassin "foram nosso maior erro (...) palestinos fugiram em pânico." —Hazem Nusseibeh, editor do noticiário do Serviço de Radiodifusão Palestino, 1948[14]

Campos de refugiados palestinos como este foram construídos nos territórios e em países vizinhos durante a Guerra Árabe-Israelense de 1948. Hoje, os campos são pequenas cidades precárias, nas quais as lideranças árabes nunca investiram e os moradores e seus descendentes ainda são considerados refugiados. Muitos países árabes ainda se recusam a integrá-los e, infelizmente, os usam como peões na propaganda contra Israel.

A situação singular dos refugiados árabes: as dezenas de milhões de refugiados de outras regiões do mundo afetadas por guerras durante este período se restabeleceram em outros países, mas os estados árabes vizinhos, com exceção da Jordânia, se recusaram a acolher árabes palestinos, ainda que compartilhem sua história, língua e religião. Em vez disso, governos árabes os confinaram em bairros de refugiados, recusaram-se a lhes conceder cidadania e depois usaram sua situação difícil como arma na propaganda contra Israel.

"Os estados árabes não querem resolver o problema dos refugiados. Querem manter a ferida aberta, como uma afronta à ONU e como uma arma contra Israel." — Sir Alexander Galloway, antigo oficial da UNRWA na Jordânia, 1952.[15]

"Desde 1948, líderes árabes (...) têm usado o povo palestino para interesses políticos egoístas. Isto é (...) criminoso" —Rei Hussein da Jordânia, 1960.[16]

"Todos os países árabes querem manter este problema como uma ferida aberta." – Ana Liria-Franch, representante regional no Cairo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), 2003.[17]

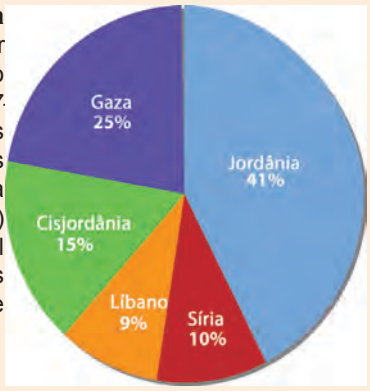
O "direito de retorno": governos árabes prometeram que refugiados poderiam voltar para casa. Líderes árabes declararam abertamente que seu objetivo era desmantelar demograficamente o estado judaico, ao inundá-lo com árabes palestinos.

Se os árabes retornarem à Israel – Israel deixará de existir." – Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito, 1961[18]

"O direto de retorno (...) extinguiria Israel como um estado judaico e esta não é uma opção." – Barack Obama, presidente dos Estados Unidos, 2008 [19]

Os refugiados hoje: a ONU deu tratamento especial aos refugiados palestinos. Em 1949, foi fundada a UNRWA, uma agência para servir exclusivamente a eles. No site da UNRWA, a agência é apresentada como "única, em termos de compromisso de longa duração com um grupo de refugiados (...) e com quatro gerações de refugiados."[20] Todos aqueles que refugiam estão aos cuidados de uma única agência da ONU, a ACNUR, e os descendentes de nenhum outro grupo são considerados também como refugiados. Em 2017, em torno de 5 milhões de pessoas se qualificam à ajuda da UNRWA. Depois que a Autoridade Palestina foi estabelecida, passou a governar 38% dos refugiados palestinos, mas não usou os bilhões de dólares que recebeu em ajuda estrangeira para melhorar suas condições de vida ou suas oportunidades.

Israel contribuiu com verbas para a UNRWA, mas não tem qualquer controle sobre suas políticas. Quando Israel administrava os territórios (1967-1994), seus esforços para melhorar as condições de moradia dos refugiados foram denunciados pela OLP e pela ONU nas Resoluções 2792 (1971) e 41/69 (1986), da Assembleia Geral da ONU. Os refugiados palestinos continuam a ser usados como massa de manobra política.



Porcentagem de refugiados palestinos por país/localidade, 2015[21]

[1]Benny Morris, *Birth of the Palestinian Refugee Problem, 1947–1949*, 1989, p. 286; David Meir-Levi, "The Origins of the Refugee Problem," *Jewish World,* 2005. [2]Anita Shapira, "The Past is not a Foreign Country," *New Republic*, 29 de Novembro de 1999. [3]Gerald M. Steinberg, "Jerusalem—1948, 1967, 2000: Setting the Record Straight," *Canadian Jewish News,* 24 de Agosto de 2000. [4]John F. Burns, "In the Islamic Mideast, Scant Place for Jews," Week in Review, *New York Times*, July 25, 1999. [5]Howard Sachar, *A History of Israel*, 2000, pp. 395–405. [6]Estatísticas consultadas em Mitchell Bard, *Myths and Facts: A Guide to the Arab-Israeli Conflict*, 2001, pp. 192–198 and "Vital Statistics: Jewish Population of the World: 1882–Present (2012)," Jewish Virtual Library. [7] Site oficial do Knesset. [8]Abraham Rabinovich, "Arab Israelis Find Israel 'Good Place to Live,'" Free Beacon, 2 de Junho de 2014. [9]Benny Morris, *Righteous Victims*, 2001, pp. 252–258; Yoav Gelber, *Palestine 1948*, 2001, pp. 74–84. [10]Sachar, op. cit., p. 333; "Israel and the Arabs: The 50 Year Conflict," Documentário da BBC.Citado por CAMERA, "Pattern of Bias," Julho de 1999. [11]Mahmoud Abbas, *Falastin a-Thaura*, Março de 1976, citado por "Palestine's Pawns," *Wall Street Journal*, 5 de JUnho de 2003. [12]Citado em Nimr el-Hawari, *Sir An-Nakbah,* 1952. [13] *The Memoirs of Haled al Azm*, 1973, Part I, pp. 386–387. [14] Entrevista com Hazem Nusseibeh "Israel and the Arabs: The 50 Year Conflict,"Documentário da BBC. Citado por CAMERA, "Pattern of Bias," Julho de 1999. [15]Alexander H. Joffe e Asaf Romirowsky, "A Tale of Two Galloways," *Middle Eastern Studies*, Setembro de 2010. [16]Citado por Alan Dershowitz, *The Case for Israel*, 2003, pp. 87–88. [17]Citado por Paul Garwood e Maggie Michael, "Palestinian refugees: championed by Arab world yet treated like outcasts," AP, 30 de Dezembro de 2003. [18]Citado np jornal Suíço Zibicher *Woche*, 1 de Setembro de 1961. [19]Barack Obama, "Obama: Opposes 'Right of Return' Inside Israel," YouTube, entrevista em vídeo, 2 de Maio de 2008. [20]Descrição da UNRWA em seu site oficial. [21]Estatísticas do site da UN/UNRW.

As consequências da Guerra de 1967

O termo "ocupação" se refere à administração militar israelense na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, que durou do fim da Guerra de 1967 até os Acordos de Paz de Oslo, em 1993. Israel entregou, então, a administração civil de quase todos os territórios povoados por palestinos para a recém-criada Autoridade Palestina e sua intenção era retirar gradualmente sua presença militar da região, mas isso não aconteceu por falta de um acordo de paz. No entanto, grupos radicais palestinos se referem a Israel inteiro como "território ocupado".

Fatos que você deve saber sobre a "ocupação"

A "ocupação" foi resultado direto do conflito mais amplo entre árabes e israelenses. O termo "ocupação" normalmente sugere um esforço agressivo para tomar dominar e governar povos estrangeiros, mas os territórios passaram a ser controlados por Israel durante a guerra defensiva de 1967. Palestinos e países árabe se recusaram a aceitar o direito do estado judaico de existir e se mobilizaram novamente para destruí-lo em 1967 (veja na página 13). Ao se defender, Israel rechaçou as tropas da Jordânia, do Egito e da Síria, e capturou os territórios vzinhos das linhas de armistício.

Os palestinos não reivindicavam os territórios até Israel capturá-los em 1967. Durante os 19 anos de ocupação do Egito e da Jordânia (1948-1967), ninguém pleiteou a criação de um estado palestino que incluísse a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. Os habitantes da Cisjordânia se tornaram cidadãos jordanianos. A primeira versão do Estatuto da OLP (1964) excluía explicitamente os territórios em sua descrição da Palestina e determinava que Israel deveria ser destruído e substituído por um governo árabe[1]. O estatuto só foi alterado para incluir a reinvindicação dos territórios depois que Israel os capturou em 1967.[2]

A OLP "não exerce nenhuma soberania regional sobre a Cisjordânia no Reino Haxemita da Jordânia, na Faixa de Gaza ou na região de Himmah." – Artigo 24 do Pacto da OLP, 1964

Israel tentou repetidamente encerrar a ocupação depois de 1967. Israel não desejava governar os palestinos. Duas semanas depois de encerrados os confrontos, o país ofereceu terras em troca de paz, mas os líderes árabes recusaram a proposta de forma categórica, declarando oficialmente os "três nãos" da conferência de Cartum.

> *"Não à paz com Israel, não ao reconhecimento de Israel, não às negociações com Israel."* – Resolução de Cartum, 1º de setembro de 1967[3]

Entre 1967 e 1969, e logo em 1979, nas cartas anexadas ao tratado de paz entre Israel e Egito, e de 1991 até hoje, líderes israelenses buscaram resolver seus conflitos com os palestinos de forma pacífica, mas seus esforços foram repetidamente rejeitados.[4]

Israel foi forçado a manter a presença na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, de 1967 até 1993, porque nenhum líder árabe se dispôs a ser um parceiro na busca pela paz. Leis e convenções internacionais exigiam que Israel administrasse os territórios até que um tratado de paz pudesse ser negociado. A resolução 242 da ONU não determinou que Israel se retirasse de todos os territórios capturados, mas estipulou que os beligerantes deveriam negociar a paz e a reconhecer mutuamente as novas fronteiras. A princípio, a comunidade internacional presumiu que Israel fosse negociar com o Egito e a Jordânia, que haviam ocupado territórios entre 1949 e 1967, mas os dois países se recusaram a negociar naquele momento. Quando renunciaram suas reivindicações aos territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, em 1979 e 1988, respectivamente, Israel ficou com a responsabilidade de continuar administrando a região. Quando Yasser Arafat e a OLP alegaram aceitar a existência de Israel e a negociação pela paz, Israel aproveitou a oportunidade para resolver o conflito.

Durante sua administração dos territórios, Israel buscou melhorar a vida dos palestinos. Barreiras militares vieram abaixo e, pela primeira vez desde a guerra de 1948, israelenses e palestinos puderam transitar livremente entre os territórios e o estado judaico. Israel também retirou as barreiras militares jordanianas e israelenses que haviam dividido Jerusalém entre 1948 e 1967. O país ajudou a modernizar a infraestrutura palestina de água e de outros setores, auxiliando na criação de mais de duas mil fábricas, criando sete universidades, expandindo escolas, ensinando agricultura moderna, montando programas de assistência médica e abrindo mais de cem clínicas de saúde. Israel instituiu a liberdade de imprensa, de associação e de religião e "ajudou a criar algo inteiramente novo – a primeira administração autenticamente palestina que os árabes da região conheceram." O desemprego despencou, a expectativa de vida subiu e a população quase dobrou nos 26 anos entre 1967 e 1993.[6]

> *Durante a década de 1970, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza constituíram a economia com o quarto crescimento mais rápido do mundo – na frente de alguns 'prodígios', como Singapura, Hong Kong e a Coreia do Sul, e substancialmente à frente do próprio Israel."* – Efraim Karsh, historiador[7]

1993–2007: Israel encerra gradualmente sua administração militar. Pelos Acordos de Oslo, de 1993, Israel entregou a administração civil ao governo eleito pelos palestinos, a Autoridade Palestina(AP), que foi criada em 1994. O plano de Israel era ajudar a criar um estado palestino autônomo em toda a Faixa de Gaza e na maior parte da Cisjordânia, incorporando terras onde vivem 98% dos palestinos.

• Em 1997, as tropas israelenses haviam deixado as cidades e vilas palestinas e as entregado à AP. Essas áreas eram o lar de 98% de todos os palestinos, que passaram se autogovernar sob a tutela da AP.[8]

Fatos sobre a administração israelense nos territórios (1967–1993)

- Os territórios se tornaram a economia com o quarto crescimento mais rápido do mundo na década de 1970.[9]
- A renda per capita na Cisjordânia cresceu 70% entre 1967 e 1973.[10]
- O desemprego na Faixa de Gaza despencou para 2%.[11]
- A mortalidade infantil caiu de 60 para 15 por mil nascimentos entre 1968 e 2000.[12]
- Israel gastou milhões de dólares em melhorias nos campos de refugiados.[13]
- O número de crianças em escolas aumentou 102% e o analfabetismo de adultos acima de 15 anos caiu 14%.[14]

- Depois que Yasser Arafat rejeitou as propostas de Camp David, nos anos 2000, e a Segunda Intifada começou, Israel reposicionou suas tropas em operações emergenciais contra grupos terroristas que se recusaram a encerrar as hostilidades contra o estado judaico.
- Apesar do terrorismo contínuo e do colapso das negociações de paz, Israel continuou suas retiradas. Em agosto de 2005, retirou-se das poucas áreas que ainda ocupava na Faixa de Gaza e de partes do norte da Cisjordânia, que somavam três vezes a extensão da Faixa de Gaza. Em um processo doloroso e controverso, Israel deslocou mais de 8.500 judeus que construíram comunidades prósperas ao longo dos 30 anos anteriores na Faixa de Gaza e empregavam dez mil palestinos das áreas do entorno. O país deixou sua cara infraestrutura intacta para ser usada pelos palestinos no futuro. Após a retirada, nenhum israelense judeu ou não judeu permaneceu na Faixa de Gaza. Até mesmo os cemitérios judaicos foram retirados da região.

Questões de fronteiras e assentamentos

Israelenses construíram comunidades na Faixa de Gaza e na Cisjordânia depois de 1967. Embora essas comunidades tenham sido politicamente contenciosas, foram construídas em áreas não desenvolvidas e inabitadas e eram inteiramente legais, de acordo com muitos estudiosos da lei. Os palestinos reivindicam direitos de soberania sobre a região. Muitos são habitantes antigos e sentem que foram privados de direitos políticos e de autodeterminação. Israel não deseja interferir em seus direitos, mas contesta sua reivindicação pelo território. O país também tem fortes reivindicações, e, portanto, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza devem ser chamadas de territórios ***em disputa.***

As reivindicações de Israel incluem:

Reivindicações legais: o Mandato Britânico da Palestina (1920-1948) foi a última autoridade soberana sobre os territórios. A Jordânia e o Egito os ocuparam ilegalmente entre 1948 e 1967. De acordo com leis internacionais, permanecem como partes não alocadas do Mandato, já que nenhum governo legal substituiu a sua jurisdição. Suas diretrizes determinavam que os judeus deveriam ocupar a região.

Reivindicações históricas: Judeia e Samaria (rebatizada de Cisjordânia pela Jordânia em 1951) foram o berço da civilização judaica e tiveram uma contínua presença judaica por três mil anos, até a guerra de 1948, quando os habitantes judeus foram mortos e aproximadamente dez mil foram expulsos por jordanianos.

Reivindicações relacionadas à segurança: estados árabes lançaram repetidos ataques de colinas estratégicas da Cisjordânia, de onde avistavam o coração de Israel. A resolução 242 da ONU previu negociações bilaterais que dariam a Israel fronteiras mais seguras e levariam a uma maior estabilidade regional. Se os grupos terroristas palestinos da Faixa de Gaza, que dispararam milhares de foguetes no sul de Israel, se estabelecessem na Cisjordânia, o coração de Israel estaria vulnerável a ataques.

As necessidades de segurança de Israel permanecem urgentes. Hoje, o governo palestino liderado pelo Hamas em Gaza continua a exigir a destruição de Israel, que continua sofrendo ataques de territórios palestinos e libaneses. O Hamas possui fortes laços com o Irã, a Síria e o Hezbollah, e estabeleceu relações com a Al Qaeda, todos os quais defendem a destruição de Israel (ver páginas 24-27).

Questões de fronteiras não resolvidas: A linha de fronteira pré-1967 (Linha Verde) não é uma fronteira internacionalmente reconhecida. É uma linha de armistício, que marca as posições ocupadas por tropas árabes e israelenses quando foi declarada a trégua ao final da guerra de 1948. Permanece assim porque os líderes árabes se recusam a negociar e estabelecer fronteiras definitivas. Os Acordos de Oslo determinavam, entre outras coisas, a negociação entre israelenses e palestinos sobre as delimitações entre o estado de Israel e o futuro estado palestino. Até a presente data, essas negociações não resolveram questões pendentes para satisfazer ambas as partes.

As preocupações com a segurança vêm da vulnerabilidade a ataques oriundos de territórios no entorno.

Fatos sobre os assentamentos israelenses na Cisjordânia: legais, mas politicamente contenciosos:[17]

- 1967-1979: quarenta e sete comunidades judaicas foram construídas nos territórios, em terras não desenvolvidas. A maior parte foi construída para garantir a segurança, mas alguns israelenses, como os sobreviventes do bloqueio do assentamento de Gush Etzion, retornaram para reconstruir comunidades judaicas capturadas e destruídas por forças árabes na guerra de 1948.
- Após 1977, 74 novas comunidades foram construídas nos territórios, em terras não alocadas e inabitadas.
- Após 1995, nenhuma comunidade nova foi construída. Em 2012, as 121 comunidades autorizadas existentes abrigavam 350 mil israelenses em 1,7% das terras da Cisjordânia.
- Oitenta por cento dos assentados vivem em comunidades próximas à Linha Verde, que atualmente formam subúrbios de Jerusalém e Tel Aviv.

O direito dos judeus de se assentarem na região é "assegurado por tratado e especificamente protegido pelo Artigo 80 da Carta da ONU (...) é equivalente, em todas as formas, ao direito da população palestina de viver lá." – Eugene Rostow, ex-subsecretário de estado dos Estados Unidos, 1990.[18]

[1]Article 24 of original Palestinian National Charter, 1964. [2]The amended Palestinian National Charter passed by the 4th Palestinian National Council, 1968. [3]Khartoum Resolutions, September 1967. [4]Letters between President Sadat, Prime Minister Begin, and President Carter attached to the Treaty of Peace between the State of Israel and the Arab Republic of Egypt, March 26, 1979. [5]Howard Sachar, *History of Israel*, 2000, pp. 678, 707. [6]Efraim Karsh, "What Occupation?" *Commentary*, July 2002; "Demography of Palestine & Israel, the West Bank and Gaza," Jewish Virtual Library; Bennett Zimmerman et al, "The Million Person Gap: The Arab Population in the West Bank and Gaza," February 2006, p. 12. [7]Karsh, op. cit. [8]Freedom House, "Freedom in the World: Palestinian Authority-Administered Territories [Israel] (2002)." [9]Karsh, op. cit. [10]Sachar, op. cit. p. 688. [11]Ibid. p. 687. [12]Karsh, op. cit. [13]Sachar, op. cit. p. 687. [14]Karsh, op. cit. [15]The Palestine Mandate, 1922. [16]Anita Shapira, "The Past Is Not a Foreign Country: The Failure of Israel's 'New Historians' To Explain War and Peace," *New Republic*, November 29, 1999. [17]Jeffrey Helmreich, "Diplomatic and Legal Aspects of the Settlement Issue," *Jerusalem Issue Brief*, January 19, 2003; Tovah Lazaroff, "Frontlines: Is Settlement Growth Booming?" *Jerusalem Post,* December 30, 2010. [18]Eugene W. Rostow, "Bricks and Stones: Settling for Leverage; Palestinian Autonomy," *New Republic*, April 23, 1990.

A evolução das relações entre Israel e EUA

Americanos e israelenses desenvolveram laços profundos, em função de suas histórias e valores semelhantes. Embora o povo judeu estivesse reconstruindo sua nação, ambos os países foram fundados por pessoas que procuravam criar uma sociedade melhor e construídos por pessoas que tornaram a terra produtiva com árduo trabalho braçal, acolhem imigrantes e estão comprometidos com a liberdade e a democracia.

John Adams, pai fundador da nação americana, desejava aos "judeus uma nova nação independente na Judeia" (1819).[1]

Quando a Primeira Guerra chegou ao fim e novas nações foram criadas a partir dos antigos impérios coloniais, os EUA endossaram a Declaração Balfour e o Mandato Britânico sobre a Palestina, que foram os precursores do moderno Estado de Israel.

Apesar de seus profundos valores compartilhados, os EUA nunca deram preferência automática a Israel. O jovem estado teve que provar seu valor e se ajustar aos interesses geopolíticos e econômicos dos americanos. Aos poucos, Israel se tornou um aliado crucial e um parceiro valioso no comércio, em programas humanitários e na pesquisa científica. A parceria beneficiou ambas as nações.

Paralelamente ao compromisso com a segurança de Israel, políticos americanos também deram apoio a estados árabes, prestaram assistência a palestinos e frequentemente buscaram ajudar a trazer a paz para a região.

Israel estava politicamente isolado no Oriente Médio pelo boicote diplomático da Liga Árabe (imposto em 1948). Foi ainda mais isolado pelos soviéticos e por blocos de nações não alinhadas, que cortaram relações diplomáticas com o país em meados da década de 1950. Ao mesmo tempo, Israel desenvolveu um forte relacionamento com o Irã (até 1979), a Turquia e outras nações europeias e latino-americanas. Quando a União Soviética acabou (1989), Israel rapidamente firmou acordos diplomáticos, comerciais e de cooperação com a Índia e países da Ásia e da Europa Oriental. No entanto, os EUA continuam sendo o mais constante e resoluto parceiro e aliado de Israel.

"Desde 1948, presidentes dos Estados Unidos e as duas casas do Congresso, em base bipartidária e apoiados pelo povo americano, têm frequentemente reafirmado a conexão especial entre os EUA e Israel, com base em valores e interesses compartilhados."

– Resolução congressional, março de 2012[2]

1948: EUA reconhecem Israel: Os Estados Unidos foram a primeira nação a reconhecer a recriação do Estado de Israel.

1950-1967: ao mesmo tempo em que reconhecem que Israel compartilha de valores americanos, os EUA apoiam tanto países árabes quanto o estado judaico: O governo americano acreditava que uma das melhores políticas para a paz no Oriente Médio era o equilíbrio do poder militar entre todos os países da região. A França e a Alemanha eram os principais parceiros de armas de Israel. O auxílio econômico dos EUA era imparcialmente igualitário. Entre 1946 e 1971, Israel recebeu dos EUA uma média de 60 milhões de dólares em auxílio por ano. Durante o mesmo período, os estados árabes receberam uma média de 170 milhões de dólares por ano [3] . Os EUA também financiaram quase dois terços do orçamento da UNRWA, agência da ONU de apoio aos refugiados palestinos [4]. Ainda assim, os EUA reconheceram que Israel compartilhava de seus valores.

Israel "carrega o escudo da democracia e honra a espada da liberdade." – John F. Kennedy, ex-presidente dos EUA

"Os israelenses têm demonstrado qualidades com as quais os americanos se identificam: coragem, patriotismo, idealismo, uma paixão pela liberdade." – Richard M. Nixon, ex-presidente dos EUA

1967-1968: os EUA reconhecem Israel como um aliado no Oriente Médio: A vitória surpreendente sobre os países árabes apoiados pelos soviéticos na guerra de 1967 convenceu os EUA de que Israel poderia ajudá-los na política de contenção da expansão soviética no Oriente Médio. Em 1968, pela primeira vez, o congresso americano concordou em vender jatos F-4 Phantom II para Israel. Ao mesmo tempo, os EUA continuaram fornecendo equipamento militar sofisticado para Jordânia, Marrocos, Egito, Arábia Saudita e os países do Golfo.

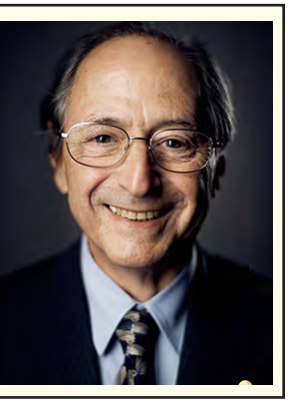
1969: Israel prova seu valor estratégico ao apreender novos equipamentos militares soviéticos: Os soviéticos forneceram armas e sua mais avançada tecnologia militar aos aliados árabes. Numa operação ousada, em dezembro de 1969, conhecida como "Operação Rooster 53", paraquedistas israelenses capturaram o mais moderno radar soviético no Egito e entregaram a informação tecnológica aos EUA.[5]

1970: Israel prova seu valor estratégico quando a Síria ameaça a Jordânia: Os EUA pediram para que Israel apoiasse a Jordânia quando tanques sírios invadiram o país. Os aviões israelenses não atacaram. Limitaram-se a voar baixo o suficiente para que os comandantes dos tanques invasores vissem a Estrela de David da bandeira israelense em suas asas. Os tanques sírios rapidamente se retiraram da Jordânia.

1973-1980: os EUA reconhecem Israel como um parceiro estratégico: Após a vitória de Israel contra o ataque surpresa árabe na Guerra do Yom Kippur, em 1973, os EUA perceberam que Israel poderia se impor contra a tecnologia e o armamento militar soviético e era seu

Israel participa de missão espacial internacional, 2003

Os químicos americanos de origem israelense Arieh Warshel e Michael Levitt dividiram o Prêmio Nobel de Química, em 2013, pelo desenvolvimento de modelos multiescala para sistemas químicos complexos



único aliado estável e militarmente forte no Oriente Médio. Israel se tornou apto para a vender equipamento militar aos EUA e os dois países iniciaram programas militares limitados em conjunto.

"Manter-se forte e seguro não é apenas do interesse de Israel, mas também dos EUA e (...) de todo o mundo livre." **–** Jimmy Carter, ex-presidente dos EUA

"Meu comprometimento com a segurança e o futuro de Israel tem por base a simples moralidade, assim como o interesse pessoal esclarecido." – Gerald Ford, ex-presidente dos EUA

1981: os laços entre Israel e EUA tornam-se mais fortes: O presidente Ronald Reagan acreditava que Israel era crucial para os interesses americanos no Oriente Médio. Os dois países assinaram um "Memorando de Entendimento" para cooperação militar e estratégica.

"Apenas ao apreciar plenamente o papel crucial que o Estado de Israel desempenha em nosso cálculo estratégico, poderemos construir a fundação que impedirá os avanços de Moscou sobre territórios e recursos vitais para nossa segurança e nosso bem-estar nacional." – Ronald Reagan, ex-presidente dos EUA

1980-2012: o subsídio militar americano ajuda não apenas Israel como também os próprios EUA e outros países: Com uma fração dos custos que têm para proteger seus aliados e interesses na Europa, na Ásia Oriental e no Iraque, os EUA protegem seus interesses no Oriente Médio através apenas de subsídios militares a Israel. O montante que o governo americano gasta anualmente para proteger a Coreia do Sul é igual ao montante que concede à Israel. Porém, as despesas com a Coreia do Sul estão alocadas no orçamento de defesa, enquanto os custos com Israel estão alocados no orçamento de ajuda externa [6].

Três quartos do financiamento militar que os americanos concedem a Israel são usados nos próprios EUA. Essas despesas geram lucro e empregos para os americanos. "Mais de mil empresas em 47 estados, no Distrito de Colúmbia e em Porto Rico assinaram contratos que valem bilhões de dólares.[7]"

O desenvolvimento tecnológico israelense faz com que os Estados Unidos economizem recursos significativos em pesquisa e desenvolvimento.

1985: Israel se torna um importante parceiro comercial dos EUA: Os dois países assinaram um acordo que dá livre acesso a bens americanos ao mercado israelense. A exportação dos EUA para Israel cresceu 437% em 2001, trazendo lucros para empresas americanas. Israel se tornou o segundo país, perdendo apenas para o Canadá, com maior número de produtos americanos importados per capita.

1987: os EUA reconhecem Israel como um importante aliado fora da OTAN: A cooperação estratégica e militar entre Israel e EUA se aprofundou. Em 1988, "os EUA tinham equipamentos pré-posicionados em Israel, realizavam regularmente exercícios de treinamento conjuntos, começaram a codesenvolver o míssil antibalístico Arrow e estavam engajados em uma série de outros esforços militares cooperativos.[8]"

1991: Israel atende as solicitações dos EUA na Guerra do Golfo: O Iraque lançou 39 mísseis Scud em Israel durante a primeira Guerra do Golfo. Atendendo à solicitação dos EUA, Israel não lançou nenhum contra-ataque para se defender, a fim de proteger a coalizão liderada pelos americanos.

1990-2012: pesquisadores americanos e israelenses cooperam em avanços tecnológicos e biomédicos: Israel e Estados Unidos têm trabalhado lado a lado na pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia de ponta e de produtos de biomedicina. Israel tem mais empresas negociadas na NASDAQ do que qualquer outro país, com exceção dos EUA e da China [9]. Empresas como Microsoft, IBM e Intel estabeleceram centros de pesquisa e desenvolvimento em Israel, nos quais pesquisadores israelenses e americanos trabalham em conjunto. Pesquisadores de ambas as nacionalidades dividiram Prêmios Nobel de Economia, em 2002, de Química, em 2004, de Economia, em 2005 e de Química, em 2009 [10].

1996 - atualmente: aliados na linha de frente contra o terrorismo: Os EUA e Israel assinaram um acordo de cooperação contra o terrorismo em 30 abril de 1996, prometendo combater juntos o terrorismo internacional e formar um grupo antiterrorismo. Em 1999, concordaram em "compartilhar avaliações de inteligência e preparar planos de cooperação para o desenvolvimento de recursos tecnológicos antiterrorismo." Israel forneceu vasta inteligência sobre grupos terroristas aos EUA [11].

Os EUA continuam a ajudar governos do Oriente Médio: Os EUA têm sido o principal financiador da Jordânia, do Marrocos, da Arábia Saudita, do Egito e dos países do Golfo Pérsico. Contribuiu com 2 bilhões de dólares ao ano para o Egito desde 1979 e vendeu regularmente equipamentos militares de primeira linha para o Egito e a Arábia Saudita. Os EUA continuam sendo o principal apoiador dos refugiados palestinos e da Autoridade Palestina, seja de forma direta ou através da ONU.

[1]All presidents' quotes in "U.S. Presidents on Israel," Jewish Virtual Library. [2]Resolution, "112th Congress 2nd Session H.R. 4133," March 5, 2012. [3]Mitchell Bard, "U.S. Aid to Israel," Jewish Virtual Library. [4]Mitchell Bard, "The United Nations and Israel," Jewish Virtual Library; Mohammed Daraghmeh, "Palestinian Aid Groups Refuse U.S. Money," AP, January 5, 2004. [5]"Operation 'Rooster,'" Jewish Virtual Library. [6]Tamar Sternthal, "*WSJ* Columnist Overstates U.S. Aid to Israel by Almost $1 Trillion," CAMERA, December 12, 2003. [7]Bard, "U.S. Aid to Israel," op. cit. [8]Mitchell Bard, "U.S.–Israel Relations: A Special Alliance," Jewish Virtual Library. [9]Leon Lazaroff, "China to capitalize on Nasdaq jump with Tech IPOs, BNY says," Bloomberg News, May 7, 2012. [10]Dr. E. E. Jaffe, "Israeli-American Nobel Prize Winner," Jewish Federation of Delaware, 2002; Royal Swedish Academy of Sciences. "Press Release," October 6, 2004; "The Nobel Prize in Chemistry 2004," Royal Swedish Academy of Sciences, "Press Release," October 10, 2005; Thomas H. Maugh II, "2 Americans, Israeli, Share Nobel Prize in Chemistry," *Los Angeles Times*, October 8, 2009. [11]"Counterterrorism Cooperation Accord Between the Government of the State of Israel and the Government of the United States of America," April 30, 1996; "Counterterrorism Group Formed," October 1999, Jewish Virtual Library.

A busca de Israel pela paz com seus vizinhos

O movimento sionista, e depois o estado renascido de Israel, sempre buscaram relações de amizade com seus estados vizinhos e vislumbraram os benefícios mútuos que teriam no comércio, na ciência, no meio-ambiente e em projetos humanitários trabalhando conjuntamente. Após a Primeira Guerra Mundial, muitos líderes árabes compartilhavam dessa visão:

Nós, árabes (...) vemos o movimento sionista com profunda simpatia (...) Desejaremos aos judeus um caloroso retorno para casa (...) nossos movimentos se complementam (...) Creio que nenhum dos dois poderá ser realmente bem-sucedido sem o outro." – Emir Faiçal, líder nacionalista árabe, 3 de março de 1919[1]

Mas dentro de pouco tempo, muitos líderes árabes se tornaram hostis ao sionismo, negaram o direito do estado judaico de existir como seu vizinho e repetidamente tentaram destruí-lo. Mesmo assim, Israel se agarrou ao sonho de uma coexistência pacífica. A pequena nação judaica ressurgiu e se protegeu com uma forte defesa, enquanto buscava relações de amizade e compromisso. O Estado de Israel sempre demonstrou boa vontade em fazer duras concessões diante de ofertas genuínas de paz. Infelizmente, apenas dois dos 22 países do Oriente Médio assinaram acordos de paz com Israel: Egito e Jordânia.

1937: Os sionistas aceitam a proposta de partilha da Grã-Bretanha com algumas ressalvas.

Com base no relatório da Comissão Peel, a proposta concedia ao estado judaico apenas 4% do território original do Mandato Britânico, que incluía a Jordânia e um estado árabe palestino confederado à nação jordaniana nos outros 96%. Líderes árabes rejeitaram a proposta.

1947: Os sionistas aceitam o plano de partilha da ONU

A Resolução 181, que recomendava a divisão de 22% das terras remanescentes, originalmente designadas para os judeus, para uma solução de dois estados: quarenta e cinco por cento da terra alocada para um estado árabe e 55%, para um estado judaico, embora 60% da parte judaica fosse o árido deserto de Neguev. Estados árabes rejeitaram o acordo e continuaram com as hostilidades para tomar conta de todo território. A ONU não interveio para fazer cumprir sua recomendação.

1949: Acordos de Armistício

Após a guerra de 1948 (ver página 12), Israel e seus vizinhos árabes concordaram em delimitar as fronteiras do armistício, deixando a Cidade Antiga de Jerusalém e a Cisjordânia ocupadas pela Jordânia e a Faixa de Gaza ocupada pelo Egito. As negociações de Lausanne, patrocinadas pela ONU, deveriam ter resultado em acordos de paz permanentes, mas os estados árabes se recusaram a aceitar a conciliação e as hostilidades contra o estado judaico se intensificaram. Em 1951, o Rei Abdullah da Jordânia foi assassinado por tentar negociar a paz com Israel.

> *"Temos uma arma secreta (...) que é o tempo. Enquanto não fizermos as pazes com os sionistas, a guerra não estará acabada; enquanto a guerra não estiver acabada, não há vencedores nem vencidos."* – Azzam Pasha, secretário geral da Liga dos Estados Árabes (1945-1952)[2].

1957: Israel se retira da Península do Sinai.

Israel capturou o Sinai durante a Guerra de Suez de 1956 (ver página 12). O Egito recusou a conciliação. Ainda assim, Israel se retirou depois de o Egito cessar o bloqueio ilegal aos navios israelenses no canal de Suez e no estreito de Tiran e as forças de paz da ONU ocuparem as fronteiras entre Israel e Egito.

1967: Israel aceita a Resolução 242 da ONU – terra em troca de paz

Os dois lados do conflito deveriam aceitar a paz, reconhecer a soberania um do outro e negociar "fronteiras mais seguras" [3]. Em troca, Israel se retiraria dos territórios capturados na guerra de 1967. Ao contrário do que alegavam líderes árabes, a resolução cuidadosamente redigida não exigia que Israel se retirasse de todos os territórios. Os estados árabes rejeitaram essa fórmula e permaneceram comprometidos com os "três nãos" da Resolução de Cartum – não à paz, não às negociações, não ao reconhecimento do estado judaico.

1979: Tratado de Paz com o Egito

Quando o presidente egípcio Anwar Sadat veio a Jerusalém e propôs um acordo de paz sincero, Israel o acolheu. Mesmo tendo descoberto petróleo e gás no Sinai, Israel entregou toda a Península do Sinai ao Egito (91% de toda a terra capturada durante a guerra de 1967), de acordo com a Resolução 242, desmantelou todas as comunidades que havia construído, cedeu sua infraestrutura de perfuração de petróleo intacta e abriu mão das receitas geradas pelos poços petrolíferos. Em 1981, o presidente Sadat foi assinado por extremistas egípcios por ter feito um acordo com Israel.

1993: Acordos de Paz de Oslo com a OLP

Depois que a OLP aceitou um acordo de paz, Israel aceitou se retirar da maior parte dos territórios e conceder autonomia de governo aos palestinos. Em troca, a OLP deveria parar com as provocações, renunciar ao terrorismo e aceitar o direito de Israel de existir em paz como um estado judaico com fronteiras seguras. Até 1997, 98% do povo palestino estaria sendo governado pela Autoridade Palestina.

1994: Tratado de paz com a Jordânia

O Rei Hussein e Israel chegaram a vários acordos, mas Hussein não os tornou públicos, devido à pressão exercida por estados árabes. A atmosfera na região mudou após os Acordos de Oslo de 1993, permitindo que Israel e a Jordânia formalizassem publicamente suas relações pacíficas.

2000-2006: Retirada unilateral do sul do Líbano

Apesar das contínuas hostilidades e ameaças do Hezbollah, grupo terrorista financiado pela Síria e pelo Irã, e apesar do fato do Líbano não ter feito as pazes com Israel, este retirou suas tropas de forma unilateral da zona de segurança que havia estabelecido no sul do Líbano, esperando assim promover a paz. Infelizmente, entre 2000 e 2006, o Hezbollah acumulou mais de 12 mil foguetes direcionados a Israel no Líbano, continuou a atacar com foguetes a fronteira ao norte de Israel e realizou diversos atos de violência na região e em outros locais. Em 12 de julho de 2006, o Hezbollah lançou um ataque surpresa, sequestrando dois soldados e matando oito, enquanto lançava simultaneamente foguetes sobre cidades israelenses.

2005: Retirada da Faixa de Gaza e de partes da Cisjordânia.

Embora a Autoridade Palestina não estivesse honrando seus compromissos, Israel se retirou de partes do norte da Cisjordânia e da área que ainda controlava na Faixa de Gaza, deslocando mais de 8.500 moradores israelenses, que relutantemente entregaram suas casas e as prósperas comunidades que haviam construído. Essas ações foram tomadas com a esperança de romper com o impasse no processo de paz e de facilitar uma solução de dois estados com fronteiras definidas.

2008: Ehud Olmert, então primeiro-ministro israelense, propõe um acordo abrangente, mas o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, não responde, nem faz uma contraproposta. O primeiro-ministro Olmert ofereceu toda a Faixa Gaza; 94% da Cisjordânia, com trocas de áreas equivalentes aos 6% restantes; a evacuação de 60 mil israelenses da Cisjordânia; uma capital compartilhada em Jerusalém, com um órgão internacional para supervisionar locais sagrados; e um programa de reunificação familiar para cerca de 50 mil refugiados palestinos[4], em resposta à demanda palestina pelo "direito ao retorno" de seus refugiados . O presidente Abbas não respondeu.

2009-2014: O primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu pediu repetidamente ao presidente Abbas, da AP, para retomar as negociações por dois estados para dois povos, mas Abbas manteve sua recusa até 2013[4]. As negociações falharam e foram formalmente encerradas em abril de 2014, quando a AP e o Hamas anunciaram sua unificação.

---

[1]Emir Feisal letter to Felix Frankfurter, March 3, 1919, reprinted in *The Israel-Arab Reader*, 1969, p. 21. [2]Quoted in Howard M. Sachar, *A History of Israel*, 2000, p. 453. [3]Khartoum Resolutions, September 1967. [4] Richard Boudreaux, "Olmert's Peace Offers Put Livni in Tight Spot," *Los Angeles Times*, February 4, 2009. [5]Tovah Lazaroff and Khaled Abu Toameh, "PM calls on Abbas to return to negotiating table," *Jerusalem Post*, May 8, 2012.

ESFORÇOS DE PAZ
ENTRE OS ISRAELENSES E PALESTINOS

***"Nós, que viemos de uma terra onde pais enterram seus filhos (...) dizemos hoje em alto e bom som: chega de sangue e lágrimas. Chega."* –** Yitzhak Rabin, primeiro-ministro israelense, em discurso no gramado da Casa Branca, 1993

O aperto de mãos no gramado da Casa Branca na ocasião da assinatura dos Acordos de Oslo. (Da esquerda para direita: Yitzhak Rabin, primeiro-ministro de Israel, Bill Clinton, presidente dos EUA, e Yasser Arafat, presidente da OLP).

A esperança de uma nova era de paz começou com os Acordos de Oslo, que prometiam acabar com décadas de guerra e contemplar as aspirações palestinas e, ao mesmo tempo, garantir a segurança de Israel.

Desde sua criação em 1964, o objetivo explícito da OLP é substituir Israel e não o de conviver lado a lado com o país. Novas oportunidades surgiram no começo dos anos 1990, quando a Primeira Intifada chegou ao fim e o presidente da OLP, Yasser Arafat, anunciou que endossava a Resolução 242 da ONU. Os inimigos de Israel pareciam estar prontos para largar as armas e estabelecer a paz. Israel estava pronto para aproveitar essa chance. A maioria dos israelenses e dos palestinos estavam cheios de esperança e otimismo.

Representantes de Israel e da OLP começaram a negociar em segredo, em Oslo, na Noruega, em 1992. Arafat, o arquiteto do terrorismo contra Israel, alegou ter renunciado à violência e disse que pararia com as incitações, reconheceria o direito de Israel de existir e aceitaria a solução de dois estados. Em troca, Israel e os Estados Unidos deixaram de lado o passado terrorista da OLP, reconheceram como representante oficial do povo palestino e concordaram em dar autonomia aos palestinos.

O processo de Oslo não correu de forma suave. Embora a Autoridade Palestina governasse 98% da população civil até 1997, o aumento de incitações e terrorismo levou Israel a postergar futuras retiradas. Os palestinos questionaram o compromisso de Israel com os acordos por conta desses atrasos, enquanto o apelo à violência por parte da mídia oficial, agências e líderes políticos e religiosos palestinos fizeram com que os israelenses questionassem a sinceridade de Arafat. Em Camp David, em 2000, Arafat rejeitou a oferta de Israel para uma solução de dois estados, que havia sido endossada pelo presidente americano Bill Clinton e não apresentou nenhuma contraproposta. A campanha de terrorismo conhecida como Segunda Intifada (Intifada Al-Aqsa) irrompeu dois meses depois. Em 2003, a ONU, a União Europeia, os Estados Unidos e a Rússia endossaram um novo plano, o Mapa da Paz, para reavivar o processo de paz. Quando essas negociações também falharam, Israel embarcou em uma política unilateral de retirada.

Peace Rally in Tel Aviv, 1995.

Eventos importantes no processo de paz de Oslo

13 de setembro de 1993: Arafat e o primeiro-ministro Yitzhak Rabin apertaram as mãos no gramado da Casa Branca e assinaram a *Declaração de Princípios sobre Arranjos para o Governo autônomo Interino.* A declaração estabeleceu passos graduais para a retirada israelense. Em troca, a OLP deveria refrear as incitações e toda a violência, desmantelar grupos terroristas e eliminar as cláusulas de seu estatuto que defendem a destruição de Israel. As questões mais difíceis – Jerusalém, refugiados, fronteiras finais, assentamentos e segurança – seriam negociadas cinco anos depois, quando Israel fosse assegurado de que o antigo inimigo havia sinceramente renunciado à violência e ao objetivo de destruir o estado judaico[1].

4 de maio de 1994: a Autoridade Palestina foi estabelecida para governar os palestinos **no acordo de Gaza-Jericó**. Israel passou a administração dos serviços civis para a AP e retirou suas tropas de Jericó e da Faixa de Gaza.

1º de julho de 1994: Arafat deixou o exílio na Tunísia e voltou para a Faixa de Gaza com os parceiros da OLP que estavam com ele.

Os acordos de Oslo, o mapa da paz e a retirada de Gaza: 1993- Atualmente

14 de outubro de 1994: o Prêmio Nobel da Paz foi entregue a Rabin, ao ministro de relações exteriores israelense Shimon Peres e a Arafat.

28 de setembro de 1995: Nos acordos de Oslo II, ou Acordo Provisório Israelo-Palestino, foi determinado que Israel se retiraria de centros populacionais palestinos, que passariam a ser governados pela AP. A Cisjordânia e a Faixa de Gaza foram divididas nas áreas A, B e C. As áreas A e B incluíam centros populacionais palestinos. Israel completou as retiradas em dezembro de 1995. Oslo II também estipulou a criação de uma força policial palestina com 30 mil homens para manter a ordem e controlar facções militantes, para a qual Israel concordou em fornecer armas. A OLP novamente concordou em parar com as incitações, fazer uma emenda em seu estatuto, que ainda exigia a destruição de Israel, e garantir o respeito aos locais sagrados para os judeus em seu território.

4 de novembro de 1995: Rabin foi assassinado por um israelense extremista, que rejeitava quaisquer concessões feitas aos palestinos, e Peres se tornou primeiro-ministro.

Ehud Barak, primeiro-ministro de Israel, Bill Clinton, presidente dos EUA, Yasser Arafat, presidente da OLP, em Camp David, 2000.

Março de 1997: protestos violentos estouraram em Hebrom e Belém quando Israel começou a construir Har Homa, um novo bairro judaico no sul de Jerusalém, em uma área que críticos palestinos reivindicam como parte de seu futuro estado.

23 de outubro de 1998: O Memorando de Wye River foi negociado para esclarecer as obrigações vigentes de cada uma das partes e para tratar de violações palestinas a acordos anteriores de acabar com as incitações, fazer emendas ao estatuto da OLP e desmantelar grupos terroristas. As futuras retiradas de Israel estavam condicionadas ao cumprimento dessas obrigações pelos palestinos.

11 a 25 de julho de 2000: Clinton agiu como mediador nas negociações de Camp David para resolver questões finais. O primeiro-ministro israelense Ehud Barak ofereceu 95% de territórios contínuos na Cisjordânia, 100% da Faixa de Gaza, uma capital no leste de Jerusalém, a remoção de comunidades judaicas daquelas áreas e 30 bilhões de dólares para o reassentamento de refugiados palestinos. Os palestinos não responderam à proposta. Autoridades da OLP mais tarde alegaram que a oferta de Barak cederia apenas enclaves desconexos. Autoridades israelenses e americanas contestaram a alegação.

As propostas finais feitas aos palestinos "não poderiam ser um piso para as negociações. Não poderiam ser um teto. Foram o telhado (...) Dizem que lá havia enclaves, é um mentira completa. Era contínuo."

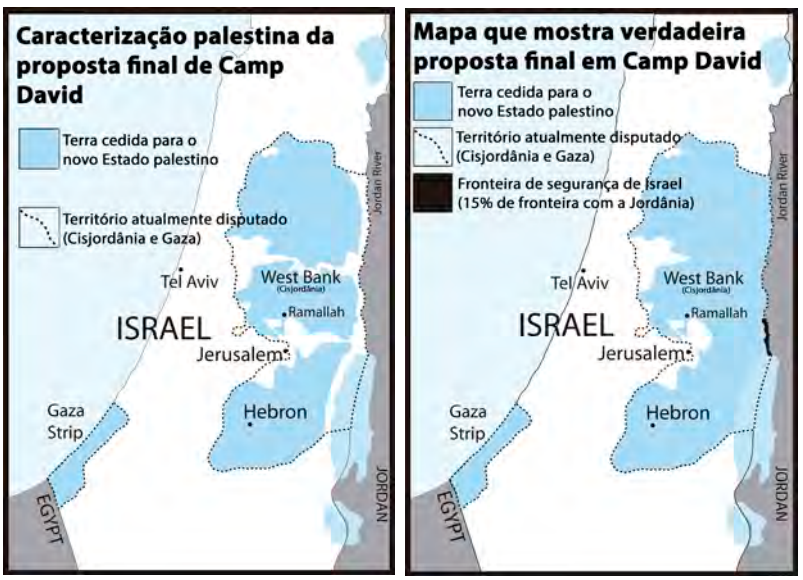
– Dennis Ross, enviado e negociador dos EUA[3]

"Vocês entendem que planejamos eliminar o Estado de Israel e estabelecer um Estado puramente palestino. Vamos tornar a vida dos judeus insuportável por meio de uma guerra psicológica e da explosão da população (...) Os judeus não têm utilidade para mim; eles são e continuarão sendo judeus."

Yasser Arafat, em fala para um público árabe em Estocolmo, Suécia, 30 de janeiro de 1996[2]

28 a 30 de setembro de 2000: a violência irrompeu, marcando o início da Intifada Al-Aqsa ou Segunda Intifada, uma campanha de terrorismo palestino, que basicamente encerrou o processo de Oslo. Embora, naquele momento, os palestinos tenham alegado que a caminhada de Ariel Sharon, então candidato a primeiro-ministro israelense, no Monte do Templo tenha desencadeado a violência, líderes palestinos (incluindo o ministro da comunicação, Imhad Falouji), depois admitiram publicamente que a Intifada havia sido planejada desde o fim das negociações de Camp David[4].

22 a 28 de janeiro de 2001: durante a Conferência de Taba, na qual Barak fez outra proposta, incluindo 97% da Cisjordânia, novamente não houve acordo.A proposta foi suspensa quando as eleições israelenses se aproximaram e os ataques terroristas aumentaram.



Líderes palestinos afirmaram que a proposta de estado palestino recusada por eles em Camp David cedia apenasuma sequência inviável de enclaves (esquerda). Dennis Ross, negociador e enviado americano ao Oriente Médio, afirmou que a proposta israelense era contínua (direita) e abrangente. (Mapas do livro The Missing Peace, de Dennis Ross, 2004).

George W. Bush, presidente dos EUA, com Ariel Sharon, primeiro-ministro de Israel.

4 de junho de 2003: o Mapa da Paz foi formalmente endossado, durante a Cúpula de Aqaba, pelo primeiro-ministro israelense Ariel Sharon, pelo primeiro-ministro palestino Mahmoud Abbas, pelo rei da Jordânia Abdullah II e pelo presidente dos EUA George Bush. O plano, baseado em desempenho, determinava que palestinos deveriam dar fim ao terrorismo e às incitações anti-Israel. A Israel caberia ajudar os palestinos a desenvolver suas instituições e interromper a construção de novas casas nos assentamentos. O mapa previa a instauração de um estado palestino até 2005. O "quarteto", a ONU, a União Europeia, os EUA e a Rússia, se responsabilizariam pelo processo.

11 de novembro de 2004: Arafat morre em Paris. O ex-primeiro-ministro da AP e colega de Arafat Mahmoud Abbas (Abu Mazen), foi eleito presidente da OLP e depois presidente da AP.

Agosto de 2005: Israel se retira unilateralmente dos 20% da Faixa de Gaza que ainda estavam sob sua administração e do norte da Cisjordânia, deslocando comunidades israelenses (incluindo cemitérios).

Janeiro de 2006: Ehud Olmert se torna primeiro-ministro interino depois de Sharon sofrer um AVC. O Hamas, grupo terrorista empenhado em destruir Israel, de acordo com sua carta fundadora, ganha as eleições parlamentares da AP.

2006: o Hamas sequestra o soldado das FDI Gilad Shalit. Estoura a guerra do Hezbollah.

Junho de 2007: o Hamas realiza um golpe violento que divide a AP em uma Faixa de Gaza controlada pelo Hamas e uma Cisjordânia controlada pela AP.

2009 a 2012: Abbas, o presidente da AP, se recusa a continuar as negociações diretas com Israel.

2013 a 2014: as negociações são retomadas e fracassam; o Fatah e o grupo terrorista Hamas planejam um pacto de união.

2016: Líderes palestinos rejeitaram esboços de um acordo de paz apresentado pelos EUA, dizendo "Não podemos reconhecer um Estado Judaico."

Diversos partidos políticos participam do processo de paz

ANO	EUA	ISRAEL	AUTORIDADE PALESTINA
1993	Presidente Bill Clinton, enviado dos EUA ao Oriente Médio, Dennis Ross	Primeiro-ministro Yitzhak Rabin, Partido Trabalhista	Presidente da OLP Yasser Arafat
1995	Presidente Bill Clinton, enviado dos EUA ao Oriente Médio, Dennis Ross	Primeiro-ministro Shimon Peres, Partido Trabalhista	Presidente da AP Yasser Arafat
1996	Presidente Bill Clinton, enviado dos EUA ao Oriente Médio, Dennis Ross	Primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, Partido Likud	Presidente da AP Yasser Arafat
1999	Presidente Bill Clinton, enviado dos EUA ao Oriente Médio, Dennis Ross	Primeiro-ministro Ehud Barak, Partido Trabalhista	Presidente da AP Yasser Arafat
2001	Presidente George W. Bush, enviado dos EUA ao Oriente Médio, Dennis Ross	Primeiro-ministro Ariel Sharon, Partido Likud	Presidente da AP Yasser Arafat
2004	Presidente George W. Bush	Primeiro-ministro Ariel Sharon, Partido Likud	Presidente da OLP Mahmoud Abbas
2006	Presidente George W. Bush	Primeiro-ministro Ehud Olmert, Partido Kadima	Presidente da AP Mahmoud Abbas
2009–2014	Presidente Barack Obama	Primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, Partido Likud	Presidente da AP Mahmoud Abbas

Terrorismo desde o começo do processo de paz de Oslo[5]

Nos cincos anos após a assinatura dos Acordos de Oslo, grupos terroristas palestinos contrários à solução de dois estados mataram 233 israelenses, mais do que o número de mortos (216) nos 15 anos que precederam os acordos. Apesar da escalada do terrorismo e das incitações, Israel continuou sua retirada até que 98% dos palestinos fossem governados pela AP. Israel reocupou essas áreas de forma intermitente quando necessário, para fins de segurança, com operações de defesa durante a Segunda Intifada. A violência minou a premissa central dos acordos de que as diferenças deveriam ser resolvidas pacificamente e teve o efeito de aniquilar o processo de paz de Oslo. Desde 2001, 22.250 foguetes e morteiros foram lançados contra Israel desde a Faixa de Gaza. 17.500 destes foram lançados pelo Hamas e outros grupos terroristas após a retirada de Israel da área.

Ano	Israelenses assassinados em ataques terroristas
Setembro 1993–1994	26
1994	65
1995	29
1996	56
1997	41
1998	16
1999	8
2000—Começa 2ª Intifada	44
2001	207
2002	452
2003	208
2004	117
2005	56
2006	30
2007	13
2008	36
2009	15
2010	11
2011	22
2012	10
2013	6
2014	25
2015	30
2016	20

[1]"Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangement," September 13, 1993. [2]Quoted in "Arafat in Stockholm," *Arutz-7*, February 27, 1996. [3]Interview with Dennis Ross on *Fox News Sunday*, April 21, 2002. [4]Lamia Lahoud, "PA minister: Intifada planned since July," *Jerusalem Post*, March 4, 2001. [5]Statistics compiled from "Fatalities in Palestinian Terror Attacks (1967–2005)," Jewish Virtual Library; 2007 data from Intelligence and Terrorism Information Center, "Anti-Israel Terrorism in 2007 and its Trends in 2008: Overview," June 5, 2008; Israel Security Agency, "2010 Summary: Data and Trends in Palestinian Terrorism"; Israel Security Agency, "2013 Annual Summary."

GRUPOS

28 de setembro de 2000 a 2007: o processo de Oslo chegou ao fim em setembro de 2000, quando vários grupos palestinos extremistas, com o apoio de Yasser Arafat e da AP, lançaram uma guerra terrorista contra Israel, conhecida como Segunda Intifada. Estes grupos tiraram os planos de paz das mãos dos palestinos comuns e forçaram Israel a se concentrar na autodefesa.

Embora tenha ocorrido ao longo dos anos do processo de Oslo, o terrorismo passou a se expandir em uma campanha organizada e sistemática de explosões em beiras de estrada, emboscadas e tiroteios. A tática mais conhecida da Intifada, os atentados suicidas, foi a mais letal, causando 47 por cento de todas as mortes israelenses. Os ataques visavam civis israelenses. Atentados suicidas atingiram restaurantes, casas noturnas, sinagogas, celebrações de Bar Mitzvá e ônibus públicos. Franco-atiradores atiravam em viajantes nas estradas. Terroristas se infiltravam em casas e lançavam foguetes em pátios de escolas.

Durante as negociações de Oslo, Yasser Arafat, a OLP e a AP se comprometeram a desarmar e desmantelar os grupos terroristas. Em vez disso, continuaram a promover incitações e a armar e dar apoio financeiro e ideológico aos terroristas, na expectativa de forçar Israel a fazer mais concessões.

A AP celebrou oficialmente os homens-bomba como mártires heroicos e autorizou a incitação pública ao ataque a israelenses na mídia e em escolas e mesquitas. Muitos oficiais de segurança da AP também atuavam como agentes terroristas. Em 2005, as medidas antiterrorismo haviam reprimido a segunda intifada.

Em janeiro de 2006, Mahmoud Abbas, primeiro-ministro da AP, anunciou que manteria a política de pagar subsídios anuais às famílias dos homens-bomba[3]. No mesmo mês, o grupo islâmico radical Hamas ganhou a maioria dos votos nas eleições da AP. Em um golpe violento em 2007, o grupo tomou a Faixa de Gaza.

"Quem pensa que a intifada estourou por causa da famigerada visita de Sharon à mesquita de al-Aqsa está errado. Esta Intifada foi planejada com antecedência, desde a volta do presidente Arafat das negociações de Camp David, onde ele virou a mesa com o presidente Clinton."

– Imad Falouji, ministro da comunicação da AP, 3 de março de 2001[1]

Terrorismo contra Israel
28 de Set., 2000 - 31 de Dez.,2005[2]

25.770 ataques terroristas

147 atentados suicidas (causando 48% de todas as mortes)

1.084 mortos

7.454 feridos

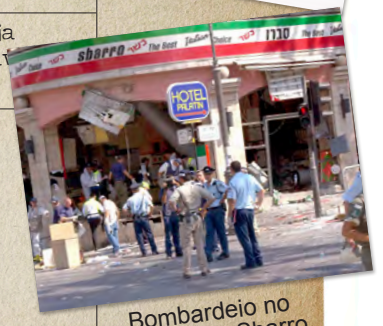
71% dos mortos e feridos eram civis (2000-2005)

Terrorismo palestino: quem é quem na guerra de terror contra Israel

Os terroristas vêm de uma vasta rede de grupos armados palestinos. Alguns são diretamente ligados à OLP, que permanece como uma força na AP. A maioria das autoridades da AP pertencem à OLP ou ao Hamas. Alguns grupos, como o Hamas, são islâmicos radicais, enquanto outros, como a Frente Popular para Libertação da Palestina (FPLP), são laicos. Logo após a retirada de Israel da Faixa de Gaza, no outono de 2005, agentes da Al Qaeda e do Hezbollah estabeleceram células na região. Apesar de competir com frequência, esses grupos muitas vezes colaboram entre si. Todos recebem incentivos, apoio financeiro, armas e, em alguns casos, instruções de países árabes e outros, que também oferecem refúgio. Por exemplo, o Irã doa anualmente milhões de dólares ao Hamas e ao Hezbollah; Khaled Meshal, o líder do Hamas, vive no Qatar; o Hamas e o Hezbollah assinaram um acordo em 2004 para intensificar os ataques contra Israel[4].

HAMAS (MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ISLÂMICA)[5]

Fundação:	1987 - venceram as eleições parlamentares da AP em janeiro de 2006.
Líderes:	Xeique Ahmed Yassin (1987-2004); Khaled Meshal (2004-2017); Ismail Haniyeh (2017-hoje)
Localização:	Cisjordânia e Faixa de Gaza; líderes também no Líbano, no Catar, no Egito e no Irã.
Ideologia:	Islâmicos da Irmandade Muçulmana. Oposição à OLP. "Israel existirá até que seja aniquilado pelo islã. Não há solução para a questão palestina a não ser atra[illegible] Jihad (guerra santa)." - Estatuto do Hamas.
Operações:	Tiroteios, bombardeios, ataques de foguetes, missões suicidas. 773 ataques terroristas apenas em 2003 e 2004. 41 atentados suicidas (1993-2000). 58 atentados suicidas (2000-2005). 377 israelenses mortos, 2.076 feridos (setembro de 2000 a abril de 2004) 29 homens-bombas interceptados e presos (2005) 40% do total de homens-bomba (2000-2005) Milhares de foguetes disparados contra civis israelenses (2005-2013)
Notas:	Importante agente na guerra terrorista contra Israel. Perpetrou 40 dos ataques suicidas. Domina a Faixa de Gaza. Mudou sua ênfase estratégica para ataques com foguetes, morteiros e túneis. Possui laços próximos com Irã, Líbano e Catar. Financiado por grupos na Arábia Saudita, em países do Golfo Pérsico e da Europa Oriental, pelo Hezbollah e outros. Listado como organização terrorista pelo Departamento de Estado americano, pela União Europeia, pelo Canadá, pelo Japão e por



Bombardeio no restaurante Sbarro, em Jerusalém.

TERRORISTAS

"Nós amamos a morte como nossos inimigos amam a vida"
- Ismail Haniyeh, 2014[6]

"Podemos ganhar ou perder [taticamente], mas nossos olhos continuarão a aspirar ao nosso objetivo estratégico, a saber, uma Palestina desde o rio até o mar [eufemismo para todo Israel]. O que quer que consigamos não pode nos fazer esquecer essa verdade suprema."
– Faisal Husseini, representante da OLP em Jerusalém e ministro da AP, abril de 2001[7]

ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP)[8]

Yasser Arafat.

Fundação:	1964
Fundadores/ Líderes:	O egípcio Ahmed Shukairy. Patrocinado pelo presidente egípcio Gamal Nasser. Yasser Arafat, presidente da OLP de 1969 a 2004. Mahmoud Abbas (Abu Mazen), cofundador e presidente da OLP, de 2005 até o presente.
Ideologia:	Nacionalismo árabe secular. "A luta armada é a única forma de libertar a Palestina. A partilha de 1947 e a instauração do Estado de Israel são inteiramente ilegais, independente do tempo que passou. Alegações de laços históricos ou religiosos dos judeus com a Palestina são incompatíveis com fatos históricos." - Estatuto da OLP, 1968.
Operações:	Sequestro de aviões, captura de reféns, bombardeios, assassinatos. 1968 a 1982: atacou civis israelenses e judeus no mundo todo e conduziu operações contra libaneses, jordanianos e americanos. Tentou derrubar o rei Hussein da Jordânia, mas foi derrotada pelo seu exército em setembro de 1970.
Notas:	Criada como uma organização guarda-chuva para grupos palestinos nacionalistas militantes. 1974: a ONU reconhece a OLP como representante exclusiva do povo palestino. 1993: a OLP assina os Acordos de Paz de Oslo e afirma, em anúncio formal, que reconhece Israel. Torna-se o partido político dominante na AP. 1996: a OLP vota por fazer emendas em seu estatuto para eliminar cláusulas que exigem a destruição de Israel. O texto permanece sem mudanças em documentos públicos até 2013. Acusada de ampla corrupção pela comunidade internacional e de roubo de auxílios internacionais durante seu governo na AP.

MOVIMENTO DE LIBERAÇÃO NACIONAL DA PALESTINA (FATAH)[9]

Milícias do Fatah: Tanzim e Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa

Fundação:	1959
Fundador:	O egípcio Yasser Arafat, com Mahmoud Abbas (Abu Mazen) e outros.
Ideologia:	Grupo de libertação nacionalista revolucionário. Dominou a OLP em 1968 e continua como sua maior facção.
Ramificações:	Tanzim: fundada em 1983. Braço militar e operacional do Fatah. Marwan Barghouti, líder da milícia na Cisjordânia, atualmente está preso em Israel, onde cumpre cinco penas de prisão perpétua. Brigada dos Mártires de Al-Aqsa: fundada em 2000, após a eclosão da Segunda Intifada. A maioria dos agentes do Fatah atua na milícia.
Operações:	Guerrilha, tiroteios, bombardeios, ataques com foguetes e atentados suicidas. 214 ataques terroristas apenas em 2003 e 2004. 33 atentados suicidas (2000-2005). Primeira mulher-bomba (27 de janeiro de 2002). 5 atentados suicidas realizados por mulheres (2002-2005).
Notas:	o Fatah possui várias outras milícias, incluindo a Força 17. No meio da segunda intifada, milícias do Fatah começaram a coordenar ataques conjuntos com grupos terroristas islâmicos radicais.

Reem Riyashi posa com o filho antes de se lançar em um atentado suicida que matou quatro israelenses em 2004.

GRUPOS

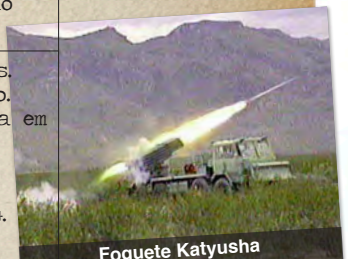
JIHAD ISLÂMICA NA PALESTINA[10]

Fundação:	1979
Fundadores/ Líderes:	Fathi 'Abd al-Aziz al Shqaqi (1979-1995), Xeique 'Abd al-Aziz 'Odah, Dr. Ramadan Shalah.
Localização:	Cisjordânia e Faixa de Gaza. Patrocinado por Irã e Síria.
Ideologia:	Islamismo radical e nacionalista. "Comprometidos com a criação de um "Estado Palestino islâmico e a destruição de Israel por meio da Guerra Santa". Se opõe aos governos árabes - BBC
Operações:	Tiroteios, bombardeios, ataques com foguetes e atentados suicidas. 1.000 ataques terroristas (2000-2004). 950 israelenses feridos, 150 mortos. 39 atentados suicidas (2000-2005). Batalha de Jenin, 2002. O centro de operações do grupo fIcava em Jenin, a "capital suicida" do terrorismo palestino.
Notas:	Grupo pequeno, mas cada vez mais relevante. Recruta seguidores em mesquitas e universidades. Opõem-se a hudnas (cessar fogo) e a tréguas em operações terroristas, como a que foi negociada para o período entre fevereiro de 2005 e janeiro de 2006.

Atentado suicida.

HEZBOLLAH (PARTY OF GOD)[11]

Fundação:	1982. Manifesto oficial lançado em 16 de fevereiro de 1985.
Fundadores/ Líderes:	Guardas iranianos revolucionários; Xeique Muhammed Hussein Fadlallah, líder espiritual; Xeique Abbas al-Musawi, secretário geral de 1991 a 1992; Xeique Hassan Nasrallah, de 1992 até o presente.
Localização:	Sul do Líbano. Instituído pelo Irã.
Ideologia:	Grupo terrorista fundamentalista islâmico xiita/partido político libanês. Os objetivos são: estabelecer um estado islâmico abrangendo todo o mundo árabe, eliminar Israel e lutar contra o "imperialismo ocidental".
Operações:	Tiroteios, ataques com foguetes, bombardeios, sequestros, atentados suicidas. 241 fuzileiros navais americanos mortos por homens-bombas em um caminhão. Bombardeio em barracas de fuzileiros navais americanos e na embaixada em Beirute, 1983. Decapitação do comandante da CIA Willian Buckley, Beirute, 1985. 29 mortos em bombardeio na embaixada de Israel em Buenos Aires, 1992. 96 mortos em bombardeio em um centro cultural judaico em Buenos Aires, 1994. 813 ataques terroristas entre 1990 e 1995. 3 guardas de fronteira israelenses sequestrados e assassinados, 2000. Iniciaram uma guerra através da fronteira internacionalmente reconhecida de Israel, ao sequestrar dois soldados israelenses, assassinar oito e bombardear cidades no norte do país, 2006. 5 israelenses e um búlgaro foram mortos em bombardeio em um ônibus na Bulgária em 2012.
Notas:	Não está localizado na Cisjordânia ou em Gaza, mas apoia amplamente grupos terroristas palestinos. Estabeleceu células na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Lançou ataques frequentes através da fronteira entre Israel e Líbano. Hoje conta com agentes no Caribe, na América do Norte, na América Central e na América do Sul. Considerado organização terrorista pelo Departamento de Estado dos EUA.



Foguete Katyusha lançado do sul do Líbano.

TERRORISTAS

"Ninguém pode perguntar por que Hitler puniu os judeus (...) Hitler realmente atacou os judeus ou estes mereciam punição ainda pior por seus crimes?" – Jornal estatal egípcio, 27 de maio de 2001[12]

Grupos terroristas menores

Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP)[13]

Grupos dissidentes:

Frente Popular para a Libertação da Palestina – comando geral (FPLP-CG)

Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP)

Fundação:	1967
Fundadores/Líderes:	George Habash (1971-2000); Ahmad Sadat (2001-presente).
Localização:	Cisjordânia, Faixa de Gaza, Síria e Líbano.
Ideologia:	Marxismo/leninismo, nacionalismo revolucionário através da insurgência armada. Recusam-se a reconhecer Israel. Romperam com a OLP em 1974 por causa de sua "estratégia em etapas" (libertar a Palestina em etapas, não em uma única guerra), mas depois voltaram a se juntar à organização.
Operações:	Iniciaram ataques midiáticos na década de 1970, com ações como sequestros de aviões, tiroteios, bombardeios e atentados suicidas. Assassinaram o ministro do turismo de Israel, Rechavim Ze'evi, em outubro de 2001. 8 atentados suicidas, 2000-2005. 14 homens-bomba interceptados e presos, 2005. Lutaram ao lado do regime sírio na guerra brutal contra seu próprio povo. Até 2015 mais de 200 mil pessoas haviam sido mortas na Síria, incluindo cerca de 3 mil refugiados palestinos.
Notas:	Foram grupos importantes nas décadas de 1970 e 1980, mas atualmente a FPLP e grupos relacionados a ela são pequenos e considerados menos relevantes.

Cama de uma criança assassinada por um terrorista.

Outros grupos terroristas não listados aqui também impõem sérias ameaças aos civis israelenses.

Resultado de atentado suicida em estação de ônibus em Tel Aviv, 2006.

Atentado suicida palestino em um ônibus israelense, 5 de março de 2003. Dezessete pessoas foram mortas e 53 ficaram feridas.

[1]Quoted by Lamia Lahoud, "PA Minister: Intifada planned since July," *Jerusalem Post*, March 4, 2001. [2]Intelligence and Terrorism Information Center, "Palestinian Terrorism in 2005," December 31, 2005. [3]Jonathan D. Halevi, "Abbas Approves PA Assistance to Families of Suicide Bombers," *News First Class*, December 5, 2005. [4]Terrorist Group Profile for Hizballah, *Country Reports on Terrorism, 2004*, United States Department of State, April 2005; Intelligence and Terrorism Information Center, "Special Information Bulletin," April 4, 2005. [5a]"Hamas," Jewish Virtual Library; Intelligence and Terrorism Information Center, "Suicide Bombing terrorism during the current Israeli–Palestinian confrontation," January 1, 2006; Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA), "2005 Terrorism Review," January 2, 2006. [6]Palestinian Media Watch, July 31, 2014, at http://palwatch.org/main.aspx?fi=157&doc_id=12235. [7]Quoted in the Lebanese *Al-Safir*, March 21, 2001. [8a]"PLO" at Jewish Virtual Library; CAMERA, "Yasir Arafat's Timeline of Terror," November 13, 2004; Barry Rubin and Judith Colp Rubin, *Yasir Arafat: A Political Biography*, 2003. [9a]"Fatah's Political Program," Jewish Virtual Library; Institute for Counter-Terrorism (ICT), "Fatah Tanzim," ICT website; Intelligence and Terrorism Information Center, "Suicide Bombing," op. cit.; MFA, "2005 Terrorism Review," op. cit. [10a]"Palestinian Islamic Jihad," Jewish Virtual Library; Intelligence and Terrorism Information Center, "Special Information Bulletin," February 28, 2005; Intelligence and Terrorism Information Center, "Suicide Bombing," op. cit.; MFA, "2005 Terrorism Review," op. cit. [11]ICT, "Hezbollah," ICT website; Intelligence and Terrorism Information Center, "Background Information about Hezbollah…" July 13, 2006; U.S. Department of State, "Background Information on Foreign Terrorist Organizations"; MFA, "Terrorism from Lebanon–Hezbollah," January 29, 2004. [12]Mahmoud Muhammad Khadhr, "In Defense of Hitler," *Al-Akhbar*, May 27, 2001. [13a]"PFLP," Jewish Virtual Library; Institute for Counter-Terrorism (ICT), "Popular Front for the Liberation of Palestine," ICT website; Intelligence and Terrorism Information Center, "Suicide Bombing," op. cit.; MFA, "2005 Terrorism Review," op. cit.

GUERRAS TERRORISTAS

As guerras convencionais contra Israel acabaram depois da guerra de 1973 e do tratado de paz entre Israel e Egito de 1979. Desde então, Israel tem que se defender de organizações terroristas apoiadas por países como a Síria e o Irã.

O grupo Hezbollah, representante do Irã com base no Líbano, desencadeou uma guerra contra Israel em 2006, conhecida como Segunda Guerra do Líbano ou Guerra do Hezbollah (ver página 13). O Hamas, que governa a Faixa de Gaza com apoio do Irã, forçou Israel a iniciar três operações militares a fim de parar o lançamento incessante de foguetes: Operação Chumbo Fundido (dezembro de 2008), Operação Pilar Defensivo (novembro de 2012) e Operação Margem Protetora (julho de 2014).

Em 2005, para promover a paz, Israel evacuou todos os seus soldados e 8.500 cidadãos da Faixa de Gaza. A retirada, no entanto, trouxe o aumento do terrorismo, não a paz. Em 2006, o grupo Hamas, apoiado pelo Irã, venceu as eleições parlamentares da Autoridade Palestina e violentamente assumiu o controle da Faixa de Gaza em 2007. Entre 2005 e 2008, o Hamas e grupos aliados lançaram 9.500 morteiros e foguetes sobre comunidades no sul de Israel, forçando o país a dar início à Operação Chumbo Fundido. Os ataques recomeçaram em 2012, forçando Israel a montar a Operação Pilar Defensivo. Uma trégua subsequente de vinte meses chegou ao fim quando afiliados do Hamas sequestraram e assassinaram três adolescentes israelenses e novamente começaram os disparos de foguetes, forçando Israel a dar início à Operação Margem Protetora, em julho de 2014.

"Se alguém estivesse jogando foguetes dentro da minha casa, onde minhas duas filhas dormem à noite, eu faria tudo que estivesse ao meu alcance para acabar com isso. E espero que os israelenses façam o mesmo." – Barack Obama, então candidato à presidência dos EUA, julho de 2008.[1]

O Hamas tirou proveito das tréguas para contrabandear armas e aprimorar seu armamento, mesmo com o bloqueio de Israel, que foi considerado legal pelo Relatório Palmer da ONU [2]. Em 2014, terroristas da Faixa de Gaza possuíam foguetes iranianos de longo alcance, que tinham capacidade de atingir 80% de Israel e haviam construído elaborados túneis subterrâneos para infiltrar comunidades israelenses e sequestrar ou matar israelenses em massa, assim como planejaram fazer no feriado judaico de Rosh Hashaná em 2014.[3]

O objetivo do Hamas, conforme declarado em sua carta fundadora e repetido regularmente por seus líderes, é a morte dos judeus, a "obliteração" de Israel e sua substituição por uma teocracia mulçumana ao moldes do Talibã (Carta de Fundação do Hamas, 1988). O Hamas, apoiado pelo Irã, rejeita todas as negociações e acordos e compartilha da ideologia dos islâmicos radicais que estão surgindo na região.

Trauma psicológico para os israelenses: foguetes e morteiros lançados pelos Hamas acertaram indiscriminadamente jardins de infância, hospitais, escolas, creches, casas e shoppings. Em 2014, um foguete caiu a 1,5km do Aeroporto Ben Gurion[4]. Os israelenses vivem com pavor das sirenes que, quando tocam, lhes dão apenas entre 15 e 60 segundos para encontrar um abrigo antibombas. Em Sderot, cidade na fronteira com a Faixa de Gaza, 94% das crianças sofrem de transtorno de estresse pós-traumático [5].

Afik Zahavi, 4 anos, morto por um foguete quando chegava à escola. Afik era filho único, nascido após anos de infertilidade

Reação de Israel: contenção e continuidade da ajuda humanitária.

No entanto, o país se viu compelido a montar grandes operações para conter os ataques. Israel tentou evitar operações militares maiores, limitando sua reação a operações periódicas precisas para destruir bases de lançamento de foguetes, depósitos de munições e túneis para o contrabando de armas. Quando os ataques de foguetes se intensificaram, Israel buscou estabelecer tréguas, mas o Hamas rejeitou tais propostas em 2008, 2012 e 2014. Mesmo assim, Israel continuou transferindo toneladas de auxílio humanitário, combustível e suprimentos médicos para os civis da Faixa de Gaza, através de passagens de fronteira designadas.

Objetivo de Israel em cada uma de suas principais operações: desarmar as capacidades militares do Hamas, enquanto evita danos aos palestinos comuns.

"Moradores da Faixa de Gaza (...) não estamos lutando contra vocês. Essa organização terrorista [o Hamas] trouxe desastres para dois povos." – Ehud Olmert, primeiro-ministro de Israel, 27 de dezembro de 2008 [6].

Os alvos de Israel eram de 15 ou 20 mil soldados que o Hamas se vangloriou em ter, a infraestrutura terrorista e os túneis para ataques letais[7].

O Hamas cometeu, de forma consistente, crimes de guerras e violações aos direitos humanos, colocando intencionalmente civis israelenses e palestinos em perigo. Atacavam civis israelenses de forma indiscriminada, usaram sistematicamente escudos humanos, convocando civis a se juntarem em prédios que eram alvos e usando escolas, mesquitas, hospitais, casas e prédios da ONU como bases de lançamento ou esconderijo de arsenais.

Essas estruturas protegidas foram transformadas em alvos militares legítimos, de acordo com leis internacionais de guerra, como aconteceu com escolas da UNRWA e o hospital Al-Wafa, na Faixa de Gaza, em 2014[8]. O Hamas encurralou os palestinos intencionalmente e os colocou em perigo.

"Todo e qualquer míssil contra Israel constitui um crime contra a humanidade, independente de acertar ou não, pois está direcionado a alvos civis." – Enviado palestino ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, 9 de julho de 2014[9]

O Hamas tentou regularmente manipular a mídia e exagerar os números de mortos civis para ganhar a simpatia do resto do mundo, em algo que alguns chamam de "estratégia das mortes civis" [10]. A rede BBC noticiou que as fotos aterrorizantes que o Hamas reivindicou como tendo sido tiradas durante a Operação Margem Protetora foram na verdade tiradas em 2009 ou antes, ou retratavam atrocidades no Iraque e na Síria[11]. O Hamas orientou os ativistas das redes sociais a chamar todas as vítimas de fatalidades de "civis inocentes", mesmo quando fossem combatentes[13], e a nunca mostrar imagens de foguetes sendo lançados de locais civis[12]. Após a Operação Chumbo Fundido, autoridades do Hamas admitiram que a maioria dos palestinos mortos, estimados entre 1.166 e 1.400, eram combatentes[14], assim como a maioria dos 167 mortos na Operação Pilar Defensivo e a maioria das vítimas da Operação Margem Protetora.

O Hamas tem uma *"estratégia grosseira (...) projetada para forçar Israel a matar seus próprios civis [palestinos] para que o resto do mundo o condene [Israel]."* – Bill Clinton, ex-presidente dos EUA, 17 de julho de 2014[15]

Em cada uma das principais operações militares, para proteger os civis da Faixa de Gaza, Israel foi além das exigências definidas por leis internacionais de guerra. Israel alertou os civis sobre os ataques iminentes, para que pudessem se dirigir a áreas seguras, por meio de centenas de milhares de telefonemas pessoais, milhões de panfletos distribuídos em larga escala e anúncios de rádio[16]. Infelizmente, houve muitas vítimas civis porque o Hamas incitou a população a não procurar áreas mais seguras.

"Alertas específicos e individualizados, por telefone e por texto, utilizados por Israel, vão bem além daquilo que a lei exige." – Laurie Blank, professora da Faculdade de Direito da Universidade Emory, julho de 2014.

• Israel usou ataques cirúrgicos e munições precisas para evitar danos a estruturas que ficavam perto de alvos militares e abortou diversas operações quando surgiam pessoas inocentes.

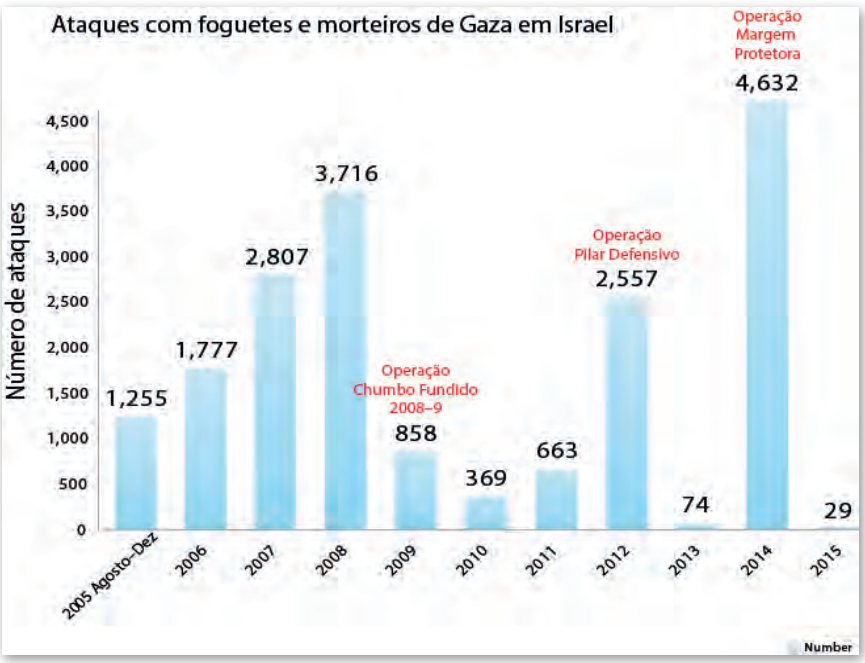
• Israel garantiu o transporte de bens necessários durante todas as suas principais operações militares, inclusive em tréguas unilaterais para garantir entregas, e cuidou de civis feridos, chegando a construir um hospital de campanha na fronteira entre Faixa de Gaza e Israel em 2014.

• O Relatório Goldstone da ONU criticou, em um primeiro momento, as ações de Israel na Operação Chumbo Fundido, mas o principal representante do relatório, o juiz Richard Goldstone, retirou suas principais críticas depois que surgiram mais provas, confirmando que "Israel não teve uma política de atacar civis intencionalmente."

"Israel pode estar elevando os padrões morais da guerra." – Will Saletan, julho de 2014

Alguns afirmam que Israel usou "forças desproporcionais" porque os palestinos tiveram mais vítimas. O princípio da proporcionalidade não significa que o número de vítimas ou a sofisticação do armamento devam ser iguais. A lei proíbe ações em que "os danos acidentais a civis são claramente excessivos em relação à vantagem militar prevista", de acordo com a Corte Penal Internacional. A resposta de Israel tem sido proporcional à ameaça que o Hamas impõe. Infelizmente, as vítimas civis são o subproduto mais trágico de guerra.

O número de vítimas palestinas foi alto porque o Hamas botou civis em perigo e porque seus abrigos antibomba subterrâneos serviram para proteger os líderes do grupo e suas armas, não os civis. Em contraste, Israel montou um elaborado sistema de defesa, com sirenes de alerta e abrigos antibombas, e com a Cúpula de Ferro, que derrubou 90% dos foguetes lançados contra locais civis e salvou incontáveis vidas.



[1] Dr. Aaron Lerner, "Obama's Sderot Remarks Illustrate How Olmert Team's Inaction Is Incomprehensible," IMRA, July 23, 2008. [2] Sir Geoffrey Palmer, Chair, "Report of the Secretary General's Panel of Inquiry on the May 31, 2010 Flotilla Incident," September 2011. [3] Gili Cohen, "Hamas firing long-range M-302 rockets at Israel, capable of 150-km distance," *Ha'aretz*, July 9, 2014; Lawrence A. Franklin, "Hamas Mega-Attack Planned through Gaza Terror Tunnels," *Gatestone Institute*, July 25, 2014. [4] Israel Ministry of Foreign Affairs, "Rocket fire from Gaza and Palestinian ceasefire violations after Operation Cast Lead (Jan 2009)," Israel Ministry of Foreign Affairs website, July 8, 2014; Jad Mouawad, "Airlines Suspend Flights to Israel After Hamas Rocket Falls Near Main Airport," *New York Times*, July 22, 2014. [5] Eli Ashkenazi and Mijal Grinberg, "Study: Most Sderot kids exhibit post-traumatic stress symptoms," *Ha'aretz*, January 17, 2008. [6] Ministry of Foreign Affairs, "The Hamas war against Israel: Statements by Israeli leaders," January 18, 2009. [7] Marie Colvin, "Iran Hones Skills of Hamas Fighters," *The Australian*, March 10, 2008; "Hamas Commander: Iran Training Our Men," *Jerusalem Post*, March 9, 2008. [8] International Committee of the Red Cross, "Rule 10. Civilians Objects' Loss of Protection from Attack," Customary International Humanitarian Law, 2014; "WATCH: Footage of IDF strike on Gaza hospital," *Times of Israel*, July 23, 2014. [9] MEMRI, "Palestinian Envoy to UNHRC: Israelis Warn Civilians Before Attacks, We Don't," Interview on Egyptian TV, posted July 13, 2014. [10] Marvin Kalb, "Kalb: Media used as a weapon in the 2006 Israeli–Hezbollah war," Harvard Kennedy School Shorenstein Center, March 13, 2007; Tablet Staff, "Top Secret Hamas Command Bunker in Gaza Revealed," *Tablet Magazine*, July 29, 2014; Thane Rosenbaum, "Hamas' Civilian Death Strategy," *Wall Street Journal*, July 21, 2014. [11] BBC Trending, "#BBCtrending: Are #GazaUnderAttack images accurate?," BBC News, July 8, 2014. [12] "Hamas Interior Ministry To Social Media Activists: Always Call The Dead 'Innocent Civilians'; Don't Post Photos Of Rockets Being Fired From Civilian Population Centers," MEMRI, Special Dispatch No. 5799, July 17, 2014. [13] *Ha'aretz* News Service, "Hamas admits 600–700 of its men were killed in Cast Lead," *Ha'aretz*, September 11, 2010. [14] "Al Jazeera Publishes Updated List of Gaza Dead; Analysis Confirms Israel Targeting Combatants," *Algemeiner*, July 21, 2014. [15] "Bill Clinton: Hamas' 'Crass Strategy' is to Kill Palestinians," *The Tower*, July 17, 2014. [16] Will Saletan, "Israel May Be Raising The Moral Standards Of Warfare," *Slate*, July, 12, 2014. [17] IDF, "Hamas' Use of Human Shields is a War Crime," IDF Blog, July 14, 2014. [18] Laurie R. Blank, "Getting the law right on the Israel–Hamas conflict," *The Hill*, July 11, 2014. [19] Sharona Schwartz, "Two New Videos From the Israeli Army That May Pose a Big Problem for Critics," *The Blaze*, July 16, 2014; IDF, "Pinpoint Strikes: Targeting Terrorists, Avoiding Civilians," IDF blog, July 11, 2014. [20] Sam Sokol, "Palestinians unlikely to use IDF field hospital," *Jerusalem Post*, July 20, 2014. [21] Richard Goldstone, "Reconsidering the Goldstone Report on Israel and War Crimes," *Washington Post*, April 1, 2011. [22] Will Saletan, "Israel May Be Raising The Moral Standards Of Warfare," *Slate*, July, 12, 2014. [23] Shoshana Bryen, "The Doctrine of Proportionality," Gatestone Institute, July 20, 2014.

AMEAÇA REGIONAL: UM IRÃ COM CAPACIDADE NUCLEAR

"Uma bomba atômica não deixaria sobrar nada em Israel, mas causaria apenas pequenos danos ao mundo muçulmano."

– Ali Rafsanjani, antigo presidente iraniano, 2001[2]

"Israel é um tumor cancerígeno que precisa ser removido."

– Ayatollah Khamenei, líder iraniano, 2012[1]

Em 1979, enquanto Israel selava a paz com o Egito, seu mais poderoso inimigo regional, uma nova ameaça surgiu. A Revolução Islâmica de 1979 no Irã levou ao poder aiatolás anti-Israel extremistas. O regime teocrático rompeu os laços amigáveis que existiam entre Israel e o Irã desde 1950[3]. O regime iraniano começou a usar uma retórica genocida que defendia a destruição de Israel e acelerou a construção de capacidades para armas nucleares, desafiando seis resoluções do Conselho de Segurança da ONU[4]. A comunidade internacional vê o Irã com capacidade nuclear com uma ameaça global[5]. Israel encara isso como uma ameaça existencial.

Os líderes iranianos têm maior propensão a usar armas nucleares do que qualquer outro estado com capacidade nuclear. Extremistas religiosos com uma ideologia apocalíptica e expansionista, os líderes do regime querem espalhar a revolução islâmica por todo o mundo[6]. Encorajaram seus cidadãos a cometer atentados suicidas[7], sacrificaram dezenas de milhares de crianças iranianas[8] e cometeram graves violações aos direitos humanos a fim de perseguir seus objetivos[9].

Um Irã com capacidade nuclear desencadearia uma corrida armamentista no Oriente Médio, desestabilizando ainda mais a já volátil região. Os países vizinhos, como a Jordânia, o Egito e a Arábia Saudita[10] já indicaram que também planejam começar programas nucleares.

O risco de terrorismo nuclear, com armas "sujas" nas mãos de terroristas, cresceria em Israel e no resto do mundo. O Irã já é reconhecido como líder mundial em financiamento ao terrorismo[11] e já financiou terroristas no Oriente Médio, na Europa, na Ásia Central[12] e na America do Sul . Irã e seus representantes também já mataram americanos e sulamericanos: 241 fuzileiros navais no Líbano, em 1983[13], e 23 soldados na Arábia Saudita, em 1996[14].O Irã tambem financiou terroristas no Iraque[15],o Talibã no Afeganistão[16] e atualmente apoia o presidente Assad na brutal guerra civil da Siria.

***Um Irã com capacidade nuclear poderia desestabilizar a economia mundial* através da manipulação do suprimento e dos preços do petróleo.** O Irã ameaçou fechar o Estreito de Hormuz, rota marítima para 40% do petróleo bruto mundial, e poderia intimidar os países do Golfo Pérsico e a Arábia Saudita a alterar os preços do petróleo[17].

Um Irã com capacidade nuclear representa ameaças especiais a Israel.

- O regime iraniano tem feito repetidas ameaças genocidas contra Israel, atacando judeus e israelenses em todo o mundo, e cometido atos de guerra contra Israel. Entre 2011 e 2012, agentes iranianos atacaram, ou tentaram atacar, missões diplomáticas israelenses na Índia, na Tailândia, na Geórgia e no Azerbaijão[18].

- O Irã tem sido o principal apoiador do Hezbollah[19] e do Hamas[20], grupos terroristas dedicados à destruição de Israel.

- Um ataque nuclear seria catastrófico para Israel, um país pequeno, com apenas 22 mil quilômetros quadrados e 8,7 milhões de pessoas[21].

Israel e a comunidade internacional estão tentando parar a corrida nuclear do Irã, através de negociações, resoluções da ONU e duras sanções econômicas. Tanto Israel quanto os EUA declararam que esperam poder resolver o conflito diplomaticamente, mas ambos também afirmaram que a ação militar deve permanecer como uma opção.

[1]Ayatollah Khamenei, "Friday prayer sermons in Tehran," The Office of the Supreme Leader Sayyid Ali Khamenei, February 3, 2012. (Note: In the Farsi version Khamenei is quoted as using the word "Israel." In the English translation of the speech, "Israel" is replaced with "The Zionist Regime." This is either a mistake or an intentional mistranslation.) [2]"Iran: We will help 'cut out the cancer of Israel,'" The Telegraph, February 3, 2012. [3]Rachel Brandenburg, "Iran and the Palestinians," U.S. Institute of Peace. [4]AFP, "Iran Nuclear Plant Violates UN Resolutions: Envoys," Channel NewsAsia, January 12, 2012. [5]"World Leaders Oppose a Nuclear Iran," Stop Iran's Nukes website. [6]Office of the Supreme Leader Sayyid Ali Khamenei, "IR Leader Receives Researchers on Mahdism," July 9, 2011; "Iran's Ahmadinejad: Sharon Dead and Others to Follow Suit," Iran Focus, January 5, 2006. [7]"Iran's New Government Glorifies Martyrdom," MEMRI, July 29, 2005, Global Security, "Intelligence," n.d. [8]Dave Siavashi, "Brainwashing Children: Basij militia to be established in 6,000 elementary schools," Iran News Now, November 12, 2009. [9]Amnesty International, "Annual Report 2011," 2011. [10]Richard Beeston, "Six Arab States Join Rush to Go Nuclear," London Sunday Times, November 4, 2006. [11]Greg Bruno, "State Sponsors," Council on Foreign Relations, October 13, 2011. [12]Richard Esposito and Brian Ross, "Iran 'Directed' Washington DC Terror Plot, U.S. Says," ABC News, October 11, 2011. [13]PBS, "Terrorist Attacks on Americans: 1979–1988," Frontline. [14]Philip Shenon, "23 U.S. Troops Die in Truck Bombing in Saudi Base," New York Times, June 26, 1996. [15]U.S. State Department Report on Terrorism, 2009, Chapter 3. [16]"U.S. officials: Taliban fighters training in Iran," CNN, March 23, 2010. [17]"Iran's Oil Industry: A House of Cards?," Institute for the Analysis of Global Security, July 5, 2007. [18]Daniel Byman, "Iran, Terrorism, and Weapons of Mass Destruction," Studies in Conflict & Terrorism, 2008, AP; "Did Iran plot to kill Israelis in Azerbaijan?" CBS News, February 21, 2012; Herb Keinon, Gil Hoffman, and JPost.com Staff, "Netanyahu: Iran is behind attacks on Israeli embassies," Jerusalem Post, February 13, 2012; Daniel Ten Kate and Suttinee Yuvejwattana, "Iranian Bombing Suspects 'Targeted' Israelis, Thai Police Say," Bloomberg, February 15, 2012. [19]Ali Akbar Velayati, advisor to the Supreme Leader Khamenei, Al-Jazeera TV, July 25, 2009. [20]"Palestinian Hamas Groups Admits that Its Fighters are Trained in Iran," Times (UK), March 9, 2008. [21]Elliot Abrams, "Israel and Iran: The Grounds for an Attack," World Affairs Journal, May/June, 2012.

A Nova Guerra contra Israel

B.D.S.

BOICOTE, DESINVESTIMENTO, SANÇÕES

Quando os inimigos de Israel perceberam que não poderiam derrotar o estado judaico por meio da guerra convencional ou terrorista, lançaram uma nova arma: uma campanha internacional de propaganda que se transformou no BDS, o movimento internacional de Boicote, Desinvestimento e Sanções contra Israel. Os ativistas do BDS manipulam fatos e a retórica dos direitos humanos para fazer acusações falsas contra Israel e exigir punições. A campanha não faz nada para promover a paz ou ajudar os palestinos. Sua meta é incitar a hostilidade contra Israel, negar seu direito de existir, persuadir democracias liberais a condená-lo ao ostracismo e abrir caminho para a aceitação do objetivo maior, como declararam seus fundadores: a eliminação de Israel enquanto estado judaico.

Líderes árabes e palestinos têm promovido boicotes contra Israel desde 1920 e a maioria dos países árabes ainda impõem rígidos embargos ao estado judaico[1]. A atual versão desse movimento, o BDS, foi lançado por ONGs radicais e alguns países islâmicos na Conferência da ONU contra o Racismo, realizada em 2001, em Durban, na África do Sul. Foi revigorado quando a Segunda Intifada retrocedeu em 2005 e extremistas palestinos assumiram a liderança do BDS[2].

O BDS parece ser descentralizado, mas é coeso e bem organizado, com uma estratégia de longo prazo. O movimento mobiliza aliados radicais e procura recrutar grupos progressistas em democracias liberais. Os líderes do BDS calculam e sincronizam cuidadosamente seus slogans, estratégias e ações; conduzem sessões de treinamento; cultivam novos líderes; mantém núcleos de palestrantes e fornecem manuais de instrução[3]. A União Europeia e diversas fundações são importantes financiadores de muitos grupos ligados ao BDS[4].

O BDS dissemina propaganda anti-Israel ao gerar publicidade por meio de protestos de grande repercussão e de resoluções para boicotar Israel ou desinvestir em companhias que fazem negócios com o país. O BDS assume várias formas:

- **Boicotes culturais e acadêmicos** a pesquisadores, artistas, cientistas e atletas israelenses; pressão para que artistas reconhecidos cancelem apresentações em Israel; perturbações em eventos que contam com a participação de artistas e palestrantes israelenses no exterior.
- **Boicotes econômicos** promovidos por meio de resoluções de desinvestimento — apresentadas a lideranças universitárias, centros religiosos, sindicatos, governos locais, associações profissionais e conselhos de acionistas de empresas — e de pressão para que comerciantes deixem de manter produtos israelenses em seus estoques.
- **Boicotes turísticos e diplomáticos** por meio de "guerra jurídica". Ativistas do BDS acusam falsamente autoridades israelenses de crimes de guerra e fazem com que sejam emitidos mandatos de prisão contra elas. Por exemplo, a política israelense Tzipi Livni teve que cancelar uma viagem ao Reino Unido em 2009 por medo de ser presa.[5]

O BDS faz frequentes alegações falsas de sucesso e tem tido poucas vitórias até agora, mesmo em campi universitários. Mais de 250 presidentes e organizações acadêmicas de universidades denunciaram o boicote da American Studies Association a Israel. Apenas 17 das duas mil universidades americanas consideraram o desinvestimento em 2014; só cinco o aprovaram, mas a medida foi rejeitada por seus dirigentes. No entanto, o BDS não mede o sucesso pelo número de boicotes implementados, mas pelo número de pessoas que atinge, pela publicidade que gera e pela eficiência em tornar convencional/aceitável a propaganda anti-Israel.

O BDS é fundamentalmente discriminatório. O movimento culpa apenas Israel pela falta de paz e condena o estado judaico isoladamente. "Boicotes parciais" a Israel pela Linha Verde, como aqueles recomendados pela União Europeia, são igualmente discriminatórios. Como escreveu o colunista Thomas Friedman: "criticar Israel não é antissemita e é torpe afirmar que é. Mas condenar apenas Israel ao opróbrio (...) é antissemita e deixar de dizer isso é desonesto[6]".

O BDS procura esconder sua pauta extremista: a eliminação de Israel enquanto estado judaico.

- "Somos contra um estado judaico em qualquer parte da Palestina", Omar Barghouti, cofundador do BDS[7].

- Uma das demandas centrais do BDS é o suposto "direito de retorno" a Israel de milhares de refugiados palestinos, que tornariam os judeus uma minoria em seu próprio estado. Segundo Barghouti, "o retorno de refugiados terminara com a existencia de israel como um Estado judaico[8].

[1] Anglo-American Committee of Inquiry, "A Survey of Palestine Volume I," p. 31, Government Printer, Palestine, December 1945 and January 1946 and Mitchell Bard, "The Arab Boycott," Jewish Virtual Library, September 27, 2007. [2] Gerald M. Steinberg, "The Centrality of NGOs in the Durban Strategy," *Yale Israel Journal* 9 (Summer 2006) and "Palestinian Civil Society Call for BDS," BDS website, July 9, 2005. [3] US Campaign to End the Israeli Occupation, "Divest Now! A Handbook for Student Divestment Campaigns," September 16, 2010. [4] NGO Monitor, "BDS: Funders," NGO-Monitor website. [5] Ian Black, "UK to review war crimes warrants after Tzipi Livni arrest row," *The Guardian,* December 15, 2009. [6]Thomas Friedman, "Campus Hypocrisy," *New York Times*, October 16, 2002. [7] John Y. Jones, "Omar Barghouti—Strategies for Change," Vimeo, September 2013. [8] Ali Mustafa, "'Boycotts work': An interview with Omar Barghouti," Electronic Intifada, May 31, 2009, at http://electronicintifada.net/content/boycotts-work-interview-omar-barghouti/8263.

A AUTODEFESA DE ISRAEL

A longa história do terrorismo contra Israel forçou o país a desenvolver estratégias antiterroristas inovadoras. Israel é hoje respeitado mundialmente por sua expertise na área e suas políticas se tornaram um modelo para outras democracias, que também estão comprometidas com a defesa de valores humanitários, mesmo quando enfrentam terroristas que operam entre civis. Ao reagir às guerras e ao terrorismo, desde 2000, Israel tem buscado formas de defender seus cidadãos e, ao mesmo tempo, proteger a vida de palestinos e libaneses inocentes que também são vitimados por aqueles que querem destruir Israel.

Autodefesa

Assinados por terroristas: cinco membros da família Fogel, incluindo um bebê de três meses, março de 2011.

Mísseis e munição, oriundos do Irã, expostos em Eilat (foto do porta-voz das Forças de Defesa de Israel).

Terroristas e bombas entraram ilegalmente em Israel escondidos em ambulâncias.

Foguetes são lançados frequentemente de áreas palestinas em escolas, hospitais, casas e comunidades israelenses.

Os princípios norteadores das políticas israelenses são:

Humanitários

- **Salvar a vida dos cidadãos israelenses.**
- **Proteger a vida e o bem-estar de palestinos inocentes.**
- **Defender os direitos humanos e civis, com aprovação da Suprema Corte para políticas controversas.**

Defensivos

- **Deter terroristas e desmantelar sua infraestrutura.**
- **Evitar o sucesso de missões terroristas.**
- **Erradicar líderes terroristas e seus apoiadores.**

“Por que [as forças sírias] não aprendem com o exército israelense, que faz grandes esforços para evitar bombardeios em áreas povoadas por civis no Líbano e na Palestina?”

– Faisal al-Qassem, âncora árabe da Al Jazeera, 2014.[1]

Valores Humanitários

Médico israelense atende vítima da guerra civil na Síria

Israel entrega ajuda humanitaria na Faixa de Gaza

Folheto distribuído por Israel para alertar civis na Faixa de Gaza.

Militantes palestinos usam frequentemente mulheres e crianças como escudos humanos durante ataques.

Israel está sob ataque incessante desde sua fundação em 1948 e aprendeu a preservar seus valores humanitários enquanto protege seus cidadãos.

Coleta de informações

A arma mais eficaz e importante de Israel são operações de inteligência, que permitem monitorar e prevenir ataques contra seus cidadãos.

Medidas de dissuasão e prevenção

Israel opta por não usar todo o seu poder militar para eliminar terroristas, com o intuito de limitar a perda de vidas inocentes. Uma estratégia foi tentar neutralizar o acesso dos terroristas a centros populacionais israelenses. Não há barreiras naturais entre Israel e a Cisjordânia. Havia barreiras construídas quando a Jordânia ocupou a Cisjordânia, mas Israel as removeu quando assumiu o controle da região na guerra de 1967. Nos 33 anos seguintes, as pessoas circulavam de forma mais livre entre a duas regiões. Porém o trânsito livre chegou ao fim quando a campanha terrorista irrompeu em 2000. Israel precisou evitar que terroristas simplesmente entrassem a pé ou de carro em comunidades israelenses para mutilar e assassinar homens, mulheres e crianças.

THE SUNDAY TIMES
07 de maio de 2006

Israel impede plano (palestino) de matar presidente palestino[2]

A inteligência israelense descobriu plano do Hamas para assassinar o presidente palestino, Mahmoud Abbas, segundo o Sunday Times de Londres.

Terrorista armado, vestido de mulher. Foi capturado pelas forças israelenses.

Israel utiliza diversas formas de prevenção:

Postos de inspeção

Todos os postos de inspeção são temporários, legais e parte dos mutuamente aceitos Acordos de Oslo. São inconvenientes para palestinos e israelenses, embora Israel tenha introduzido progressivas melhorias para facilitar o trânsito de palestinos.

- *Inspeções de segurança dentro da área de Israel pré-1967: todos os israelenses e visitantes precisam passar por detectores de metal e revistas de bolsas e/ou possíveis revistas corporais, quando entram em espaços públicos como shoppings, rodoviárias, museus, casas noturnas, cafés, hotéis e locais religiosos.*
- *Postos de inspeção em fronteiras: havia 26 postos de inspeção entre Israel e os territórios em setembro de 2005[3]. Neles, é controlado o acesso a Israel a partir da Cisjordânia. Assemelham-se aos pontos de inspeção que outras nações mantêm em suas fronteiras com países vizinhos.*
- *Postos de inspeção e bloqueios em estradas no interior da Cisjordânia: procuram evitar que terroristas circulem livremente pela Cisjordânia e foram construídos em torno de cidades conhecidas por serem centros terroristas, como Nablus. Em 2005, à medida que a construção do muro avançava, Israel reduziu o número de postos e bloqueios. Quando os esforços de segurança da AP foram aprimorados em 2009, o número de bloqueios israelenses em estradas caiu para dez e o número de postos, para 14[4].*
- *Postos de inspeção emergenciais e na região entre a Linha Verde e a barreira: em setembro de 2005, com o avanço da construção da barreira, Israel pôde reduzir o número de postos e bloqueios na Cisjordânia. Os mesmos são construídos em períodos de alerta e depois são rapidamente desmontados[5]. Com a diminuição do terrorismo, Israel reduziu o número de postos. Em 2012, restavam apenas dez, ativos apenas em períodos de alerta contra terroristas[6].*

Estradas de desvio

Estradas de desvio foram acordadas nos Acordos de Oslo.

Israel construiu vias expressas em territórios que passam ao largo de centros populacionais muito populosos, permitidas pelos Acordos de Oslo. As estradas eram usadas livremente tanto por palestinos quanto por israelenses até o início da Intifada em 2000. Então, para reduzir o número de vítimas de ataques na beira da estrada e tiroteios de veículos em movimento, Israel reservou algumas estradas apenas para cidadãos israelenses de todas as religiões, incluindo muçulmanos, cristãos, judeus, drusos, entre outros. Em setembro de 2005, havia 41 dessas estradas[7]. Ao mesmo tempo, israelenses ficaram proibidos de passar por vias reservadas apenas aos palestinos, como a velha estrada entre Belém e Hebrom, para facilitar seu deslocamento e reduzir o risco de ataques a israelenses.

Barreira de segurança

Israel não começou a construir a barreira até 2002, quando o terrorismo atingiu níveis sem precedentes. Apesar dos muitos protestos contrários, é semelhante a barreiras construídas por outras democracias, como aquelas entre Índia e o Paquistão (Caxemira), entre Espanha e Marrocos e entre as Coreias do Sul e do Norte. A barreira de segurança de Israel está salvando vidas.

- *Desde que a construção da barreira começou em 2002, o número de ataques terroristas caiu mais de noventa por cento.*
- *Noventa e sete por cento da barreira é feito de cerca de arame; cerca de três por cento (16 km) é formado por um muro de concreto, construído para evitar os ataques de franco-atiradores frequentes em determinadas áreas.*
- *Apesar de a barreira não estar concluída, apenas entre 5% e 8% do território da Cisjordânia e 0,3% dos palestinos ficarão no lado israelense[8].*
- *Palestinos podem levar queixas contra a barreira à Suprema Corte de Israel, que muitas vezes decide a favor dos palestinos, o que resulta na reconfiguração da barreira[9].*

MEDIDAS DE

Operações especiais: ataques de precisão

Quando a AP se mostrou incapaz ou relutante em desmantelar grupos terroristas, Israel foi forçado a tomar medidas defensivas para erradicar os terroristas, sua infraestrutura e seus túneis para contrabando de armas. Seu princípio norteador era atacar apenas os terroristas e poupar a população civil, embora isso nem sempre tenha sido possível.

Ataques aéreos	Incursões por terra	Ataques direcionados	Demolição de casas
Israel tenta limitar o uso de ataques aéreos, porque os terroristas muitas vezes se cercam de civis. Além disso, usa ataques aéreos de precisão controlados e limitados para destruir alvos militares, como centros de planejamento, bases de treinamento e depósitos de munição. Israel aborta missões com regularidade para evitar mortes de civis. Foi desenvolvido um míssil equipado com câmera, chamado Delilah, que pode ser redirecionado com o toque de um botão, caso apareça um civil na área a ser atingida[10].	Em muitos casos, em vez de usar bombardeios aéreos, Israel usa soldados para desmantelar bases terroristas, com o intuito de evitar atingir civis inocentes. Em 2002, Israel usou tropas terrestres em Jenin, a "capital terrorista", embora bombardeios aéreos pudessem ter evitado mortes israelenses. 23 soldados israelenses foram mortos e 75 ficaram feridos nas estradas e casas cheias de armadilhas de Jenin. Apesar de o combate ter durado vários dias, a ONU relatou que o número de palestinos mortos não passou de 52. 73% deles era combatentes armados, desmentindo o enorme número de vítimas inicialmente divulgado por diversos veículos de comunicação (que chegaram a caracterizar o incidente como um massacre)[11].	De acordo com as lei internacional de guerra, Israel procura prevenir futuros ataques por meio de operações pontuais contra os dirigentes e engenheiros de grupos terroristas. Eliminar esses líderes desestabiliza as organizações terroristas e mina sua confiança. Depois que líderes do Hamas foram eliminados por operações de precisão, líderes de escalão mais baixo se esconderam, o que reduziu drasticamente sua capacidade de angariar apoio e organizar ataques[12]. Em algumas ocasiões, esses ataques precisos provocam mortes de civis, mesmo crianças, em parte, porque os terroristas usam civis como escudos humanos, uma prática que a Anistia Internacional denunciou em seus relatórios de 2002. Israel tem tentado desenvolver técnicas para evitar todas as mortes de civis. Até 2011, 91% dos mortos em ataques de precisão eram terroristas.	Em agosto de 2002, depois de diversos ataques de homens-bomba, o governo israelense aprovou a demolição de casas de terroristas, em casos extremos, para impedir futuros ataques e destruir esconderijos de armas. Ainda assim, em fevereiro de 2005, as Forças de Defesa de Israel anunciaram que iriam suspender tais práticas, a menos que houvesse uma "mudança drástica" nas circunstâncias. Nas vezes em que demoliram casas de terroristas, foi dado um aviso com antecedência, para que ninguém fosse ferido. Israel também demoliu casas na Faixa de Gaza que escondiam túneis para o contrabando de armas, chamados de "artérias do terror". Quase cem desses túneis foram descobertos entre 2000 e setembro de 2005. Mesmo com essa medida de emergência em vigor, a maioria das ordens de demolição podem ser contestadas na Suprema Corte de Israel, que suspende a demolição ou oferece compensação pela destruição, quando decide em favor dos requerentes[13].

Arriscando a vida de soldados israelenses para proteger civis palestinos: o caso de Jenin

"Se os israelenses quisessem, poderiam facilmente ter destruído de longe o assentamento [na batalha de Jenin, em 2002] e sufocado os terroristas. Em vez disso, escolheram o caminho mais difícil, de casa em casa — em parte para evitar mortes de civis, não para provocá-las. Houve vítimas civis? Quase certamente. Mas há um mundo de diferença entre ataques deliberados a civis e mortes não intencionais e inevitáveis, que estavam fadadas a acontecer em Jenin, onde terroristas se escondiam intencionalmente entre civis."

—Joseph R. Biden, senador americano (estado de Delaware), 6 de maio de 2002[14]

"Em combates, o exército israelense aceitou regularmente arriscar seus próprios homens para reduzir os riscos que representavam à população civil."

— Michael Walzer, professor da Universidade de Princeton, 2002[15]

Thabet Mardawi.

Ver a infantaria israelense "era como uma caçada, como ganhar um prêmio. Não pude acreditar quando vi os soldados. Os israelenses sabiam que qualquer soldado que entrasse no assentamento daquele jeito seria morto. Esperei anos por um momento como aquele (...) Foi um combate muito difícil. Lutamos em espaços confinados, às vezes, com apenas alguns metros entre nós ou até na mesma casa."

— Thabet Mardawi, terrorista jihadista de alto escalão, capturado por soldados israelenses no combate de Jenin[16].

AUTODEFESA

Abrigo antibombas acima do solo no parquinho de uma escola em Sderot, feito para proteger crianças dos constantes ataques vindos da Faixa de Gaza.

Apenas cerca de 3% da barreira de segurança de Israel é formado por muros, para proteção contra franco-atiradores.

Entre 5% e 8% do território da Cisjordânia está localizado no lado israelense da barreira (sinalizada em roxo no mapa acima). 60% da Cisjordânia é praticamente inabitado

Medidas legais e punitivas: prisão e exílio

Não há pena de morte em Israel, exceto em casos muito extremos, como a condenação do criminoso de guerra nazista Adolf Eichmann. As penas mais severas são a prisão e o exílio, que se aplicam àqueles diretamente envolvidos em realizar, planejar, auxiliar ou apoiar atividades terroristas.

Defesa civil em Israel

Israel exige que todas as casas e fábricas tenham abrigos antibomba. Paradas de ônibus são feitas de concreto reforçado. Há guardas em todos os ônibus e na entrada de locais públicos. Sirenes tocam para alertar sobre ataques de foguetes e os cidadãos possuem máscaras de gás. Agências especiais são treinadas para garantir o fornecimento de auxílio e tratamento médico em emergências e para conduzir treinamentos nacionais de segurança.

Protegendo as crianças: quando terroristas palestinos tomaram uma escola em Maalot, em 1974, matando 25 professores e alunos e deixando 66 feridos, Israel aprovou novas leis para aumentar a proteção às crianças em idade escolar, incluindo a exigência de cercas de segurança com sistemas de alarme em volta de todas as escolas. Quando terroristas da Faixa de Gaza lançaram milhares de foguetes no sul de Israel, entre 2005 e 2009, Israel aprimorou seu sistema de alertas, fechou escolas periodicamente e construiu abrigos antibomba em parquinhos e escolas para proteger possíveis vítimas de alunos da pré-escola a universitários.

Medindo o sucesso das Operações Defensivas Combinadas[17]

- Atentados suicidas caíram de um pico de 60 em 2002 para zero em 2009.
- Tentativas frustradas de bombardeios suicidas subiram de 36%, em 2001, para 95%, em 2006.
- O total de fatalidades israelenses caiu 98%, de um pico de 452, em 2002, para seis em 2013.
- O total de israelenses feridos caiu de um pico de 2.309, em 2002, para 30, em 201.
- As Forças de Defesa de Israel têm evitado ferir civis, com sucesso cada vez maior. Entre 2009 e 2012, cerca de 28% dos palestinos mortos eram civis, em contraste com relatórios da ONU que dizem que 75% dos mortos em conflitos semelhantes eram civis.
- Desde a operação israelense contra o Hamas em 2014, o número de foguetes e morteiros disparados da Faixa de Gaza caiu drasticamente, de 4.632, em 2014, para 15, em 2016.
- A Cúpula de Ferro, o mais novo sistema de defesa aérea de Israel, deteve centenas de foguetes desde sua implementação, em 2011.
- Israel impediu 16 ataques de homens-bomba em 2016.

O FUTURO

Guerras causam dificuldades e sofrimento. Cada israelense e palestino é pessoalmente afetado pela campanha terrorista. As preocupações com a segurança forçaram Israel a adotar iniciativas antiterroristas que têm impacto na vida de palestinos e israelenses inocentes. Ambos os povos sonham com o dia em que a incitação, o terrorismo e as operações militares estarão no passado.

[1]"Arab TV host touts Israel's humanity," *Times of Israel*, January 17, 2014; [2]Uzi Mahnaimi, "Israel foils plot to kill Palestinian president," *The Sunday Times*, May 7, 2006. [3]B'Tselem, "Statistics on checkpoints and roadblocks," September 25, 2006, B'Tselem website. [4]Efraim Karsh, "European Misreading of the Israeli–Palestinian Conflict," *Jerusalem Issue Brief*, July 12, 2005; Amos Harel and Avi Issacharoff, "Israel removes roadblocks across the West Bank," *Ha'aretz*, June 24, 2009. [5]Don Morris, "Understanding Israeli Checkpoints," January 23, 2005. [6]Ministry of Foreign Affairs, "Economic situation in the West Bank and Gaza and positive Israeli measures towards the PA," August 14, 2012. [7]B'Tselem, op. cit. [8]David Makovsky and Anna Hartman, "Israel's Newly Approved Security Fence Route: Geography and Demography," The Washington Institute, March 3, 2005. [9]"Summary of High Court of Justice Ruling on the Fence Surrounding Alfei Menashe," Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA), September 15, 2005. [10]IDF Blog, "How Does the Israel Air Force Find its Targets and Minimize Civilian Casualties?" January 9, 2014; IDF Blog, "Rocket Attacks on Israel from Gaza," November 20, 2012. [11]Martin Sieff, "Documenting the Myth—Jenin—Part I," UPI, May 20, 2002; "Why Europeans Bought the Myth—Jenin—Part II," UPI, May 21, 2002; "How Europe's Media Lost Out—Jenin—Part III," UPI, May 22, 2002. [12]Henry Chu, "Hamas Leaders Keep Low Profile," *Los Angeles Times*, October 9, 2003; Brett Stephens, "The Fear Factor," *Wall Street Journal*, March 23, 2004. [13]MFA, "Weapon Smuggling Tunnels in Rafah—Operation Rainbow," May 14, 2004; Israel Defense Forces (IDF), "Decision of Defense Minister and Chief of Staff to Change Policy of demolition of terrorists' houses," IDF Website News, February 17, 2005. [14]Senator Joseph R. Biden, "Floor Statement: The Jenin Investigation," May 1, 2002. [15]Michael Walzer, "The Four Wars of Israel/Palestine," *Dissent*, Fall 2002. [16]Quoted in "Palestinian fighter describes 'hard fight' in Jenin," CNN, April 23, 2002.[17]"Four Years of Conflict: Israel's War against Terrorism," October 3, 2004; "Summary of Terrorist Activity 2004"; IDF website statistics; Israel Security Agency, "Monthly Reports," October 2013; StandWithUs, "Civilian Casualties In The Palestinian–Israeli Conflict," 2013; On Iron Dome, IDF Live Blog, "Rocket Attacks from Gaza," November 20, 2012.

PEQUENO PAÍS GRANDES IDEIAS

Israel tem enfrentado desafios assombrosos. Cercado de inimigos, pobre em recursos naturais, muitas vezes boicotado e constantemente absorvendo refugiados sem recursos de todo o mundo. Ainda assim, Israel desafiou as probabilidades e transformou suas deficiências em forças, revolucionando técnicas para a agricultura no deserto e tornando-se um líder mundial em desenvolvimento econômico.

Ao investir em seu povo e na educação e incentivar a criatividade, Israel construiu uma sociedade dinâmica em apenas 70 anos. É um desbravador em inovação biomédica e tecnológica e tem feito grandes contribuições para o mundo em ciência, tecnologia, artes e ciências humanas. Desde seus primeiros dias, Israel também tem estado na linha de frente de programas humanitários para compartilhar sua expertise e descobertas com o mundo[1]

A empresa israelense Waze desenvolveu um software que oferece atualizações de trânsito em tempo real e mais.

Cientistas israelenses recebem o Prêmio Nobel por pesquisas em doenças genética e outras.

Mensagens instantâneas, software de firewall, correio de voz, voz sobre IP e USB foram desenvolvidos em Israel.

A empresa israelense Phinergy inventou uma bateria que pode impulsionar veículos usando apenas água e ar.

Israel investe em educação e na capacidade intelectual

• Tem a segundo número mais alto de diplomas universitários per capita do mundo.

• Conta com a segunda maior proporção de cientistas e técnicos, com 135 para cada dez mil trabalhadores, em comparação com 85 nos Estados Unidos.

• É o país com o segundo maior número de livros publicados por ano per capita.

• Produz mais artigos acadêmicos per capita do que qualquer outro país.

Israel investe mais de seu produto interno bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento do que qualquer outro país

• Enquanto o mundo gasta uma média de 1,5% de seu PIB em pesquisa e desenvolvimento, Israel dedica 5%.

• Tem a terceira maior taxa de empreendedorismo do mundo, incluindo a maior taxa entre mulheres e pessoas com mais de 55 anos.

• É o país com o terceiro maior número de patentes per capita, atrás apenas dos Estados Unidos e do Japão.

Israel está na vanguarda da inovação em alta tecnologia

• Conhecido como o segundo Vale do Silício, o país é uma fonte mundial de inovação e tem a segunda maior concentração de empresas de alta tecnologia do mundo. Tornou-se a quarta maior economia em alta tecnologia nos anos 1990.

• Tem o terceiro maior número de empresas na NASDAQ. Os Estados Unidos têm o maior número e a China, o segundo maior.

• A Microsoft e a Intel construíram no país suas únicas instalações de pesquisa e desenvolvimento fora dos Estados Unidos, além de mais de 50 outros gigantes internacionais da indústria de tecnologia.

• Pesquisadores israelenses desenvolveram a maior parte do sistema operacional Windows NT (Microsoft Israel), a tecnologia para o AOL Instant Messenger, o primeiro software antivírus para PCs, a tecnologia de correio de voz, além de chips eletro-óticos e nanotecnologia.

• O microprocessador Pentium 4 para computadores desktop e o processador Centrino para computadores laptop foram desenvolvidos por israelenses.

• O país está desenvolvendo a próxima de geração de Mars rovers e os primeiros modelos de “carros voadores”.

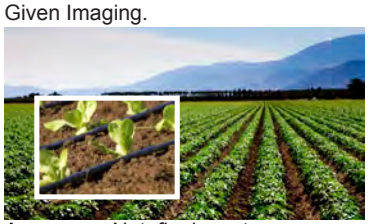
• Estão sendo concebidas proteções contra desastres, como um alarme que capta terremotos 30 segundos antes que aconteçam e sistemas para auxiliar as pessoas a evacuar prédios altos em casos de emergência, como elevadores externos desmontáveis.

Embora tenha enfrentado continuamente terrorismo e guerras por sua sobrevivência, Israel se concentrou na vida e na esperança, na construção uma sociedade digna e em contribuições para a humanidade.

"Não se esqueçam do papel que [os judeus] desempenharam no desenvolvimento intelectual, artístico, filosófico e científico do mundo (...) Colocaram todo o seu empenho no progresso científico, intelectual e artístico e continuam fazendo isso até hoje. São encontrados (...) em todos os centros de aprendizado e, justo no momento em que estavam sendo perseguidos (...) seus filósofos desenvolviam pensamentos que os grandes sábios da igreja encarnavam em seus sistemas religiosos. Como aconteceu na idade média, como aconteceu em eras mais remotas, está acontecendo agora." – Lord Alfred Balfour, 1922[2]

A empresa Re-Walk desenvolveu um exoesqueleto para permitir que paraplégicos fiquem de pé, caminhem e subam escadas.

Pill-Cam©, câmera no interior de uma pílula para diagnóstico de doenças intestinais, inventada pela Given Imaging.



A empresa Netafim inventou a irrigação por gotejamento.

Israel é líder mundial na reciclagem de água. Além disso, mais de 90% dos aquecedores de água utilizam energia solar.

Israel está na vanguarda da inovação biomédica e tem desenvolvido:

• Técnicas avançadas para ajudar pessoas com paralisia, desde braços mecânicos robóticos motorizados e pernas que reagem a comandos do cérebro, até procedimentos para regenerar a medula espinhal.

• Uma vacina contra o antraz.

• Pesquisas preliminares para gerar moléculas que matem células cancerígenas sem afetar células normais.

• Pesquisas inovadoras para tratar ou curar diabetes tipo 1, mal de Parkinson, Alzheimer e enfisema.

• Métodos mais seguros para o diagnóstico de doenças, como uma minicâmera que cabe dentro de uma pílula e pode ser engolida e usada para diagnosticar doenças intestinais, e técnicas de imagiologia para detectar câncer de mama.

• Um dispositivo que faz com as bactérias que causam a acne se autodestruam sem danificar a pele ao redor.

• A maior empresa farmacêutica especializada em medicamentos genéricos do mundo, a Teva Pharmaceuticals

Israel está na vanguarda de inovações voltadas à proteção do meio ambiente

• É o único país do mundo que entrou no século 21 com um aumento no número de árvores.

• Um cientista israelense foi pioneiro no uso de bactérias para limpar a poluição de óleo em petroleiros, gasodutos e praias.

• Israelenses desenvolveram uma nova tecnologia que elimina a necessidade de produtos químicos, pesticidas e fungicidas na agricultura hidropônica.

• A empresa Evogene introduziu uma tecnologia que modifica geneticamente alimentos de forma natural, por meio de "tecnologias para acelerar a evolução", que desenvolvem genes a partir de uma mesma planta.

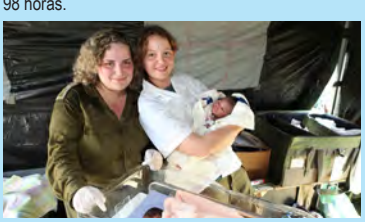
• Israelenses desenvolveram sistemas de irrigação gotejada que revolucionaram a agricultura.

• Um israelense desenvolveu um tanque de água aquecido pelo sol, que transforma a energia solar em energia térmica.

• Cientistas israelenses, americanos e canadenses criaram a iniciativa Água Limpa com Nanotecnologia para buscar uma solução para a escassez de água no Oriente Médio e no resto do mundo.

Desde sua criação, Israel tem estado na linha frente de programas humanitários ao redor do mundo

Turquia, 1999: depois de um grande terremoto, um time de resgate israelense salvou esta menina de nove anos, que ficou soterrada sob escombros por 98 horas.



Haiti: equipe médica israelense auxiliou comunidades devastadas pelo terremoto de 2010.

• O país conduz, por ano, quase 300 cursos em nações emergentes. Formou quase 260 mil participantes em 140 países, da Albânia ao Zimbábue, em agricultura no deserto, gestão de recursos hídricos, prevenção à desertificação, medicina de emergência e desastres e programas de emprego[3].

• As missões de Israel incluíram o resgate aéreo de 28 mil judeus africanos na Etiópia, a assistência à Turquia, à Grécia e ao Haiti, após terremotos devastadores, e a instalação de hospitais de campanha completos de primeira linha em Ruanda, arrasada pela guerra, no Djibouti, assolado por enchentes, no Japão, após o tsunami, e nas Filipinas, após tufões[4].

• A iniciativa Save a Child's Heart (SACH) é o maior programa do mundo dedicado a crianças de nações pobres que necessitam de cirurgia cardíaca. Sem custos para o paciente, a SACH tratou mais de 2.800 crianças do Congo, da China, da Autoridade Palestina, da Nigéria e de outras regiões.

• Apenas no ano de 2000, Israel ajudou a construir hospitais em diversas áreas, como a Mauritânia, a Faixa de Gaza, a Ucrânia e a Turquia.

[1]Information compiled from Steve Bunstein, "Fascinating Facts about Israel," Auerbach Central Agency for Jewish Education, 2006; Invest in Israel website; Israel21c website. [2]Lord Alfred Balfour, "Defense of the Palestine Mandate," 1922. [3]"Israel Foreign Relations: Israel among the Nations," Israel Ministry of Foreign Affairs. [4]"Rescue Operation in Turkey" and "IDF Involvement in Major Humanitarian Operations," IDF website; "Magen David Adom During the Years," IsraAID website.

O GOVERNO DE ISRAEL:

Apesar de forçado a estar em constante estado de autodefesa, Israel criou uma democracia próspera e plural, com direitos humanos e civis iguais para todos.

"O Estado de Israel (...) será baseado na liberdade, na justiça e na paz (...) Garantirá igualdade completa de direitos sociais e políticos (...) independente de religião, raça ou gênero (...) Assegurará a liberdade de religião, pensamento, linguagem, educação e cultura (...) e salvaguardará os locais sagrados de todas as religiões."

— Declaração de Independência do Estado de Israel, 14 de maio de 1948.

Assim como o Japão, a França, a Suécia e outras democracias reconhecem publicamente sua identidade e cultura nacionais, a democracia israelense se identifica publicamente com o povo judeu e sua cultura. No entanto, é um estado secular e democrático, que defende os princípios de justiça, tolerância e direitos humanos para todos os cidadãos.

David Ben-Gurion declara a independência de Israel em Tel Aviv, 14 de maio de 1948

Democracia parlamentar em ação: Como funciona o governo israelense

O governo de Israel tem características similares àquelas dos governos britânico e americano. Assim como o Reino Unido, ainda não tem uma constituição. Em vez disso, suas leis básicas funcionam como sua constituição. O governo é uma democracia parlamentarista, com separação de poderes entre o executivo, o legislativo e o judiciário.[1]

Parlamento israelense (Knesset), em Jerusalém.

O Presidente

O presidente é eleito pelo Knesset, cumpre mandato de sete anos e não pode assumir um segundo mandato. Nomeia diplomatas, juízes e magistrados, com base em recomendações do Knesset.

Poder legislativo: o Knesset

Israel tem um parlamento unicameral, o Knesset, composto por 120 membros de uma variedade de partidos políticos, que cumprem mandato de quatro anos, a menos que sejam convocadas eleições antecipadas.

Poder executivo: o primeiro-ministro

O líder do partido com maior número de membros no Knesset tem a oportunidade de se tornar o primeiro-ministro e nomear seu gabinete de ministros, que precisam ser aprovados pelo parlamento. O gabinete geralmente é composto por uma coalizão de partidos. O Knesset pode derrubar o governo com uma moção de Não Confiança, que exige eleições antecipadas.

Poder judiciário: os tribunais

O judiciário é independente e serve como guardião dos direitos humanos e civis. Diferente da maioria das democracias, a Suprema Corte israelense também tem jurisdição para avaliar ações militares e até vetar operações. Casamento e divórcio não são regulados pela lei civil. Cada grupo religioso tem seu próprio "tribunal religioso", que julga essas questões. Muitos israelenses exigem reformas para que o casamento passe a ser regulados pela lei civil.

DEMOCRACIA EM AÇÃO

DIREITO AO VOTO PARA TODOS

- Todos os cidadãos israelenses têm o direito de votar.
- Foram assegurados direitos civis e políticos igualitários para minorias não judias na Declaração de Independência, que inclui o direito ao voto.
- Os dias de eleição são feriados nacionais.
- A participação eleitoral costuma ser mais alta do que nos Estados Unidos, muitas vezes passando de 80%.

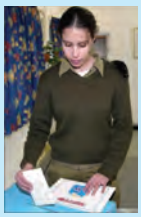
O sistema de partidos: todas as vozes são ouvidas

Alguns comentários irônicos dizem que Israel tem "democracia demais", por causa do sistema multipartidário e não bipartidário. Embora o Likud e o Partido Trabalhista sejam tradicionalmente os maiores partidos, há muitos outros que defendem uma vasta gama de opiniões, incluindo perspectivas comunistas, religiosas, árabes e seculares.

Os israelenses votam em um partido, não em um indivíduo. Cada partido elege sua própria lista de candidatos ao Knesset. Os assentos do parlamento são, então, distribuídos de acordo com a porcentagem de votos ao partido. Por exemplo, se um partido ganha cinco assentos, os cinco primeiros candidatos de sua lista se tornarão Membros do Knesset.

Um partido precisa de apenas 3,25% dos votos para obter um assento, a menor percentagem entre democracias multipartidárias, o que torna o sistema político israelense turbulento e, às vezes, confuso. O Knesset chegou a ter 19 partidos diferentes.

Mesmo os menores partidos têm voz, já que nenhum deles obtém a maioria e o maior grupo político precisa formar coalizões para funcionar.



LIBERDADES CIVIS

Liberdade religiosa: embora tenha sido criado como um estado para o povo judeu, Israel reconhece oficialmente 15 religiões, inclusive islâmicos, drusos e a Fé Bahá'í, assim como caldeus e muitas outras denominações cristãs, entre outros. Cada comunidade religiosa exerce livremente sua fé, respeita seus próprios dias santos e de descanso semanal e administra suas questões internas. Israel protege os locais sagrados de todas as religiões.

• A Fé Bahá'í, grupo religioso perseguido em países muçulmanos, construiu seu centro internacional na cidade de Haifa, em Israel.

• Israel é a única região no Oriente Médio, incluindo a região governada pela Autoridade Palestina, onde a população cristã prospera, em vez de desaparecer. Entre 1948 e 2011, a comunidade cristã de Israel mais do que quadruplicou, passando de 34 mil para 154 mil.[2]

Liberdade de associação, expressão, imprensa e dissidência: Israel é conhecido por seus debates sem amarras, autocríticos e muitas vezes acalorados, nos quais opiniões divergentes são expressas em alto e bom som. Por exemplo, membros árabes israelenses do Knesset ocasionalmente criticam o estado judaico de forma veemente. São ilegais apenas o discurso de ódio e a incitação à violência. Israel tem nove jornais diários em hebraico e diversos outros em russo, árabe, francês e inglês, mais de mil periódicos, várias estações de rádio e tv e fácil acesso à imprensa estrangeira.

Direitos civis: Leis progressistas protegem os direitos de mulheres, gays e outras minorias.

MULTICULTURALISMO

- Israel é uma sociedade plural. 75% dos israelenses são judeus de diferentes etnias. Muitos emigraram do Oriente Médio, da Etiópia, da Índia, da Rússia, dos Estados Unidos e da Europa. Refugiados de países árabes e muçulmanos do Oriente Médio e do Norte da África e seus descentes representam mais da metade da população judaica.[3]
- As minorias representam 25% da população e incluem árabes muçulmanos, cristãos árabes e não árabes, drusos, beduínos, circassianos, asiáticos, entre outros [4]

ACESSO AOS TRIBUNAIS

Embora os palestinos nos territórios não sejam cidadãos israelenses, eles têm acesso imediato a fazer petições às mais altas cortes israelenses. Os tribunais tomam decisões com base nos méritos do processo e frequentemente decidem em favor dos palestinos, como, por exemplo, quando solicitaram que a barreira de segurança fosse desviada no entorno de Beit Sourik (30 de junho de 2004) e de Alfei Menashe (15 de setembro de 2005).[5]

"Um dos aspectos mais incomuns da legislação israelense é o rápido acesso de requerentes, inclusive palestinos, às mais altas cortes. Em abril de 2002, durante os embates mais intensos do atual conflito (...) a alta corte recebia e deliberava petições quase diariamente."

— New York Times, 5 de maio de 2003[6]

O GOVERNO DE ISRAEL:
Democracia em ação

FATOS SOBRE OS ÁRABES ISRAELENSES

- 1,8 milhão de árabes israelenses vivem em Israel (incluindo muçulmanos, drusos, cristãos e beduínos), o que representa 20% da população. Muitos são descendentes de árabes palestinos que optaram por permanecer em Israel em 1948.
- O hebraico e o árabe são as línguas oficiais do país.
- Assim como os Estados Unidos buscam integrar melhor suas minorias, Israel procura fazer o mesmo pela população árabe, por meio de programas semelhantes à ação afirmativa.
- Existem quatro partidos árabes oficiais.
- Árabes israelenses foram eleitos para o primeiro Knesset, em 1949, e continuam a ter um papel ativo na vida política. Chegaram a conquistar 17 dos 120 assentos em uma única eleição [7].
- 20% dos alunos da Universidade de Haifa e 10% do corpo docente são árabes israelenses [8].
- Todas os municípios árabes recebem fundos do governo para educação e infraestrutura.
- **Muitos árabes israelenses ocupam altos cargos:**

- Salim Jourban, membro permanente da Suprema Corte
- Ali Yahya, Walid Mansour e Mohammed Masarwa, embaixadores
- Major General Hussain Fares, comandante da polícia de fronteira
- Major General Yosef Mishlav, chefe da segurança interna como comandante da Frente Interna
- Raleb Majadele, membro do Knesset e ministro de gabinete

- **Muitos árabes israelenses desempenham papéis proeminentes:**

- Dr. Nof Atamna-Ismaeel, microbióloga e vencedora do reality show de culinária Master Chef Israel
- Rana Raslan, Miss Israel
- Dr. Rania Okby, formada pela Universidade Ben-Gurion, a primeira médica beduína do mundo
- Sayed Kashua, autor e criador da popular série de TV Arab Labor
- Amal Ayoub, formada pela Universidade Ben-Gurion, fundadora e Diretora Executiva da Metallo-Therapy, que está desenvolvendo um novo método para diagnosticar o câncer.

"Convocamos (...) os árabes palestinos residentes no Estado de Israel a voltar ao caminho da paz e a desempenhar seu papel no desenvolvimento do Estado, com plena e igual cidadania e devida representação em seus órgãos e instituições."
— Declaração de Independência de Israel, 1948

"Israel têm provado que seu verdadeiro poder está em sua democracia, em proteger os direitos de seus cidadãos, aplicando as leis [igualmente] aos ricos e aos pobres, aos grandes e aos pequenos, (...) e na participação da nação no desenvolvimento de instituições, de acordo com habilidade e eficiência, não com a proximidade com [o governante]."
—Dr. Talal Al-Shareef, colunista do jornal palestino Al-Quds, 27 de maio de 1999[9]

Desde que pesquisas começaram a ser feitas em 1996, os palestinos têm apontado constantemente a democracia de Israel como aquela que mais admiram no mundo.

"Todos os anos, Israel tem obtido o melhor desempenho, chegando a receber 80% de aprovação. O sistema americano tem ocupado o segundo lugar [67% em 1999], seguido pelo sistema francês." — Centro Palestino de Pesquisa e Estudos[10]

[1]Israel Ministry of Foreign Affairs (MFA), "The State: The Political Structure," MFA website. [2]Mitchell Bard, "Myth: Israel is persecuting Christians," Jewish Virtual Library; "130,000 Christians in Israel," MFA, March 20, 2000; *Statistical Abstract of Israel 2008,* chart 2.2. [3]Loolwa Khazoom, "Jews of the Middle East," MyJewishLearning.com; Howard Sachar, *A History of Israel*, 2000, pp. 515–517. [4]MFA, "Minority Communities," MFA website. [5]Heideman Lezell Nudelman & Kalik, P.C., "Background Briefing and Analysis of the International Court of Justice Advisory Opinion…," July 23, 2004. [6]Greg Myre, "Trial of Palestinian Leader Focuses Attention on Israeli Courts," *New York Times*, May 5, 2003. [7]Information from Knesset website. [8] "Israel and Apartheid: The Big Lie," Anti-Defamation League, August 29, 2005. [9]MEMRI, "Palestinians Comment on Israeli Democracy," Special Dispatch Series No. 34, June 4, 1999. [10]"The Peace Process…," Public Opinion Poll #38, CPRS Polls, January 7–9, 1999; Quote taken from James Bennet, "Letter from the Middle East," *New York Times*, April 2, 2003.

AS FACES DE ISRAEL

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo jovem estado, os israelenses criaram uma sociedade rica, diversa, vibrante e multicultural.

Tópicos importantes: informações que você deve conhecer

Presença contínua de judeus na Terra de Israel

Os judeus são nativos da região e mantiveram uma presença contínua lá por mais de três mil anos, de acordo com indícios arqueológicos e históricos.

A civilização judaica já tinha mais de mil anos quando Roma destruiu o Templo Sagrado e conquistou a nação judaica no primeiro século.

Roma exilou apenas uma parte da população. Os judeus remanescentes, banidos de Jerusalém, prosperaram por séculos em outras cidades judaicas como Yavne, Rafa, Gaza, Ashkelon, Jafa e Cesareia.

A população judaica foi dizimada pelas cruzadas no século 12, mas os judeus retornaram em ondas de imigração nos séculos seguintes e se estabeleceram em Safed, Jerusalém, Tiberiades e Hebron.

Depois de 1850, a população judaica cresceu ainda mais. Na década de 1860, os judeus haviam voltado a ser o maior grupo religioso em Jerusalém. Os primeiros sionistas modernos começaram a comprar terras e a estabelecer comunidades prósperas, como Tel Aviv (1909), mesmo enquanto a região ainda era governada pelo Império Otomano.

Árabes israelenses

• Em 1948, quase todos os 160 mil palestinos que permaneceram dentro das fronteiras israelenses se tornaram cidadãos. Hoje, cidadãos árabes israelenses têm direitos humanos e civis iguais àqueles de qualquer outro cidadão.

• Hoje, 1,8 milhão de árabes israelenses vivem em Israel, formando 20% da população.

• O hebraico e o árabe são as duas línguas oficiais.

• Há cinco partidos árabes israelenses oficiais, enquanto outros políticos árabes israelenses fazem parte de partidos majoritários.

• Três árabes israelenses foram eleitos para o primeiro Knesset. Ao longo dos anos, chegaram a conquistar 17 dos 120 assentos em uma única eleição.

• Todos os municípios árabes recebem fundos do governo para educação e infraestrutura.

• Muitos árabes israelenses ocupam altos cargos:

- Salim Jourban, membro permanente da Suprema Corte

- Ali Yahya, Walid Mansour e Mohammed Masarwa, embaixadores

- Major General Hussain Fares, comandante da polícia de fronteira

- Major General Yosef Mishlav, chefe da segurança interna como comandante da Frente Interna

• Israel promulgou políticas de ação afirmativa para ajudar suas minorias a alcançar a plena igualdade social e econômica.

Liberdades civis e direitos humanos

Os israelenses usufruem das mesmas liberdades civis e dos mesmos direitos humanos que os cidadãos de outras democracias liberais avançadas. O direito ao voto é universal. Israel conta com mais partidos políticos – havia 19 em 2004 – do que qualquer outra democracia parlamentar. Tem uma das imprensas mais livres do mundo e é famoso por suas autocríticas e debates acalorados. As mulheres e as minorias são protegidas por leis que, em alguns casos, são mais progressistas do que aquelas de qualquer outra democracia. Há proteções legais contra a perseguição religiosas. Pessoas LGBT são protegidas da discriminação e de crimes de ódio. O professor Uzi Even, assumidamente gay, se tornou um membro do Knesset em 2002. A educação é igualmente estimulada para homens e mulheres. Quarenta e cinco por cento das mulheres atuam no mercado de trabalho, a mesma porcentagem dos Estados Unidos. As mulheres têm direitos reprodutivos. Israel é o único país do Oriente Médio que não exige que uma mulher esteja acompanhada por um homem para viajar. Crimes de honra são punidos tão severamente quanto qualquer outro crime de assassinato.

Crimes de guerra: uso de escudos humanos

Israel usa foguetes para proteger civis. O Hamas usa civis para proteger foguetes. A estratégia do grupo de se esconder entre civis, lançando ataques de locais públicos, como escolas e mesquitas, e colocando deliberadamente não combatentes em perigo, viola a quarta Convenção de Genebra e é um crime de guerra, de acordo com leis internacionais.

"A presença de uma pessoa protegida não pode ser usada para tornar certos pontos ou áreas imunes a operações militares." — Convenção de Genebra relativa à Proteção de Civis em Tempos de Guerra de 12 de agosto de 1949. 20 Art. 28

"As partes do conflito não devem orientar os movimentos da população civil para tentar proteger alvos militares de ataques ou para encobrir operações militares." — Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, Artigo 51 (7).

Uma sociedade plural

• Israel reconhece oficialmente 15 religiões, inclusive islâmicos, drusos e a Fé Bahá'í, assim como caldeus e muitas outras denominações cristãs, entre outras. Cada comunidade religiosa exerce livremente sua fé, respeita seus próprios dias santos e de descanso semanal e administra suas questões internas. Israel protege os locais sagrados de todas as religiões.

• Israel é a única região no Oriente Médio, incluindo a região governada pela Autoridade Palestina, onde a população cristã prospera, em vez de desaparecer. Entre 1948 e 2012, a comunidade cristã de Israel mais do que quadruplicou, passando de 34 mil para 163 mil.

• A Fé Bahá'í, um grupo religioso perseguido em países muçulmanos, construiu seu centro internacional na cidade de Haifa, em Israel.

• As minorias não judias representam 25% da população e incluem muçulmanos árabes, cristãos árabes e não árabes, drusos, beduínos, circassianos, asiáticos, entre outros.

• Setenta e cinco por cento dos israelenses são judeus de diferentes etnias oriundos de países árabes, da Etiópia, da Índia, da Rússia, das antigas repúblicas soviéticas, da América Latina, dos Estados Unidos e da Europa. Refugiados de países árabes e muçulmanos do Oriente Médio e do Norte da África e seus descentes representam mais da metade da população judaica.

Apartheid

O apartheid foi um sistema legal na África do Sul, no qual uma pequena minoria de brancos governava a população de maioria negra. O apartheid submetia os negros à segregação e a graves discriminações políticas, econômicas e sociais. Eles não podiam votar, participar do governo ou socializar com brancos.

Israel, uma democracia como o Reino Unido, estabeleceu um sistema que dá direitos iguais a todos os seus cidadãos. Os árabes israelenses participam da sociedade israelense como membros plenos e iguais. Apesar das desvantagens que as minorias vivenciam em Israel, como em todas as democracias multiétnicas, as leis do país tentam erradicar – não endossar – a discriminação.

Israel nunca anexou oficialmente a Cisjordânia ou a Faixa de Gaza. Os palestinos não são cidadãos israelenses e desejam ter seu próprio estado. Hoje, os palestinos não têm direitos plenos por responsabilidade de seus próprios governos: o Hamas na Faixa de Gaza e a Autoridade Palestina na Cisjordânia.

Apoio financeiro internacional para palestinos

A comunidade internacional tem dado auxílio aos refugiados palestinos e seus descendentes desde 1949, por meio da UN Relief and Works Agency (UNRWA).

• Os Estados Unidos, o maior doador, contribuiu com 10 bilhões de dólares entre 1950 e 2017.

• Nos primeiros 20 anos da UNRWA, Israel contribuiu mais do que a maioria dos países árabes.

• Dois por cento do orçamento total da ONU vão para a URWA, enquanto três por cento vão para todos os outros refugiados do mundo.

Os palestinos receberam "a mais alta transferência de recursos per capita na história da ajuda externa em qualquer lugar", informou Nigel Roberts, representante do Banco Mundial, em fevereiro de 2004.

Entre 1993 (os Acordos de Oslo) e 2012, a comunidade internacional doou aproximadamente 30 bilhões de dólares aos palestinos. Não se prestou contas sobre muito desse dinheiro.

A OLP era "a mais rica de todas as organizações terroristas", com entre 8 bilhões e 10 bilhões de dólares em ativos e uma renda anual entre 1,5 bilhão a 2 bilhões de dólares, segundo relatório do British National Criminal Intelligence Service de 1993. Em 1999, o jornal Daily Telegraph da Inglaterra informou que a OLP tinha 50 bilhões de dólares em investimentos secretos em todo o mundo.

Auxílio dos EUA a Israel e a países árabes

A política dos EUA tem sido ajudar tanto Israel quanto países árabes. Entre 1947 e 1971, a ajuda anual dos EUA a Israel foi de 60 milhões de dólares, enquanto os estados árabes receberam 170 milhões. Depois de 1970, os EUA passaram a considerar Israel como um valioso aliado estratégico e aumentaram a ajuda. Também continuaram a ajudar e/ou vender armas para Jordânia, Marrocos, Egito, Arábia Saudita, Tunísia, Iêmen e os países do Golfo Pérsico.

Os EUA destinaram 2 bilhões de dólares por ano ao Egito e 3 bilhões de dólares por ano a Israel, após o tratado de paz entre Israel e Egito, em 1979.

Em comparação, os EUA gastam 250 bilhões de dólares por ano para manter sua presença militar em todo o mundo, em parte para proteger a segurança de outros aliados. Essa ajuda está no orçamento de defesa dos EUA, não no orçamento de ajuda externa, porque há tropas americanas nesses países ou perto deles. Por exemplo, os EUA concedem a Israel a cada ano aproximadamente a mesma quantia de dinheiro que gasta com tropas para proteger a Coréia do Sul.

Os EUA nunca tiveram que mobilizar suas próprias tropas ou arriscar vidas americanas para proteger Israel. Israel recebe apenas ajuda militar e é obrigado a usar 75% das verbas para comprar equipamento militar e outros itens dos EUA, criando empregos no país. Em última instância, ao contribuir para a proteção de Israel, os EUA estão ajudando a manter os prósperos laços econômicos entre os dois países. Parcerias produziram avanços em tecnologia e em pesquisa biomédica, ambiental e agrícola, fazendo com que os EUA economizassem recursos substanciais em pesquisa e desenvolvimento. Empresas israelenses criaram inúmeros empregos nos EUA, investindo 57 bilhões de dólares na economia americana entre 2000 e 2010. Ao mesmo tempo, os israelenses consumiram 180 bilhões de dólares em bens e serviços de empresas americanas e muitos dos produtos inovadores vendidos por empresas de tecnologia americanas foram inventados e projetados em Israel. Considerando todos esses fatores, a ajuda a Israel é um dos melhores investimentos dos EUA.

Postos de inspeção e a barreira de segurança

Nenhuma barreira natural separava Israel e a Cisjordânia entre 1967 e 2000. Palestinos e israelenses transitavam livremente entre as duas áreas. Mas quando a campanha terrorista palestina eclodiu em 2000, Israel teve que encontrar uma maneira de impedir que os terroristas entrassem com facilidade em comunidades israelenses. Os postos de inspeção, semelhantes aos procedimentos de segurança nos aeroportos dos EUA após o 11 de setembro, são usados para separar os terroristas de suas vítimas: israelenses de todas as religiões e etnias. Também é verdade que as medidas de segurança israelenses são inconvenientes para muitos palestinos comuns. Isso acontece porque os terroristas forçaram Israel a fazer uma escolha terrível: tornar a vida mais difícil para os palestinos ou permitir que mais civis israelenses sejam assassinados.

Israel não começou a construir a barreira até 2002, quando o terrorismo atingiu níveis sem precedentes.

• A barreira de Israel é semelhante às barreiras que outras democracias construíram para proteger civis inocentes. Existem barreiras entre a Índia e a Caxemira, Chipre e Chipre do Norte e Coreia do Norte e Coreia do Sul. Há também muros em Belfast que separam bairros protestantes e católicos.

• Desde que a barreira começou a ser construída em 2002, o número de ataques terroristas bem-sucedidos caiu quase cem por cento e líderes de grupos terroristas palestinos admitiram que isso os impede de realizar atentados suicidas.

• Noventa e sete por cento da barreira é feita de cercas de arame; cerca de três por cento (16 km) é formado por um muro de concreto, construído para impedir ataques de franco-atiradores contra civis israelenses.

• Apenas 5% a 8% da disputada terra da Cisjordânia e menos de 1% dos palestinos estão do lado israelense da barreira.

• Os palestinos podem apresentar suas queixas específicas sobre a barreira à Suprema Corte de Israel, que decidiu a favor de requerentes palestinos e redirecionou a barreira várias vezes.

Os israelenses não querem viver atrás de postos de inspeção e barreiras. Essas medidas existem apenas porque não havia outra maneira de impedir que terroristas assassinassem homens, mulheres e crianças inocentes. A única maneira de avançar é que israelenses e palestinos negociem, façam a paz e construam um futuro no qual essas medidas de segurança não serão mais necessárias.

Antissemitismo e antissionismo

É perfeitamente legítimo criticar as políticas de Israel. Os israelenses fazem isso o tempo todo em debates acalorados. Mas a crítica cruza a linha do clássico antissemitismo quando exibe o que Natan Sharansky chamou de "Três Ds".

Deslegitimação: os críticos dizem que o estado judaico não tem o direito de existir e que os israelenses não pertencem ao Oriente Médio.

Dois pesos, duas medidas: Israel é condenado duramente por medidas de autodefesa e problemas sociais que são vistos como aceitáveis ou inevitáveis em outras nações.

Demonização: Por meio de distorções e mentiras, Israel é retratado como o país mais perverso e perigoso do mundo e afirma-se que, se o estado judaico deixasse de existir, os principais problemas do Oriente Médio – e do mundo – seriam resolvidos.

A ligação: O antissemitismo é o ódio pelos judeus, suas comunidades e seu modo de vida. Inclui demonizar e desumanizar os judeus como um grupo. O antissionismo é a oposição ao direito do povo judeu à autodeterminação em sua pátria ancestral ou a negação do direito de Israel de existir como um estado judaico. É por isso que muitas pessoas afirmam que o antissionismo é uma versão moderna do antissemitismo clássico. "O fanatismo antissemita não é menos moralmente deplorável quando camuflado como anti-israelense ou antissionista", segundo a Comissão de Direitos Civis dos EUA. Pessoas de boa vontade devem tentar ver além da propaganda anti-Israel para promover um diálogo razoável.

Desinvestimento e boicotes

Ativistas anti-Israel lançaram uma intensa campanha de propaganda para transformar Israel em pária entre as nações. Fazem falsas acusações, depois convocam empresas, igrejas, universidades e outras instituições a desinvestir – retirar investimentos – de empresas que fazem negócios com Israel e boicotar produtos, acadêmicos e eventos culturais israelenses. Apesar de se vender como um defensor da justiça e dos direitos humanos, a verdadeira pauta desse movimento é eliminar Israel e extinguir a autodeterminação judaica. "Não estão falando, de fato, sobre direitos. Estão falando sobre como querem destruir Israel", segundo Norman Finkelstein, notório crítico de Israel. Em vez de aderir ao movimento de boicotes, desinvestimento e sanções contra Israel (BDS), as pessoas de consciência devem apoiar soluções que respeitem os direitos coletivos de palestinos e israelenses.

Boicotes e resoluções de desinvestimento:

• Fazer acusações falsas ou contestadas para demonizar Israel e sua história e culpá-lo pelo conflito em curso.

• Ignorar o contexto, que inclui o incitamento palestino contra Israel, o terrorismo e a necessidade de medidas de segurança.

• Negar ou ignorar os passos que Israel repetidamente tomou para promover o compromisso e a paz.

• Raramente condenar o papel dos palestinos no conflito contínuo.

Imagine a PAZ

Copyright 2011. Debbi Cooper Photography.

Imagine a paz no Oriente Médio, onde Israel e seus vizinhos se unam para se tornar uma força no palco global. Com tecnologia e recursos compartilhados, as possibilidades são infinitas. Mas o mais importante é um futuro cheio de paz e prosperidade para nossos filhos e para as próximas gerações.

Esta "Introdução à História de Israel" foi produzida pela:

StandWithUs
BRASIL

Educação é o caminho para a paz

Conheça mais sobre Israel e nosso trabalho:

www.StandWithUs.com

Ajude a distribuir este material em universidades e comunidades. Apoie nossos esforços!

Contato:
info@swubrasil.org
Tel: (11) 3805-6460

Curta nossa página no Facebook:
facebook.com/StandWithUsBrasil

© 2018 StandWithUs.com. Todos os direitos reservados.

SWU699 3/18